

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM  
COMÉRCIO EXTERIOR**

**TAMIRES CARDOSO PATRÍCIO**

**A DINÂMICA DO TRATADO TRANSPACÍFICO E SEUS REFLEXOS NA  
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA**

**CRICIÚMA**

**2016**

**TAMIRES CARDOSO PATRICIO**

**A DINÂMICA DO TRATADO TRANSPACÍFICO E SEUS REFLEXOS NA  
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA**

Monografia apresentada para a obtenção do Grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração com Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Júlio Cesar Zilli

**CRICIÚMA**

**2016**

**TAMIRES CARDOSO PATRICIO**

**A DINÂMICA DO TRATADO TRANSPACÍFICO E SEUS REFLEXOS NA  
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA**

Monografia apresentada para a obtenção do Grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração com Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Júlio Cesar Zilli

Criciúma, 01 de dezembro de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Júlio Cesar Zilli – Mestre – UNESC - Orientador



---

Prof. Adriana Carvalho Pinto Vieira - Doutora - UNESC



---

Prof. Izabel Regina de Souza - Mestre - UNESC

**CRICIÚMA**

**2016**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus amigos Felipe, Jéssica e Marina, a conquista mais valiosa da minha vida universitária. Também dedico ao meu pai, João Batista Patricio, por todos os sábios ensinamentos. Amo a vida de cada um!

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer a Deus por todas as graças recebidas. Tenho certeza que em todos os momentos Ele tem me direcionado pelo melhor caminho.

Agradeço também, do fundo do meu coração, à minha família: meus pais, João Batista Patricio e Janice Borges Cardoso, e meus irmãos, Tais Cardoso Patricio e Tiago Cardoso Patricio. Obrigada pelos cuidados, os belos exemplos e pelo auxílio em meus projetos pessoais.

Obrigada ao meu namorado, Jaisson Vassoler Santos, por estar sempre comigo, me encorajando nos momentos desafiadores e me mostrando o lado bom das coisas. Tenho certeza que minha jornada até agora foi muito mais feliz por ele estar ao meu lado.

Meu imenso obrigada ao meu orientador, Júlio Cesar Zilli, que com sua maestria, experiência e confiança, me guiou no momento mais significativo de minha graduação. Só tenho a agradecer e parabenizar esse profissional dedicado, que faz justiça ao título que carrega.

Obrigada também aos meus queridos amigos, Felipe Alves, Jéssica Menegali e Marina Nagel, responsáveis pelos melhores dias da minha vida acadêmica.

Obrigada a todos que de alguma forma contribuíram ao longo da minha jornada.

“A felicidade pode ser encontrada mesmo nas horas mais sombrias, se você lembrar de acender a luz.”

**- J. K. Rowling em Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban.**

## RESUMO

PATRICIO, Tamires Cardoso. **A dinâmica do Tratado Transpacífico e seus reflexos na balança comercial brasileira**. 2016. 143 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

A doutrina mercantilista, nascida na Europa entre os séculos XVI e XVII, caracterizou a primeira tentativa de compreender o comércio internacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o processo intensificado de globalização, os países passaram a buscar alianças entre si por meio de acordos e formação de blocos econômicos, estreitando suas relações comerciais num ambiente de constantes mudanças. Com base neste cenário, o estudo objetivou identificar a dinâmica do Tratado Transpacífico e seus reflexos na balança comercial brasileira. Metodologicamente, o estudo caracterizou-se quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva e exploratória, e, quanto aos meios, como bibliográfica e documental. A área alvo da pesquisa foi delimitada pelos doze países-membros do acordo localizados na bacia do Pacífico e também pelo Brasil. Os dados coletados foram de natureza secundária, procedentes de fontes bibliográficas e documentais e a técnica de coleta aplicada foi a qualitativa. Quanto à análise dos dados utilizou-se uma abordagem essencialmente qualitativa. Verificou-se que o TPP, além de ser um tratado pioneiro, possui grande representatividade no comércio mundial, principalmente pela presença da economia norte-americana. Em relação ao Brasil, identificou-se a relevante participação do TPP em sua balança comercial, responsável por aproximadamente um quarto das exportações e importações brasileiras na última década. O fato de que os países do TPP passarão a priorizar o comércio entre si, em função dos benefícios advindos do tratado, pode acarretar um desvio de comércio desfavorável ao Brasil. Além disso, o Brasil não tem se posicionado diante das grandes negociações internacionais.

**Palavras-chave:** Acordos Comerciais. Integração Regional. Balança Comercial.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução da corrente de comércio mundial (1994-2014). .....	23
Figura 2 – Estágios da cadeia de valor de uma empresa.....	26
Figura 3 – Contribuição das cadeias de valor nas exportações brutas de bens e serviços das economias (%). .....	27
Figura 4 – Entrada de IDE por grupos da economia mundial, 1995-2014 (US\$ bilhões).....	28
Figura 5 – Modelo diamante de Porter. ....	32
Figura 6 – Número de Atos Internacionais assinados pelo Brasil (1823-2010). .....	42
Figura 7 – Comércio mundial entre 1929-1933 (US\$ milhões).....	44
Figura 8 – Órgãos componentes da OMC.....	47
Figura 9 – Aumento do número de membros da OMC (1995-2015). ....	48
Figura 10 – Acordos comerciais regionais notificados à OMC (1980-2012).....	50
Figura 11 – Órgãos componentes da União Europeia. ....	51
Figura 12 – Países-membros da União Europeia.....	52
Figura 13 – Órgãos componentes do MERCOSUL.....	53
Figura 14 – Órgãos componentes da ALADI.....	54
Figura 15 – Órgãos componentes do NAFTA. ....	55
Figura 16 – Tipos de integração econômica.....	56
Figura 17 – Países componentes do estudo proposto. ....	64
Figura 18 – Países-membros do Tratado Transpacífico.....	68
Figura 19 – Ano de ingresso dos membros do TPP. ....	69
Figura 20 – Comparativo do PIB mundial com o PIB do TPP (2015). .....	71
Figura 21 – Exportações e importações de mercadorias dos membros do TPP, 2014 (US\$ Trilhões <i>FOB</i> ).....	71
Figura 22 – Exportações e importações de serviços dos membros do TPP, 2014 (US\$ Bilhões <i>FOB</i> ).....	72
Figura 23 – Evolução dos principais exportadores mundiais (1995-2014). ....	76
Figura 24 – Dinâmica da participação do TPP na balança comercial do Brasil, 2007-2015 (%). .....	114
Figura 25 – Participação do TPP na balança comercial do Brasil (02/2006-01/2016). .....	115



Figura 26 – Representatividade dos mercados do TPP na balança do Brasil nos últimos dez anos, 02/2006-01/2016 (%).	117
Figura 27 – Exportações brasileiras por fator agregado (2015).	118
Figura 28 – Importações brasileiras por fator agregado (2015).	119
Figura 29 – Atos bilaterais comerciais firmados entre Brasil e TPP, por país-membro.	128
Figura 30 – Representação dos atos bilaterais comerciais entre Brasil e TPP frente ao total de atos registrados.	129

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modalidades de transações comerciais do comércio mundial.....	22
Quadro 2 – Elementos do Modelo Diamante de Porter.....	32
Quadro 3 – Principais teorias econômicas de internacionalização.....	34
Quadro 4 – Principais teorias comportamentais de internacionalização. ....	35
Quadro 5 – Estrutura do Balanço de Pagamentos. ....	37
Quadro 6 – Saldos dos Balanços de Pagamentos. ....	40
Quadro 7 – Classificação dos Atos Internacionais. ....	41
Quadro 8 – Formato dos Atos Internacionais.....	42
Quadro 9 – Rodadas de negociações comerciais do GATT.....	46
Quadro 10 – Detalhamento dos tipos de integração econômica. ....	57
Quadro 11 – Características dos tipos de integração econômica. ....	58
Quadro 12 – Principais referências bibliográficas utilizadas no marco teórico. ....	61
Quadro 13 – Plano de coleta de dados. ....	65
Quadro 14 – Síntese dos procedimentos metodológicos. ....	66
Quadro 15 – Objetivos específicos <i>versus</i> estrutura da pesquisa.....	67
Quadro 16 – Características dos países-membros do TPP. ....	70
Quadro 17 – Participação dos países-membros do TPP no comércio de bens e serviços mundial, 2014 (%). ....	72
Quadro 18 – Capítulos componentes do Tratado Transpacífico. ....	73
Quadro 19 – Temas atuais do TPP. ....	74
Quadro 20 – Participação do Brasil em Acordos Comerciais Regionais. ....	77
Quadro 21 – Classes de produtos por agregação de valor. ....	80
Quadro 22 – Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil aos EUA (2015). ....	80
Quadro 23 – Principais grupos de produtos importados pelo Brasil dos EUA (2015). ....	81
Quadro 24 – Principais parceiros comerciais dos EUA (2015).....	81
Quadro 25 – Principais investimentos diretos dos EUA no Brasil por ramo de atividade (2014).....	82
Quadro 26 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e EUA. ....	82
Quadro 27 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Japão (2015). ....	85

Quadro 28 – Principais parceiros comerciais do Japão (2015). .....	86
Quadro 29 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Japão. ....	86
Quadro 30 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Chile (2015). ....	88
Quadro 31 – Principais parceiros comerciais do Chile (2015). ....	89
Quadro 32 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Chile. ....	89
Quadro 33 – Principais parceiros comerciais do México (2015). ....	92
Quadro 34 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e México (2015). ....	92
Quadro 35 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e México. ....	93
Quadro 36 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Canadá (2015). ....	94
Quadro 37 – Principais parceiros comerciais do Canadá (2015). ....	95
Quadro 38 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Canadá. ....	95
Quadro 39 – Principais parceiros comerciais do Peru (2015). ....	97
Quadro 40 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Peru (2015). ....	97
Quadro 41 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Peru. ....	98
Quadro 42 – Principais parceiros comerciais da Malásia (2015). ....	100
Quadro 43 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Malásia (2015). ....	100
Quadro 44 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Malásia. ....	101
Quadro 45 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Cingapura (2015). ....	102
Quadro 46 – Principais parceiros comerciais de Cingapura (2015). ....	103
Quadro 47 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Austrália (2015). ....	104
Quadro 48 – Principais parceiros comerciais da Austrália (2015). ....	105
Quadro 49 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Austrália. ....	106
Quadro 50 – Principais parceiros comerciais do Vietnã (2015). ....	107
Quadro 51 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Vietnã (2015). ....	107
Quadro 52 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Vietnã. ....	108

Quadro 53 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Nova Zelândia (2015). .....	109
Quadro 54 – Principais parceiros comerciais da Nova Zelândia (2015). .....	110
Quadro 55 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Nova Zelândia. ....	111
Quadro 56 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Brunei (2014). .....	112
Quadro 57 – Principais parceiros comerciais de Brunei (2014). .....	112
Quadro 58 – Comparativo das exportações brasileiras gerais com os mercados do TPP, 02/2006 a 01/2016 ( <i>FOB</i> US\$ Bilhões). .....	116
Quadro 59 – Exportações brasileiras por fator agregado destinadas aos países do TPP (2015). .....	119
Quadro 60 – Importações brasileiras por fator agregado oriundas dos países do TPP (2015). .....	120
Quadro 61 – <i>Ranking</i> dos dez principais produtos exportados pelo Brasil em 2015. ....	121
Quadro 62 – <i>Ranking</i> dos cinco principais produtos exportados pelo Brasil para os países do TPP (2015). .....	122
Quadro 63 – Comparativo dos valores dos cinco principais produtos destinados ao TPP com os dez produtos mais exportados pelo Brasil (2015). .....	124
Quadro 64 – <i>Ranking</i> dos dez principais produtos importados pelo Brasil em 2015. ....	124
Quadro 65 – Comparativo dos valores dos cinco principais produtos oriundos do TPP com os dez produtos mais importados pelo Brasil (2015). .....	125
Quadro 66 – <i>Ranking</i> dos cinco principais produtos importados pelo Brasil dos países do TPP (2015). .....	126
Quadro 67 – Atos bilaterais comerciais firmados entre Brasil e TPP, por classificação. ....	127

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais países exportadores de bens em 2014. ....	24
Tabela 2 – Principais países importadores de bens em 2014. ....	24
Tabela 3 – Principais países exportadores de serviços em 2015. ....	25
Tabela 4 – Principais países importadores de serviços em 2015. ....	25
Tabela 5 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> EUA (US\$ FOB). ....	79
Tabela 6 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> Japão (US\$ FOB). ....	84
Tabela 7 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> Chile (US\$ FOB). ....	87
Tabela 8 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> México (US\$ FOB). ....	91
Tabela 9 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> Canadá (US\$ FOB). ....	94
Tabela 10 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> Peru (US\$ FOB). ....	96
Tabela 11 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> Malásia (US\$ FOB). ....	99
Tabela 12 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> Cingapura (US\$ FOB). ....	101
Tabela 13 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> Austrália (US\$ FOB). ....	104
Tabela 14 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> Vietnã (US\$ FOB). ....	106
Tabela 15 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> Nova Zelândia (US\$ FOB). ....	109
Tabela 16 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> Brunei (US\$ FOB). ....	111
Tabela 17 – Balança comercial Brasil <i>versus</i> TTP (US\$ FOB). ....	113

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACR</b>	Acordos Comerciais Regionais
<b>ALADI</b>	Associação Latino-Americana de Integração
<b>ALICE WEB</b>	Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior
<b>APEC</b>	<i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i>
<b>ASEAN</b>	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
<b>BCB</b>	Banco Central do Brasil
<b>BIRD</b>	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
<b>CAN</b>	Comunidade Andina
<b>CECA</b>	Comunidade do Carvão e do Aço
<b>CEE</b>	Comunidade Econômica Europeia
<b>DAI</b>	Divisão dos Atos Internacionais
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FOB</b>	<i>Free on Board</i>
<b>GATT</b>	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
<b>IDE</b>	Investimento Direto Estrangeiro
<b>IMF</b>	<i>International Monetary Fund</i>
<b>MCE</b>	Mercado Comum Europeu
<b>MDIC</b>	Ministério da Indústria, Comércio e Serviços
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>MRE</b>	Ministério das Relações Exteriores
<b>NAFTA</b>	<i>North American Free Trade Agreement</i>
<b>OAS</b>	<i>Organization of American States</i>
<b>OIC</b>	Organização Internacional do Comércio
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>P&amp;D</b>	Pesquisa e Desenvolvimento
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PTN</b>	Protocolo Relativo às Negociações Comerciais entre Países em Desenvolvimento
<b>RBV</b>	<i>Resource Based View</i>

<b>SGPC</b>	Sistema Global de Preferências Comerciais entre os Países em Desenvolvimento
<b>TCT</b>	Teoria dos Custos de Transação
<b>TEC</b>	Tarifa Externa Comum
<b>TPP</b>	<i>Trans-Pacific Partnership</i>
<b>USTR</b>	<i>United States Trade Representative</i>
<b>WTO</b>	<i>World Trade Organization</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA .....	19
1.2 OBJETIVOS .....	20
<b>1.2.1 Objetivo geral</b> .....	<b>20</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos</b> .....	<b>20</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	20
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>22</b>
2.1 ECONOMIA INTERNACIONAL .....	22
<b>2.1.1 Teorias do comércio internacional</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1.2 Teorias da internacionalização</b> .....	<b>33</b>
2.2 BALANÇO DE PAGAMENTOS .....	36
<b>2.2.1 Transações correntes</b> .....	<b>37</b>
<b>2.2.2 Conta capital</b> .....	<b>39</b>
<b>2.2.3 Conta financeira</b> .....	<b>39</b>
<b>2.2.4 Erros e omissões</b> .....	<b>39</b>
<b>2.2.5 Saldo (<i>déficit e superávit</i>)</b> .....	<b>39</b>
2.3 ATOS INTERNACIONAIS .....	40
<b>2.3.1 Órgãos reguladores do comércio internacional</b> .....	<b>43</b>
2.4 BLOCOS ECONÔMICOS.....	49
<b>2.4.1 Tipos de integração econômica</b> .....	<b>56</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>59</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	59
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO.....	63
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS .....	64
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	65
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA</b> .....	<b>67</b>
4.1 O TRATADO TRANSPACÍFICO.....	67
4.2 O TRATADO TRANSPACÍFICO NA ECONOMIA MUNDIAL .....	75
4.3 A RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM OS PAÍSES-MEMBROS DO TRATADO TRANSPACÍFICO .....	77
<b>4.3.1 Relação comercial Brasil <i>versus</i> EUA</b> .....	<b>78</b>
<b>4.3.2 Relação comercial Brasil <i>versus</i> Japão</b> .....	<b>84</b>



4.3.3 Relação comercial Brasil <i>versus</i> Chile.....	87
4.3.4 Relação comercial Brasil <i>versus</i> México .....	90
4.3.5 Relação comercial Brasil <i>versus</i> Canadá.....	93
4.3.6 Relação comercial Brasil <i>versus</i> Peru.....	96
4.3.7 Relação comercial Brasil <i>versus</i> Malásia.....	99
4.3.8 Relação comercial Brasil <i>versus</i> Cingapura.....	101
4.3.9 Relação comercial Brasil <i>versus</i> Austrália .....	103
4.3.10 Relação comercial Brasil <i>versus</i> Vietnã.....	106
4.3.11 Relação comercial Brasil <i>versus</i> Nova Zelândia .....	108
4.3.12 Relação comercial Brasil <i>versus</i> Brunei .....	111
4.4 O TRATADO TRANSPACÍFICO NAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS.....	113
4.4.1 Balança comercial do Brasil <i>versus</i> TPP .....	113
4.4.2 Balança comercial do Brasil <i>versus</i> mercados do TPP .....	115
4.4.3 Fator agregado Brasil <i>versus</i> países-membros do TPP .....	117
4.4.4 Fluxo de mercadorias Brasil <i>versus</i> países-membros do TPP .....	120
4.4.5 Atos bilaterais comerciais Brasil <i>versus</i> países-membros do TPP .....	127
5 CONCLUSÃO .....	130
REFERÊNCIAS.....	133

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, as relações entre os países tornaram-se cada vez mais estreitas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, os Estados Unidos da América (EUA) começaram a expandir seu mercado de atuação, porém foi em 1989, com a queda do muro de Berlim, que o processo de integração mundial de fato alavancou. Com as facilidades obtidas com o avanço da tecnologia e a percepção dos benefícios gerados pela interação e cooperação entre países, surgiu uma situação favorável para a abertura das economias e o comércio internacional. Ao longo dos anos, ficou claro para os países que a abertura de seus mercados resultava no aumento de suas riquezas e gerava oportunidades, além da obtenção de produtos escassos e de alto custo de produção em seu mercado (LENHART, 2008).

Uma forma que os países encontraram para ampliar a interação econômica e social entre si foi por meio da criação de blocos econômicos, principalmente pelas zonas de livre comércio, fase inicial de integração, cujo objetivo é a isenção de tarifas sobre os produtos no comércio entre os países-membros. Esses laços comerciais facilitam a negociação entre as nações, permitindo concessões em relação à tributação e também buscando soluções para questões comerciais comuns. Os blocos econômicos geram crescimento para seus membros, pois facilitam o livre comércio de bens e serviços, permitindo que cada um produza aquilo que lhe é mais rentável (LOPES, 2008).

Por meio da formação de blocos econômicos como a União Europeia, Tratado Norte-americano de Livre Comércio (NAFTA, do inglês *North American Free Trade Agreement*), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC, do inglês *Asia-Pacific Economic Cooperation*) e a Comunidade Andina (CAN), os países expandiram suas relações comerciais e sua área de atuação ao longo dos anos. Recentemente um novo tratado foi firmado: o Tratado Transpacífico (TPP, do inglês *Trans-Pacific Partnership*). Essa junção, composta por doze países da bacia do Pacífico que em 2015 contemplaram aproximadamente 28% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, resultou no maior acordo megarregional dos últimos vinte anos e poderá afetar não só a economia dos países-membros, mas também os rumos do comércio a nível mundial (BRASIL, 2015a).

O Brasil também pode sofrer os impactos desse acordo, já que os componentes do TPP passarão a priorizar as trocas entre si, devido à adoção de normas comuns de comércio e redução e eliminação de tributos. Além disso, nos últimos anos, o Brasil não tem se posicionado diante das negociações comerciais internacionais, perdendo competitividade e tornando-se desinteressante para multinacionais e investidores, que possivelmente irão introduzir em suas estratégias de longo prazo a existência do recente acordo (BRASIL, 2015a).

Com base nesse contexto, o estudo tem por objetivo identificar a dinâmica do Tratado Transpacífico e seus reflexos na balança comercial brasileira.

A pesquisa foi desenvolvida em cinco capítulos. No primeiro são apresentadas a introdução, a situação problema, os objetivos geral e específico e também a justificativa. O segundo trata da fundamentação teórica, contemplando assuntos relacionados à economia internacional. A metodologia utilizada na coleta dos dados e estruturação da pesquisa está detalhada no capítulo terceiro.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, cuja análise essencialmente qualitativa, objetivou responder a situação problema do estudo. Por fim, no capítulo cinco, são evidenciadas a conclusão e as referências utilizadas para a construção da pesquisa.

## 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Historicamente, o Brasil vem se caracterizando por apresentar uma política exterior de caráter não-confrontacionista e, nos últimos anos, tem se mostrado pouco atuante no cenário internacional, não participando dos grandes acordos. Essa postura faz com que o país fique cada vez mais retraído diante do comércio mundial e sujeito aos reflexos desses acordos, como ocorreu recentemente com o TPP.

O TPP tem como componentes doze países, entre os quais EUA e Japão, duas das três maiores potências mundiais, bem como Chile, Canadá, Peru, México, Nova Zelândia, Austrália, Malásia, Cingapura, Brunei e Vietnã. Esse tratado, além de contemplar o livre comércio entre seus membros, também prevê a criação de leis trabalhistas e ambientais comuns.

Já é consenso entre os economistas que o Brasil sofrerá com os reflexos dessa junção. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

(MDIC), em 2015 quase 25% de todas as exportações brasileiras foram destinadas para os países-membros do TPP, visto que os EUA foi o receptor de 13% dessa fatia e atualmente figura como o país com o qual o Brasil mais realiza transações comerciais. Com o tratado, os países darão prioridade para o comércio entre si, devido à queda de tributos e facilidades de comercialização (BRASIL, 2015a; BRASIL, 2015b).

Nesse contexto, o estudo se propõe a esclarecer a seguinte questão:  
**Qual a dinâmica do Tratado Transpacífico e seus reflexos na balança comercial brasileira?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Identificar a dinâmica do Tratado Transpacífico e seus reflexos na balança comercial brasileira.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Compreender a estrutura e a dinâmica do TPP.
- b) Caracterizar os possíveis reflexos do TPP na economia mundial.
- c) Apresentar as características da balança comercial do Brasil com os países-membros do TPP.
- d) Destacar a participação do TPP nas transações comerciais brasileiras.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

No cenário atual, onde as grandes distâncias já não são barreiras, as relações internacionais se tornaram cada vez mais estreitas e as ações realizadas por um país acabam refletindo nos demais. Nesse contexto, o presente estudo procurou identificar a dinâmica do TPP e seus reflexos na balança comercial brasileira.

O trabalho mostra-se relevante por definir como um acordo comercial pode impactar economias a nível global e mostrar também os riscos a que um país

está sujeito quando não se posiciona nem faz o devido uso dos recursos e oportunidades disponíveis. O propósito do estudo é mostrar como o Brasil pode ser impactado com a formação desse novo tratado, já que quase 25% de suas exportações em 2015 tiveram como destino os doze países componentes do acordo. Além disso, o trabalho descreve as características do TPP, que se destaca por apresentar em suas negociações questões até então nunca tratadas em um acordo.

Esse tratado tem gerado bastante debate e levantado questionamentos acerca de seus reflexos, já que engloba normas comerciais, trabalhistas e ambientais comuns. Estudiosos já o consideram o maior acordo megarregional de todos os tempos e com poder de redesenhar os rumos do comércio mundial. Além disso, países como o Brasil, poderão sofrer prejuízos em sua balança comercial, já que os países-membros priorizarão o comércio entre si em detrimento dos demais. Fatores estes que oportunizam o desenvolvimento do estudo.

Em termos de relevância, o estudo é importante para a acadêmica, que irá aprofundar seu entendimento no comércio internacional, tanto para aprendizado pessoal como aplicação na área de mercado externo em que atua; para a universidade, que terá disponível o estudo para pesquisa; e para órgãos e empresas ligados ao comércio internacional, que poderão fazer uso do estudo para consulta e tomada de decisão, com informações concretas pautadas em séria pesquisa.

Por fim, o estudo mostra-se viável já que é possível estruturá-lo com informações disponibilizadas em bases de dados de órgãos relacionados ao comércio exterior, bem como artigos e também notícias sobre o tema veiculadas por fontes consolidadas e de credibilidade. Com esse suporte, a acadêmica pôde concluir o estudo dentro do cronograma estabelecido pelo Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, e também apresentar resultados concretos sobre a ligação do TPP com a balança comercial do Brasil.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica tem como objetivo dar consistência ao trabalho desenvolvido pelo acadêmico por meio dos estudos de outros autores. Assim, o marco teórico apresentado deve ser fruto de intensa revisão de documentos “[...] oferecendo, ainda, elementos para fundamentar a justificativa da escolha do tema” (UNOESC, 2006, p. 96).

Desta forma, esta monografia tem como objetivo apresentar a dinâmica do Tratado Transpacífico e seus reflexos na balança comercial brasileira. Com base nesse tema, será apresentado um panorama da economia internacional e suas principais teorias econômicas, bem como a contextualização de atos internacionais, formação dos blocos econômicos e os reflexos das relações entre os países.

### 2.1 ECONOMIA INTERNACIONAL

A constatação de que nenhum país é autossuficiente para produzir tudo o que necessita ou ainda que os custos não sejam compensatórios, fez com que ao longo da história as nações intensificassem as trocas entre si, comercializando aquilo no qual obtinham maior vantagem. Esse processo, que aconteceu de forma gradual, teve uma projeção considerável nas últimas décadas (FOSCHETE, 2001).

Assim, o comércio internacional é caracterizado pela troca de bens (mercadorias) e serviços (intangíveis) por meio das fronteiras nacionais. Essas transações podem ocorrer por meio de exportações e de importações, caracterizadas no Quadro 1.

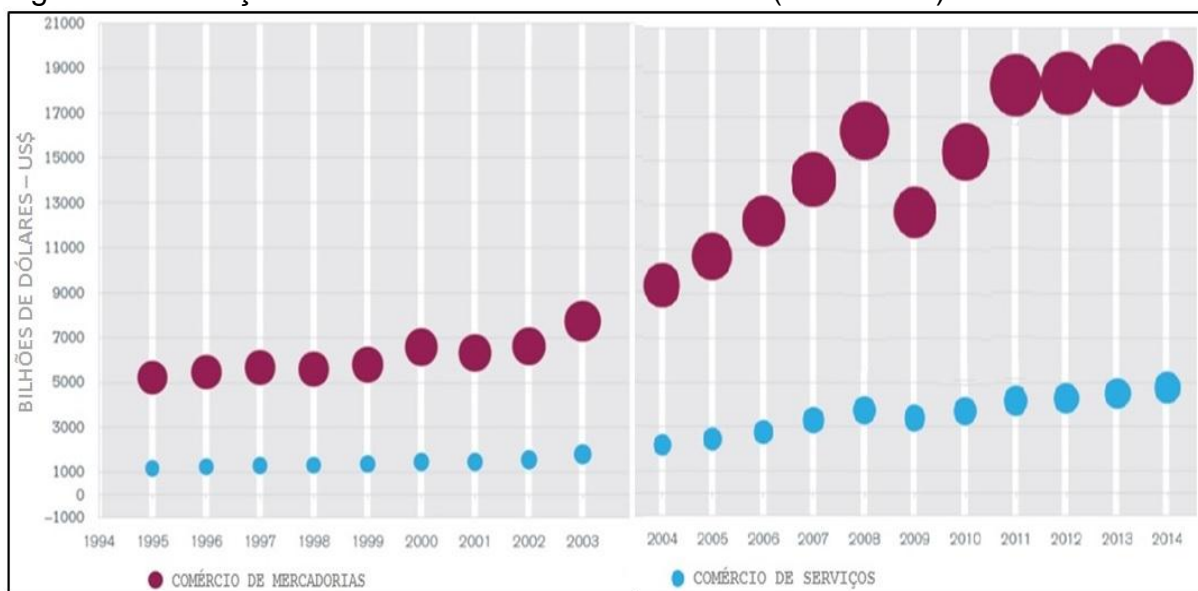
Quadro 1 – Modalidades de transações comerciais do comércio mundial.

MODALIDADE	CONCEITO	TIPOS DE BENS E SERVIÇOS
Exportação	Consiste na venda de um produto ou serviço para o exterior, a partir de uma base no país de origem ou em um terceiro.	Comércio de produtos acabados e bens intermediários, como matéria-prima e componentes.
Importação	Representa a aquisição de bens ou serviços do exterior para uso no país de origem ou em um terceiro.	

Fonte: Elaboração própria a partir de Cavusgil, Knight e Riesenberger (2009, p. 4).

A partir deste contexto, a Figura 1 evidencia a evolução do comércio mundial baseado nas exportações e importações de mercadorias e serviços nos últimos vinte anos.

Figura 1 – Evolução da corrente de comércio mundial (1994-2014).



Fonte: Adaptado de *World Trade Organization - WTO* (2015).

Observa-se que até o ano 2000 as correntes de comércio cresceram moderadamente. O aumento se deu a partir de 2001, acentuando-se fortemente nos anos seguintes. Com a crise econômica de 2008, houve uma queda acentuada especialmente no comércio de mercadorias. Desde então, há uma recuperação gradual nas transações mundiais (WTO, 2015).

O exponencial crescimento ocorrido entre 2002-2008 foi reflexo de fatores como: *i)* o aumento nos preços das *commodities*; *ii)* a adesão da China na OMC (Organização Mundial do Comércio) em dezembro de 2001; e *iii)* a introdução da moeda do EURO em 2002. Somente em 2008, com a crise financeira desencadeada pela crise de hipotecas nos EUA, houve uma recessão no comércio global, culminando na queda de 12% das exportações mundiais no ano de 2009 (WTO, 2015).

Algumas economias destacam-se no comércio internacional, possuindo uma representatividade maior nas exportações e importações. A Tabela 1 apresenta o *ranking* dos 10 principais exportadores mundiais de mercadorias no ano de 2014.

Tabela 1 – Principais países exportadores de bens em 2014.

PAÍS	VALOR (US\$)	PARTICIPAÇÃO %
China	2,5 trilhões	13,71%
Estados Unidos	1,5 trilhões	8,36%
Alemanha	1,4 trilhões	7,64%
Japão	780,3 bilhões	4,26%
Coréia do Sul	592,3 bilhões	3,23%
França	588,2 bilhões	3,21%
Holanda	515,1 bilhões	2,81%
Itália	501,1 bilhões	2,73%
Canadá	486,0 bilhões	2,66%
Rússia	483,6 bilhões	2,64%

Fonte: Adaptado de *World Bank* (2014a).

Já a Tabela 2 apresenta os 10 maiores importadores de mercadorias em 2014.

Tabela 2 – Principais países importadores de bens em 2014.

PAÍS	VALOR (US\$)	PARTICIPAÇÃO %
Estados Unidos	2,1 trilhões	11,78%
China	1,5 trilhões	8,20%
Alemanha	1,1 trilhão	6,15%
Hong Kong	710,8 bilhões	3,89%
Reino Unido	668,6 bilhões	3,65%
França	649,5 bilhões	3,55%
Japão	638,3 bilhões	3,49%
Holanda	629,4 bilhões	3,44%
Países da Ásia	501,7 bilhões	2,74%
Itália	464,3 bilhões	2,54%

Fonte: Adaptado de *World Bank* (2014b).

EUA e China apresentam-se como as principais economias atuais, liderando as importações e exportações, respectivamente. Conforme pode ser observado, cerca de um quinto das transações mundiais de bens (22,07% de exportações e 19,98% das importações) estão concentradas entre EUA e China, seguidos da Alemanha.

Diferente do comércio de bens, as transações envolvendo serviços oscilaram muito menos na evolução do comércio internacional. Esse fato sugere que os serviços são mais resistentes às crises, tanto que nos últimos 20 anos somente houve queda de 9% em 2009, reflexo da crise financeira do ano anterior, voltando a crescer de forma constante nos anos subsequentes. Em 2014, enquanto as transações de bens aumentaram 0,5% em relação ao ano anterior, o comércio de serviços cresceu 5%, ou seja, apesar de representar apenas um quinto do total do comércio de bens e serviços, essa corrente tem tido uma expressão maior do ponto de vista de crescimento (WTO, 2015).



Nas Tabelas 3 e 4, é possível verificar os principais países importadores e exportadores de serviços, bem como a respectiva participação no comércio mundial. Assim como no comércio de bens, EUA e China despontam como líderes mundiais, porém enquanto em termos de importações há uma diferença mínima entre ambos. No cenário de exportações os EUA representam 14,5%, mais da metade do número alcançado pela China, 6,0%.

Tabela 3 – Principais países exportadores de serviços em 2015.

PAÍS	VALOR (US\$ BILHÕES)	PARTICIPAÇÃO %
EUA	690,1	14,5%
Reino Unido	345,1	7,3%
China	285,5	6,0%
Alemanha	247,3	5,2%
França	239,7	5,0%
Países Baixos	178,1	3,7%
Japão	157,9	3,3%
Índia	155,3	3,3%
Cingapura	139,3	2,9%
Irlanda	127,7	2,7%

Fonte: Adaptado de MDIC (2015d).

Tabela 4 – Principais países importadores de serviços em 2015.

PAÍS	VALOR (US\$ BILHÕES)	PARTICIPAÇÃO %
EUA	469,1	10,2%
China	466,3	10,1%
Alemanha	289,5	6,3%
França	228,2	4,9%
Reino Unido	207,7	4,5%
Japão	173,7	3,8%
Holanda	157,1	3,4%
Irlanda	151,6	3,3%
Cingapura	143,3	3,1%
Índia	122,2	2,7%

Fonte: Adaptado de MDIC (2015d).

O comércio de serviços é composto por atividades realizadas por empresas do ramo de transportes, viagens, seguro, hotelaria, varejo e inúmeros outros segmentos. Como já mencionado anteriormente, embora o comércio de serviços tenha crescido mais que o de bens, seu valor absoluto é bem menor: US\$ 4,872 bilhões em 2014, frente a US\$ 19,002 bilhões da corrente de mercadorias. Esse número se explica pelos desafios aos quais os serviços estão sujeitos, principalmente por que nem todo serviço pode ser exportado (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009).

Uma das formas de oferecer serviços em outros países ocorre por meio de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), ou seja, enquanto na

exportação/importação acontece a remessa de bens e serviços entre as fronteiras, no IDE a própria empresa se desloca até o exterior para assegurar a propriedade de ativos. Esses ativos, denominados fatores de produção, incluem capital, tecnologia, talento gerencial e infraestrutura manufatureira (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009).

Com a internacionalização das empresas por meio do IDE, os países passaram a especializar-se em determinadas etapas do processo produtivo de bens. Esse fenômeno, conhecido como especialização vertical, gerou novas oportunidades comerciais para países em desenvolvimento e intensificou o surgimento de cadeias de valor mundial, o que acarretou numa base manufatureira mais diversificada geograficamente (WTO, 2015).

As cadeias de valor constituem uma sequência de atividades de valor agregado e as razões mais comuns para a instalação dessas atividades em outros países advém da redução de custos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ou de produção, bem como acesso a um maior público de clientes (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009). A Figura 2 especifica atividades da cadeia de valor de uma empresa que podem ser internacionalizadas.

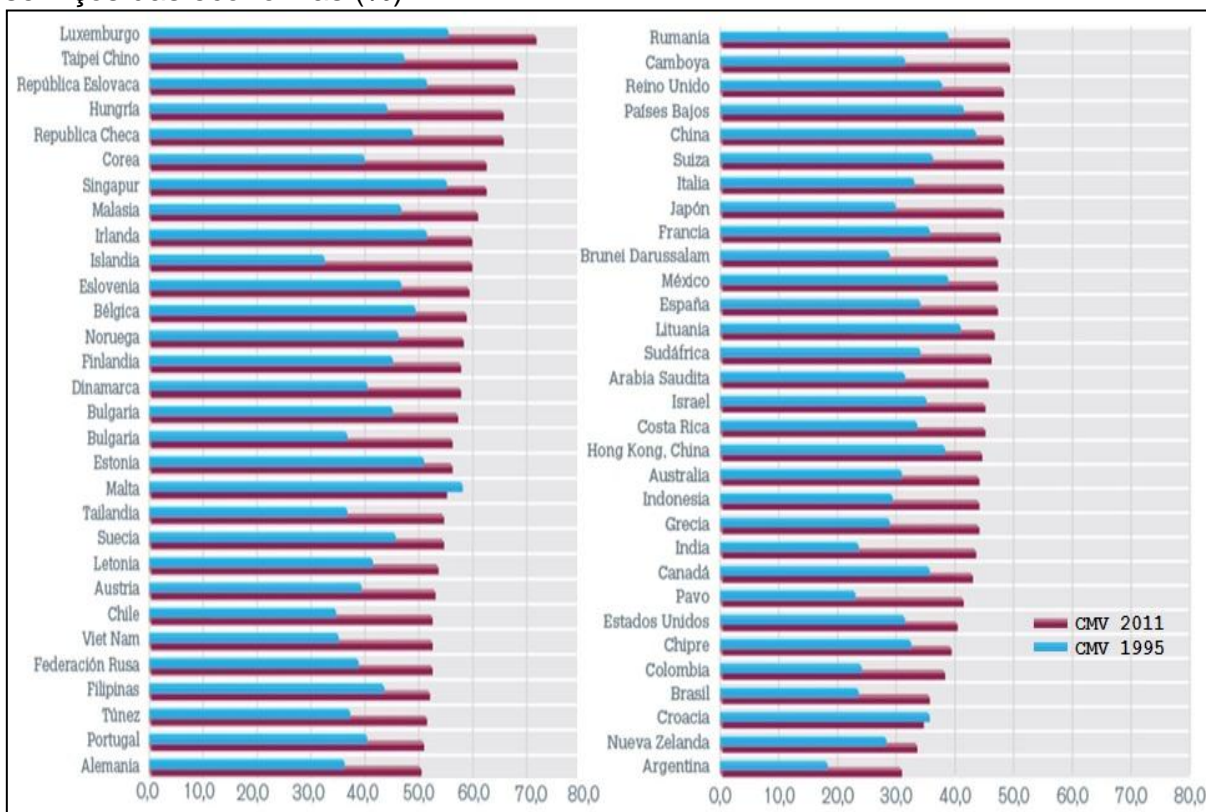
Figura 2 – Estágios da cadeia de valor de uma empresa.



Fonte: Adaptado de Cavusgil, Knight e Riesenberger (2009).

Entre 1995 e 2011 (último ano de que se dispõem dados), as importações de insumos primários destinados à produção de bens e serviços finais ampliaram a participação de algumas economias nas cadeias de valor mundial, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Contribuição das cadeias de valor nas exportações brutas de bens e serviços das economias (%).



Fonte: Adaptado de WTO (2015).

Como se pode observar, as cadeias de valor incrementaram expressivamente as economias dos países. Alguns exemplos são países exportadores de petróleo, como a Arábia Saudita, Brunei, Rússia e Noruega, bem como países sul americanos exportadores de produtos agropecuários e minerais (WTO, 2015).

A Figura 4 mostra a entrada de IDE em países desenvolvidos\*, em desenvolvimento\*\* e em transição\*\*\* entre os anos de 1995 e 2014. Enquanto as economias desenvolvidas apresentaram diminuição de investimentos diretos, as economias em transição e em desenvolvimento aumentaram vertiginosamente, com destaque expressivo para as economias em desenvolvimento, que encerraram 2014 com crescimento de 55%. Outro fator que corrobora com as informações acima citadas é o aumento da participação das exportações destinadas às economias em desenvolvimento, indo de 26% em 1995 para 39% em 2014, enquanto que as

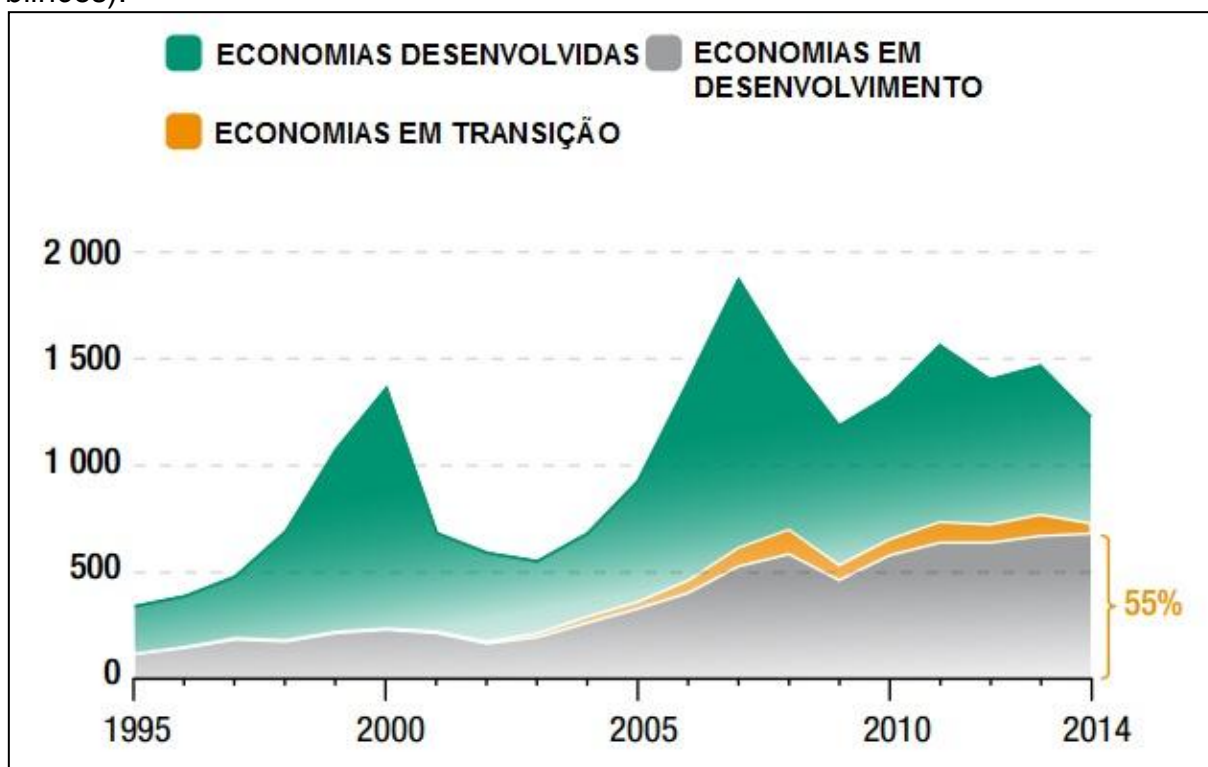
\* Países com alto nível de desenvolvimento econômico e social.

\*\* Países emergentes, com nível de desenvolvimento social médio e grande potencial econômico.

\*\*\* Países que estão mudando sua economia de planejada para economia de mercado.

economias desenvolvidas diminuíram de 68% em 1995 para 56% em 2014 (WTO, 2015).

Figura 4 – Entrada de IDE por grupos da economia mundial, 1995-2014 (US\$ bilhões).



Fonte: Adaptado de UNCTAD (2015).

A crescente integração entre os territórios, acelerada em função dos avanços tecnológicos e também pela criação de acordos comerciais, oferece aos países alternativas de crescimento e melhor uso de seus recursos. Como afirma Cassano (2002, p. 102), “[...] o comércio internacional é tratado como a alternativa ideal para que os países aproveitem melhor os seus fatores produtivos”, e foram os mercantilistas os primeiros a constatar a importância do comércio entre as nações, conforme apresentado a seguir.

### 2.1.1 Teorias do comércio internacional

Diversas teorias foram desenvolvidas para explicar aspectos provenientes do comércio entre as nações. Tanto as teorias clássicas como as contemporâneas debatem questões acerca do comércio internacional, entretanto as teorias clássicas buscam responder por que as nações fazem comércio, enquanto as

contemporâneas buscam explicar como as nações intensificam sua vantagem competitiva (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009).

Os primeiros debates sobre negócios internacionais ocorreram com o surgimento da doutrina econômica mercantilista, que prevaleceu na Europa entre os séculos XVI e XVIII e caracterizou a primeira tentativa de entender o comércio internacional (FOSCHETE, 2001).

No mercantilismo, a riqueza de um país era medida pela quantidade de ouro e prata acumulados e o comércio internacional visto unicamente como uma oportunidade de aumentar esse estoque. Para os mercantilistas, no comércio entre os países somente um lado era beneficiado, por isso eram adotadas medidas altamente protecionistas, com o intuito de obter uma balança comercial favorável (FOSCHETE, 2001). Para Coutinho *et al.* (2005, p.102), a doutrina mercantilista “[...] justificava o comércio internacional pela oportunidade que ele oferecia de se obter um excedente na balança comercial. O objetivo era o *superávit* comercial, que deveria ser atingido a qualquer custo”.

A partir de meados do século XVIII, o mercantilismo com seu caráter protecionista foi substituído pelo liberalismo econômico, pois “[...] o comércio com outros países [...] passa a ser tratado como a principal forma de uma país obter impulso no seu crescimento econômico” (CASSANO, 2002, p. 113). Foi Adam Smith, economista político escocês, quem demonstrou que o comércio entre os países poderia ser benéfico para ambos os lados.

Divergindo da escola mercantilista, Adam Smith defendia a divisão do trabalho e criticava o protecionismo, numa fase que ficou conhecida como liberalismo econômico (MOREIRA, 2012). Smith desenvolveu a Teoria da Vantagem Absoluta, na qual defende que os países devem vender as mercadorias com custos de produção absolutos menores e importar aquilo onde os custos de produção internos forem maiores, com foco na especialização. Como consequência ocorreria “o aumento da produção, da riqueza das nações e do bem-estar mundial, como um todo” (OLIVEIRA, 2007b, p. 2).

Em seu livro *A Riqueza das Nações*, publicado originalmente em 1776, Smith defende sua tese com a seguinte analogia:

Eis uma máxima que todo chefe de família prudente deve seguir: nunca tentar fazer em casa aquilo que seja mais caro fazer do que comprar. O alfaiate não tenta fabricar seus sapatos, mas os compra do sapateiro. Este não tenta confeccionar seu traje, mas recorre ao alfaiate. O agricultor não tenta fazer nem um nem outro, mas se vale desses artesãos. Todos

consideram que é mais interessante usar suas capacidades naquilo em que tem vantagem sobre seus vizinhos e comprar, com parte do resultado de suas atividades, ou o que vem a dar no mesmo, com o preço de parte das mesmas, aquilo de que venham a precisar (SMITH, 1985, p. 380).

Com o tempo, a Teoria das Vantagens Absolutas de Smith passou a ser questionada, pois se um país não obtivesse vantagem absoluta não poderia participar dos ganhos no comércio internacional. Foi David Ricardo quem aprimorou a teoria de Smith, criando a Teoria das Vantagens Comparativas ou Relativas, relatada em seu livro *Princípios de Economia Política e de Tributação*, de 1817 (COUTINHO *et al*, 2005). Esta teoria defende que cada país deve especializar-se na produção daquilo que traz maior vantagem ou menor desvantagem relativa, gerando excedentes para a exportação e permitindo importar aquilo cuja produção interna seja inviável (CASSANO, 2002).

De acordo com Oliveira (2007b), em geral as principais teorias sobre o comércio internacional se baseiam na Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, havendo divergência somente no que se refere aos determinantes das vantagens estabelecidas por ele. Apesar dos teóricos clássicos utilizarem argumentos sem levar em conta determinados fatores, como custos de transportes e imperfeições que dificultam a mobilidade doméstica dos fatores de produção, essas teorias mostram que “o comércio induz processos de especialização que podem tornar as economias mutuamente mais eficientes, com mais alto padrão de produção e de consumo” (BRASIL, 2011a, p. 33).

Enquanto Adam Smith e David Ricardo defendiam a abertura do comércio entre os países com mais abrangência, Friedrich List, economista alemão, foi um defensor do “protecionismo educador”, rejeitando os argumentos da teoria clássica. List defendia que o comércio livre não era benéfico para países em desenvolvimento que mantinham relações comerciais com países já industrializados e que medidas protecionistas eram uma forma de conquistar a maturidade industrial (OLIVEIRA; SANTANA, 2008). List coloca o protecionismo como uma ferramenta para a construção de uma nação forte e apta para competir em um mundo de livre comércio de modo seguro e ativo, não como um modelo definitivo a ser seguido (OLIVEIRA, 2007b).

Em sua obra *Sistema Nacional de Economia Política*, publicada em 1841, List apresentou a Teoria das Forças Produtivas, onde o Estado deveria fazer uso de políticas comerciais para desenvolver as forças produtivas nacionais e

consequentemente gerar prosperidade para todo o país, de acordo com estratégias já definidas. Apesar de reconhecer o protecionismo como uma forma de estratégia, ele não era radical. List defendia o livre comércio de produtos agrícolas e matérias-primas que, segundo ele, eram importantes para todas as nações, independentemente do nível econômico em que estavam (MOURÃO, 2014; OLIVEIRA, 2007b).

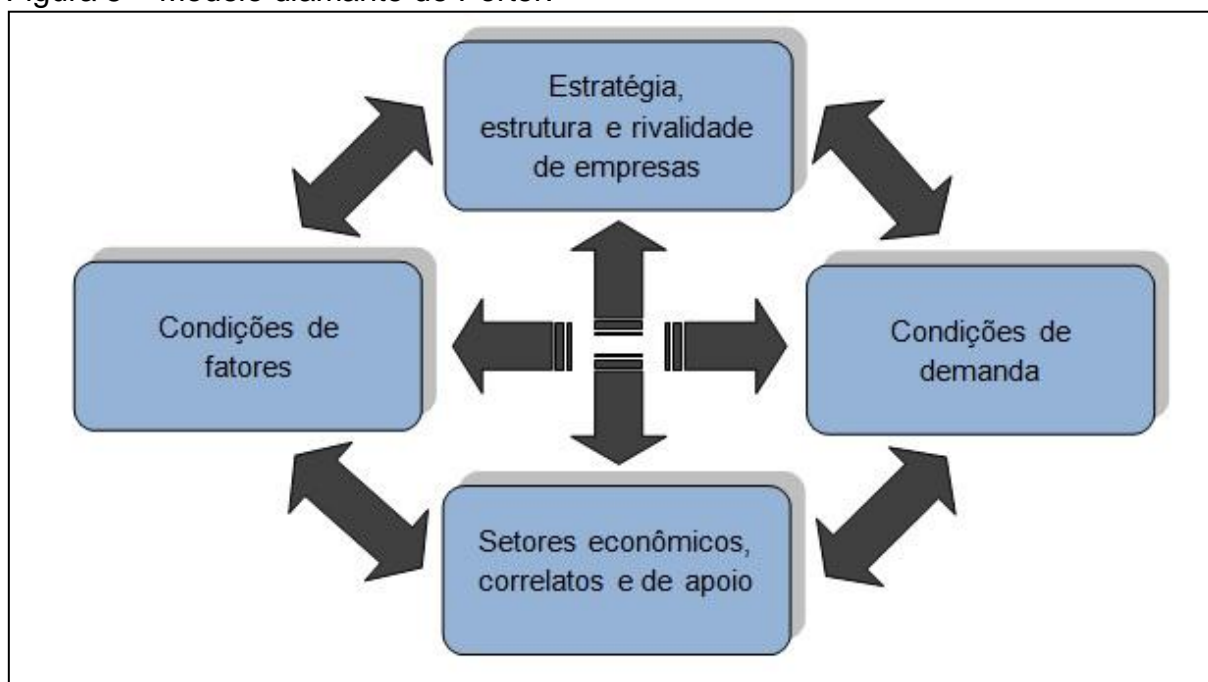
Embora as primeiras teorias clássicas desenvolvidas fornecessem fundamento lógico para o comércio internacional, elas não conseguiam contemplar todos os fatores relacionados à complexidade do mesmo. Uma das teorias que abarca esse aspecto é a Teoria das Proporções dos Fatores, criada em 1920 pelos economistas suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin, com ênfase na importância dos fatores de produção de cada nação. Essa linha de pensamento defende que cada país deve exportar os bens que usam de forma intensiva os fatores abundantes de produção e importar os bens que utilizam de modo intensivo os fatores escassos de produção – força de trabalho, recursos naturais e capital (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009).

Com base nos avanços tecnológicos e também nas estruturas dos mercados, surgiram teorias contemporâneas sobre o comércio internacional, caracterizadas por contemplar as economias de escala e intensificar as vantagens competitivas das economias nacionais.

Michael Porter, professor de economia de Harvard, em 1990, por meio de seu livro *A Vantagem Competitiva das Nações*, explica que a vantagem competitiva de um país está diretamente ligada às vantagens competitivas coletivas das empresas oriundas desse país e que essa vantagem nasce da inovação, isto é, com a contínua descoberta de melhores produtos, serviços e meios de realizar as atividades, os países sustentam a inovação e consequentemente a vantagem competitiva, permitindo melhor desempenho do que seus concorrentes (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009).

Para melhor explicar a vantagem competitiva, Porter desenvolveu o Modelo Diamante, composto por quatro elementos, conforme Figura 5.

Figura 5 – Modelo diamante de Porter.



Fonte: Adaptado de Cavusgil, Knight e Riesenberger (2009).

No Quadro 2 são explanados os quatro pontos do Modelo Diamante. Para Porter, a vantagem competitiva de uma nação ou empresa depende da presença e da qualidade desses fatores.

Quadro 2 – Elementos do Modelo Diamante de Porter.

ELEMENTO	CARACTERIZAÇÃO
Estratégia, estrutura e rivalidade de empresas	Trata da competição interna e como um país influencia no modo de criação e organização das empresas. Quanto mais concorrentes fortes houver em uma nação, maior será sua vantagem competitiva nacional.
Condições de fatores	Descreve a posição de um país em fatores de produção. Cada nação tem abundância relativa em determinados fatores e isso determina a natureza de sua vantagem competitiva.
Condições de demanda	Trata da demanda interna por determinados bens e serviços. Quanto mais exigentes forem os consumidores, maior será a pressão para fabricação de melhores produtos e inovação constante.
Setores econômicos correlatos e de apoio	Refere-se à existência de fornecedores, concorrentes e empresas que se destacam em determinados setores, que trabalham de forma correlata proporcionando sinergia de informações, economias de escala e escopo e acesso a insumos adequados.

Fonte: Elaboração própria a partir de Cavusgil, Knight e Riesenberger (2009, p. 79-80).

Porter formulou sua teoria baseado na realidade do mundo comercial internacional e de acordo com questões relacionadas às estratégias empresariais.



Para Porter, o modo como os recursos são utilizados em prol da produtividade é a principal determinante de competitividade de um país, ou seja, a vantagem competitiva de uma nação (OLIVEIRA, 2007b; COUTINHO *et al*, 2005).

Outro economista contemporâneo foi Paul Krugman. De acordo com Krugman, cada país precisa trabalhar produzindo um *mix* limitado de mercadorias ao invés de um uma grande variedade, pois assim consegue produzir em maior escala, que por meio do comércio internacional pode ter acesso a uma grande variedade de bens ao mesmo tempo em que obtém vantagens na economia de escala (MOREIRA, 2012).

As teorias econômicas internacionais mostram como o comércio mundial evoluiu ao longo da história e como fatores foram adicionados à construção dessas teorias em busca de entendimento e aperfeiçoamento. Devido a sua complexidade, o comércio internacional não pode ser explicado por uma única linha de pensamento. Na busca por expansão de seus mercados e visando melhores condições de negociação, os países passaram a estabelecer tratados entre si e para isso criaram medidas legais de abrangência internacional, como os atos internacionais e os acordos comerciais, regulamentados por órgãos internacionais.

### **2.1.2 Teorias da internacionalização**

As teorias da internacionalização são classificadas de acordo com duas linhas de pesquisa: econômica e comportamental. As abordagens econômicas analisam fatores racionais para explicar a decisão de internacionalização, focada no aumento de retorno econômico. Por outro lado, os modelos comportamentais avaliam a internacionalização do ponto de vista de evolução comportamental, na qual as decisões tomadas pela organização são fortemente dependentes do conhecimento adquirido com a experiência, visando reduzir riscos (FLEURY A.; FLEURY M., 2007).

No Quadro 3 são apresentadas as abordagens de cunho econômico, desenvolvidas com o intuito de explicar a internacionalização sob um prisma puramente racional. A primeira contribuição ocorreu em 1959, por parte de Penrose, e com a evolução dos mercados e fatores globais, novas teorias foram lançadas.

Quadro 3 – Principais teorias econômicas de internacionalização.

(continua)

TEORIAS ECONÔMICAS	CARACTERÍSTICAS
Teoria Baseada em Recursos	Foi a economista estadunidense Edith Penrose, que em 1959 lançou a Teoria da Visão Baseada em Recursos ou <i>Resource Based View</i> (RBV). De acordo com esse modelo, as empresas devem utilizar recursos subutilizados em novos mercados ou organizações, buscando estabelecer economias de escopo e a sustentação de vantagens competitivas por meio de seus recursos e capacidades empresariais. Entretanto esta vantagem dependerá da visão da empresa em empregar racionalmente seus recursos mais valiosos, isto é, a internacionalização é impulsionada pelos recursos exclusivos e a capacidade organizacional (TEIXEIRA; FLORES, 2014).
Teoria do Poder de Mercado	Teoria elaborada por Stephen Hymer em 1960/76. Diz que num primeiro momento, a empresa amplia sua atuação no mercado doméstico, por meio de fusões, aquisições e aumento da capacidade produtiva. Com o crescimento dos lucros e poder no mercado interno, é possível investir no exterior e buscar construir a mesma participação do mercado de origem. O investimento pode ser de portfólio, considerando a taxa de juros como fator de tomada de decisão, ou de investimento direto, por meio da análise dos lucros gerados com base no controle exercido pela empresa no exterior (TEIXEIRA <i>et al</i> , 2010; VARANDA <i>et al</i> , 2010).
Teoria do Ciclo de Vida do Produto	Em 1966, o professor de Harvard Raymond Vernon lançou a Teoria do Ciclo de Vida do Produto, pela qual tentou explicar o comércio entre as nações com base no desenvolvimento e difusão dos produtos pelo mundo. Vernon dividiu o ciclo do produto em três fases evolutivas: a) introdução – primeira fase, caracterizada pela criação e consolidação de produtos em países desenvolvidos, com maior poder de mercado e capacidade de investir em P&D; b) crescimento – inicia-se a exportação do produto e sua tecnologia, o que faz surgir concorrentes espalhando a produção em outros países; c) maturidade – fase em que a produção se padroniza, e o país que deu origem ao produto passam a importá-lo ou transferir sua produção para países com custos mais baixos (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009; BRITO; OLIVA, 2009).
Teoria dos Custos de Transação	Desenvolvida na década de 70 por Oliver Eaton Williamson, a Teoria dos Custos de Transação (TCT) tem como foco a empresa, o mercado e as relações contratuais, defendendo que os custos de transação são reduzidos quando há um alinhamento entre esses atributos. De acordo com a TCT, se os custos externos são maiores que os custos de governança internos, a empresa tende a se integrar verticalmente (AUGUSTO; SOUZA; CARIO, 2013; MARTINS; SOUZA, 2014).
Teoria da Internalização	A teoria elaborada por Peter Buckley e Mark Casson em 1976, baseia-se nos custos de transações para avaliar se uma empresa deve ou não internalizar-se para desenvolver determinada atividade. Ou seja, a organização tem a possibilidade de escolher o que exercer no exterior em termos de lucratividade, adotando o grau ideal de atuação no mercado internacional (TEIXEIRA <i>et al</i> , 2010).
Teoria do Paradigma Eclético	Desenvolvida por John Dunning entre 1977 e 1988, essa teoria parte do pressuposto de que toda empresa deve fazer uma avaliação antes de se inserir em mercado estrangeiro de pontos relativos à produção e comercialização de seu produto, identificando assim a melhor estratégia de inserção. O paradigma eclético ainda defende que cada empresa possui vantagens próprias, divididas em Vantagens de Propriedade – posse de ativos intangíveis, Vantagens de Localização – acesso a recursos e ativos em locais específicos, e Vantagens de Internalização – cooperação entre empresas de mesmo mercado e seus fornecedores (VARANDA <i>et al</i> , 2010).

Quadro 3 – Principais teorias econômicas de internacionalização.

(conclusão)

TEORIAS ECONÔMICAS	CARACTERÍSTICAS
Teorias das Vantagens das Nações	Michael Porter publicou em 1990, por meio da Teoria das Vantagens das Nações estudos no qual defendia que características do ambiente de negócios das nações proporcionam não apenas riqueza e maior qualidade de vida para a população, mas também melhor desempenho das empresas ali instauradas. A estratégia baseia-se no posicionamento da empresa em seu ambiente, visando proteger a organização das forças competitivas (VASCONCELOS; CYRINO, 2000; SILVA; MOTTA, 2009).

Fonte: Elaboração própria a partir dos autores acima referenciados.

Em contrapartida, as abordagens de caráter comportamental, surgiram da necessidade de explicar a internacionalização considerando fatores além dos puramente econômicos e com foco em empresas de menor porte, conforme apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Principais teorias comportamentais de internacionalização.

(continua)

TEORIAS COMPORTAMENTAIS	CARACTERÍSTICAS
Modelo de Uppsala	Elaborada Jan Johanson e Finn Weidershein-Paul em 1975, procura sistematizar o processo de internacionalização, no qual as empresas gradualmente e de forma sequencial se movem em direção a países geograficamente e culturalmente mais próximos, diminuindo incertezas e riscos. Com a internacionalização gradativa, os países adquirem conhecimento, utilizados para alcançar mercados “psicologicamente” mais distantes (FLEURY, A.; FLEURY, M., 2007).
Teoria das Redes	De autoria de Jan Johanson e Jan-Erik Vahlne em 1990, a Teoria das Redes, também nomeada de Networks, trata do relacionamento de longo prazo estabelecido entre as empresas e como esses laços influenciam nas decisões referentes à internacionalização. Apesar de envolver custos e incertezas, esse relacionamento é fonte de incontáveis conhecimentos e oportunidades (TEIXEIRA <i>et al</i> , 2010; BEMVINDO, 2014).
Teoria de <i>I-Models</i>	Lançada em 1993 por Otto Andersen, essa teoria contemporânea voltada para a internacionalização de pequenas e médias empresas considera a internacionalização como uma forma de inovação, isto é, o ato de se internacionalizar é tratado como uma estratégia de inovação para engajamento em mercados externos (GALIMBERTI; FRACASSO, 2008).
Teoria do Modelo de Empresas Produtoras Exportadoras Brasileiras	Desenvolvido por Pedro Guilherme Kraus em 2006, esse modelo de internacionalização reconhece que há um acúmulo de aprendizagem e capacidade em empresas localizadas em países em desenvolvimento. Kraus, por meio de seus estudos, elaborou uma abordagem adequada à realidade brasileira, que se caracteriza por quatro etapas graduais: <i>i)</i> pré-envolvimento; <i>ii)</i> envolvimento passivo; <i>iii)</i> envolvimento ativo e; <i>iv)</i> envolvimento comprometido. Sendo que em cada etapa existem sub-etapas (GONZALES; CUNHA, 2010).

Quadro 4 – Principais teorias comportamentais de internacionalização.

(conclusão)

TEORIAS COMPORTAMENTAIS	CARACTERÍSTICAS
Teoria do Empreendedorismo Internacional	De autoria de Lan e Wu (2010), a teoria justifica o uso do empreendedorismo como forma de representar a orientação estratégica da empresa. Essa recente teoria evidencia a figura do empreendedor no processo de internacionalização e sua capacidade de interferir nas circunstâncias, visualizando novas combinações e acelerando o processo de entrada em mercados externos (MENDONÇA, 2011).

Fonte: Elaboração própria a partir dos autores acima referenciados.

## 2.2 BALANÇO DE PAGAMENTOS

O crescimento constante do comércio exterior fez surgir a necessidade de registrar as operações internacionais realizadas entre os países. Essa carência foi suprida com a instauração do Balanço de Pagamentos, ferramenta contábil padronizada, utilizada para registrar, classificar e interpretar as transações internacionais, fornecendo às autoridades monetárias informações para a formulação de políticas monetária, fiscal, cambial e comercial (FOSCHETE, 2001, MAIA, 2013).

Inicialmente, o Balanço de Pagamentos era conceituado como um registro de pagamentos e recebimentos feitos com o exterior, porém o fato de abranger também outras operações, como donativos, levou a alteração de sua definição. Atualmente, o conceito adotado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e também utilizado pelo Banco Central do Brasil, afirma que “Balanço de Pagamentos é o registro estatístico de todas as transações – fluxo de bens e direitos de valor econômico – entre os residentes\* de uma economia e o restante do mundo, ocorridos em determinado período de tempo” (FOSCHETE, 2001; BRASIL, 2002c).

Todas as transações internacionais realizadas pelos países são registradas no Balanço de Pagamentos, contemplando cinco grupos de contas, conforme mostra o Quadro 5.

---

\* O termo residente indica pessoa física ou jurídica domiciliada no país.

Quadro 5 – Estrutura do Balanço de Pagamentos.

<b>1 Transações Correntes</b> <b>1.1 Balança Comercial</b> Exportação Importação <b>1.2 Serviços</b> Viagens Transportes Seguros Financeiros Computação e Informações <i>Royalties</i> e Licenças Aluguel de equipamentos Serviços Governamentais Outros Serviços <b>1.3 Rendas</b> Salário e Ordenados Rendas de Investimentos (Juros, Lucros e Dividendos) <b>1.4 Transferências Unilaterais</b> Donativos Manutenção de residentes no país
<b>2 Conta Capital</b> Transferência de patrimônio
<b>3 Conta Financeira</b> Investimentos Diretos Investimentos em Carteira Derivativos Outros Investimentos
<b>4 Erros e Omissões</b>
<b>5 Saldo (<i>déficit ou superávit</i>)</b>

Fonte: Adaptado a partir de Maia (2013).

A seguir serão descritas as cinco contas que compõem essa estrutura.

### 2.2.1 Transações correntes

As Transações Correntes, também conhecidas por Conta Corrente, são uma expressiva conta do Balanço de Pagamentos compostas por quatro subgrupos: i) balança comercial; ii) serviços; iii) rendas; e iv) transferências unilaterais.

A balança comercial registra todas as transações que envolvem exportações e importações de mercadorias, considerando seus valores *FOB*\*. Não são classificadas como exportações o envio de mercadorias pelos governos para suas embaixadas e consulados no exterior e o envio de materiais pelos exércitos para tropas sediadas em outro território. No Balanço de Pagamentos as exportações são contabilizadas como receitas e as importações consideradas despesas, sendo

---

\* *Free on board*: termo internacional de comércio, no qual o comprador assume todos os riscos e custos relacionados à mercadoria assim que ela é colocada a bordo do navio.

que a soma desses dois saldos é chamado de intercâmbio comercial (FOSCHETE, 2001; MAIA, 2013).

Na balança de serviços são lançadas todas as entradas e saídas de recursos pertinentes a pagamentos de viagens internacionais, transportes, seguros, serviços financeiros, computação e informação, *royalties* e licenças, aluguel de equipamentos, serviços governamentais e outros serviços, relativos às receitas e despesas de comércio, pessoais, culturais e recreativas, bem como profissionais, empresariais e técnicas (FOSCHETE, 2001; PRATES; REZENDE, 2015).

No subgrupo rendas são registrados os salários e ordenados e as rendas de investimentos. Os salários e ordenados correspondem a pagamentos vindos do exterior para trabalhadores domiciliados no país e remessas para pagamentos de trabalhadores residentes fora do território nacional. As rendas de investimentos se apresentam sob três tipos: a) investimentos diretos, relativos a lucros e dividendos, bem como juros de empréstimos intercompanhias; b) investimentos em carteira, compostas por ganhos oriundos da Bolsa e aplicações em títulos mobiliários; e c) rendas de outros investimentos, compostas por juros de créditos comerciais, de agências governamentais e órgãos internacionais, bem como juros de depósitos e outros passivos e ativos (MAIA, 2013; PRATES; REZENDE, 2015).

As transferências unilaterais são operações que não criam obrigações, visto que o país que recebe a moeda ou mercadoria não necessita devolver nada em troca. Nesse subitem são registrados os donativos, entre eles contribuições para manutenção de imigrantes, reparações de guerra ou ajuda a instituições beneficentes (PRATES; REZENDE, 2015).

A soma algébrica dos saldos dos quatro subgrupos supracitados gera o saldo de Transações Correntes. O resultado dessa conta, quando positivo, impede eclosão de crises cambiais, visto que o país pode pagar suas obrigações externas, o que conseqüentemente gera mais negócios, pois o mercado internacional vê esse saldo positivo como uma boa opção. Em contrapartida, o saldo negativo deixa o país vulnerável a crises cambiais, já que esse fator gera desconfiança por parte dos investidores e banqueiros (MAIA, 2013).

### **2.2.2 Conta capital**

A Conta Capital passou a fazer parte do Balanço de Pagamentos a partir da quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI. Conforme informações do Banco Central do Brasil (BCB), nessa conta são registradas as transferências, tanto entradas como saídas, de patrimônio de migrantes e também a venda e compra de marcas e patentes (BRASIL, 2002b).

### **2.2.3 Conta financeira**

A Conta Financeira registra as transações envolvendo ativos e passivos financeiros entre residentes e não residentes. Essa conta representa o somatório dos valores de quatro itens, a saber: *i*) investimentos diretos; *ii*) investimentos em carteira; *iii*) derivativos, relativos à entrada e saída de capitais decorrentes de concessão de empréstimos recíprocos entre bancos, opções e futuros; e *iv*) outros investimentos, envolvendo fluxos de valores de ativos e passivos, relativos a empréstimos e moedas e depósitos (MAIA, 2013; PRATES; REZENDE, 2015).

### **2.2.4 Erros e omissões**

A conta Erros e Omissões destina-se a compensar toda sobrestimação ou subestimação dos valores registrados no Balanço de Pagamentos. Conforme o BCB, teoricamente os lançamentos no balanço deveriam apresentar um total líquido zero, porém devido às discrepâncias temporais das fontes de dados utilizadas, isto é, há o registro de um fato mas não há o registro do outro, isso não ocorre e essa divergência gera um valor na conta Erros e Omissões como forma de equilibrar o balanço de contas (BRASIL, 2002a).

### **2.2.5 Saldo (*déficit e superávit*)**

A soma dos saldos das Transações Correntes, da Conta de Capital, Conta Financeira e Erros e Omissões resultará no saldo do Balanço de Pagamentos do país, que pode ser deficitário, superavitário ou nivelado. No Quadro 6 são descritos cada tipo de saldo.

Quadro 6 – Saldos dos Balanços de Pagamentos.

SALDO	CARACTERÍSTICAS
Nivelado	Ocorre quando o total dos débitos e o total de créditos são iguais, ou seja, o saldo é zero, havendo equilíbrio.
Superavitário	Representa uma entrada maior de divisas no país que de saídas, e pode ser de dois tipos: a) conjuntural: de caráter sazonal, ocorre eventualmente em certos períodos. Por exemplo, uma guerra pode gerar a exportação de determinado bem, porém com seu fim, são eliminadas também as entradas dessas divisas; b) estrutural: gerado a partir de entradas constantes, oriundas da qualidade dos produtos ou de preços competitivos.
Deficitário	Ocorre quando a saída de divisas é maior que a entrada. Também pode ser conjuntural ou estrutural.

Fonte: Elaboração própria a partir de Maia (2013, p. 90-92).

Como visto, o Balanço de Pagamentos registra todas as transações de um país com o exterior, com base em determinado período passado. Entretanto, há uma ferramenta, o Orçamento Cambial, que desenvolve análises do que pode ocorrer num período futuro. Trata-se de previsões do comportamento cambial, geralmente abrangendo o período de um ano. O Orçamento Cambial auxilia a definir prioridades e é de expressiva importância quando o país passa por dificuldades cambiais (MAIA, 2013).

### 2.3 ATOS INTERNACIONAIS

Toda nação tem a possibilidade de atuar em dois campos. Enquanto de um lado ocorre o exercício em seu próprio território, do outro acontece a atuação no âmbito internacional, no qual os países que compõem o sistema internacional confrontam suas soberanias (SEITENFUS, 1994).

Por meio de atos internacionais os países passaram a firmar acordos entre si em prol de seus interesses. Os atos internacionais são definidos como

[...] um acordo firmado entre países, regido pelo direito internacional. São como “contratos” firmados entre pessoas jurídicas de direito internacional (Estados, organismos internacionais, etc.) com a finalidade de regulamentar determinadas situações e convergir interesses comuns ou antagônicos (BRASIL, 2012c).

Os atos internacionais são denominados de acordo com seu conteúdo, porém todos os atos criados, independente da denominação, devem respeitar o princípio de que “[...] deve ser formal, com teor definido, por escrito, regido pelo Direito Internacional e que as partes contratantes são necessariamente pessoas



jurídicas de Direito Internacional Público” (BRASIL, 2016x). Os atos internacionais podem apresentar-se sob as seguintes denominações, a partir do Quadro 7.

Quadro 7 – Classificação dos Atos Internacionais.

TIPOLOGIA	CARACTERÍSTICAS
Tratado	Ato que abrange os acordos internacionais bilaterais ou multilaterais, no qual se deseja atribuir caráter político relevante. O Tratado de Assunção, que deu origem ao MERCOSUL, é um exemplo dessa categoria de atos internacionais.
Convenção	Designação de atos em geral multilaterais, frutos de conferências internacionais e que tratam de assuntos de interesse geral. Esse instrumento internacional destina-se ao estabelecimento de normas com o objetivo de instruir os Estados sobre diversos setores.
Acordo	É uma expressão de uso livre e muito utilizada na prática internacional, que designa os atos de importância significativa que acontecem entre dois ou mais países. Além de firmados entre países, os acordos também podem ocorrer entre um país e uma organização internacional. Um dos mais importantes acordos criados, envolvendo vários países, foi denominado Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).
Ajuste ou Acordo Complementar	Designa os termos de execução de outro ato internacional já finalizado e também é utilizado para detalhar áreas determinadas de um ato.
Protocolo	Refere-se aos acordos bilaterais ou multilaterais de caráter menos formal. O termo também se aplica para designação da ata final de uma conferência internacional.
Memorando de entendimento	São atos simplificados com o objetivo de orientar as relações entre as partes envolvidas, seja na esfera política, econômica, cultural ou outras.
Convênio	O termo designa assuntos que tratam sobre cooperação bilateral ou multilateral de ordem econômica, comercial, cultural, jurídica, científica e técnica.
Acordo por troca de notas	Esse tipo de ato internacional trata de assuntos de ordem administrativa e também da alteração e interpretação das cláusulas de atos já concluídos.

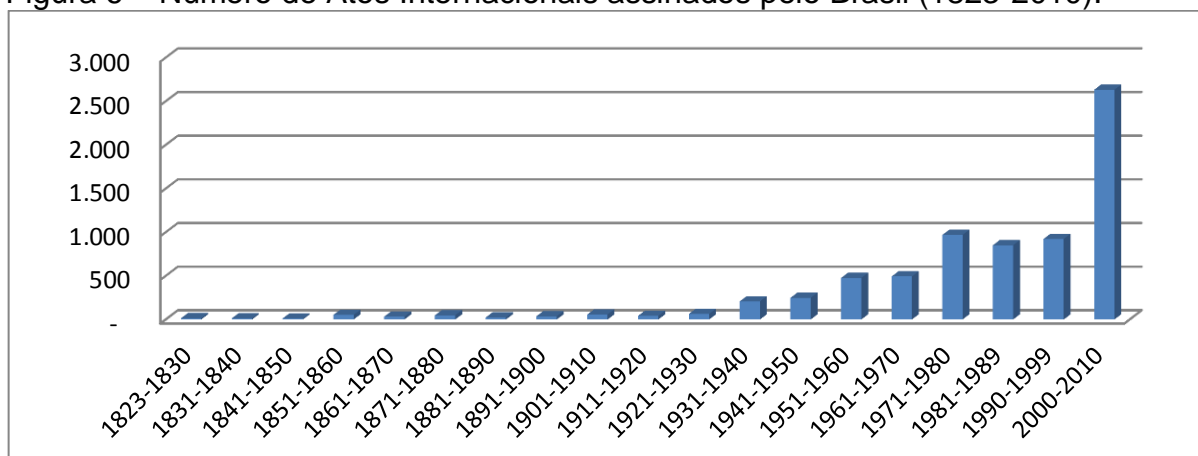
Fonte: Elaborado própria a partir de Brasil (2016x).

Somente no Brasil, entre os anos de 1823 a 2010, foram assinados 2.631 atos em diversas áreas de conhecimento. A Figura 6 mostra o crescimento dessa prática, com consideração especial no período que vai de 2000 a 2010 (BRASIL, 2010).

O expressivo crescimento observado entre 2000-2010, quase três vezes maior que o período anterior, é explicado por uma maior abertura diplomática e expansão comercial do Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, sendo que em 2005 foi registrada a marca de 200 atos assinados por ano, refletindo uma diplomacia que se diversifica e aprofunda (BRASIL, 2010).

Os EUA é um exemplo de país com o qual o Brasil tem diversos tratados assinados. O primeiro tratado estabelecido entre as partes entrou em vigor em 18 de março de 1829. Desde então vários outros acordos foram celebrados, dentre os quais 140 estão vigentes, 52 em tramitação e 88 não estão mais vigentes (BRASIL, 2016d).

Figura 6 – Número de Atos Internacionais assinados pelo Brasil (1823-2010).



Fonte: Brasil (2010).

No Brasil, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, no artigo 84, inciso VIII, é competência do Presidente da República a celebração de tratados, convenções e atos internacionais, sendo que cabe ao Congresso Nacional resolver de forma definitiva sobre os tratados, convenções e atos internacionais, conforme artigo 49, inciso I. O Ministério das Relações Exteriores (MRE), também está apto para negociar e celebrar, com a cooperação de órgãos interessados, os atos internacionais, com o objetivo de auxiliar o Presidente da República (BRASIL, 2010).

O Quadro 8 apresenta a diversidade de Atos Internacionais quanto à sua formatação.

Quadro 8 – Formato dos Atos Internacionais.

FORMATO	CARACTERÍSTICAS
Título	Indica a modalidade do ato, seu conteúdo e seu vínculo de subordinação ou complementação de atos mais abrangentes.
Preâmbulo	Contém a indicação das Partes (Estados ou Governos).
Consideranda	Indicação dos motivos e fundamentos que levam as Partes a celebrar o Ato.
Articulado	Registro das cláusulas que designam os compromissos das partes, tanto do material acordado quanto das cláusulas processualísticas.
Fecho	Indica o lugar, data da celebração do ato, línguas em que está redigido e número de exemplares originais.
Assinatura	Firmado pelo Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Plenipotenciário ou outra autoridade munida de Carta de Plenos Poderes.

Fonte: Elaborado a partir de dados de Brasil (2010).

Todo ato internacional deve ser publicado, pois tem valor de lei e após entrar em vigor, deve ser encaminhado para registro no Secretariado das Nações Unidas, conforme o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas (BRASIL, 2010).

Além dos atos internacionais, por meio dos quais os países estabelecem entre si tratados em diversas áreas de conhecimento, também são criados acordos de caráter comercial, representados pelos blocos econômicos, que se distinguem pelo nível de integração que possuem.

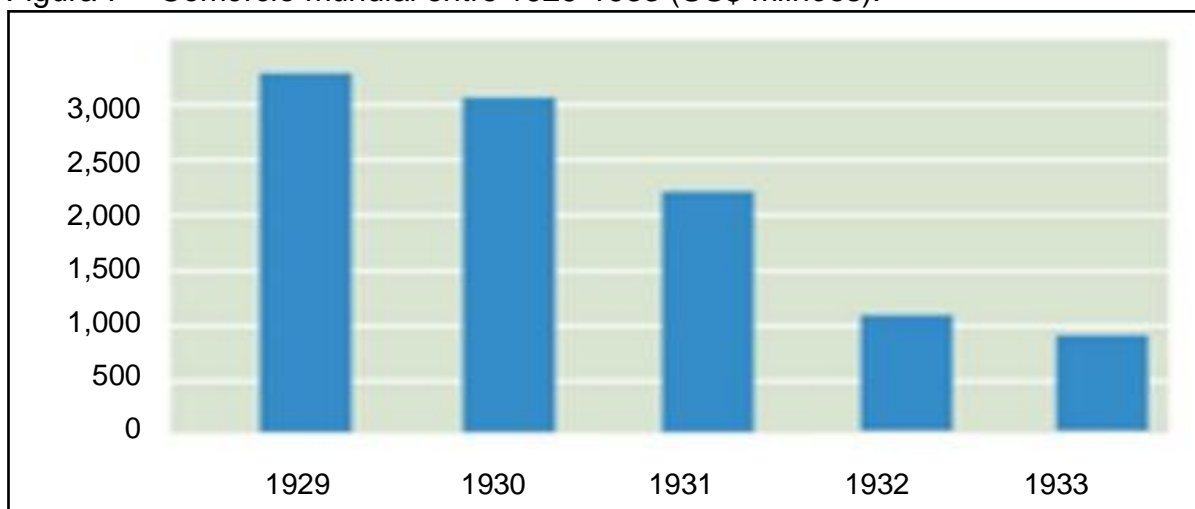
### **2.3.1 Órgãos reguladores do comércio internacional**

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o comércio internacional passou a experimentar um aumento nas políticas protecionistas, o que gerou muita instabilidade comercial. Como não existia nenhum órgão responsável pela fiscalização dessas práticas, os episódios continuavam a se intensificar. Somente em 1944, próximo do fim da Segunda Guerra Mundial, houve um movimento para encontrar modos de auxiliar países que eventualmente apresentassem desequilíbrio em seus balanços de pagamentos e também regular as práticas comerciais das nações (FOSCHETE, 2001).

Assim, em julho de 1944, foi realizada a Conferência de *Bretton Woods*, nos EUA. Líderes de quarenta e quatro países discutiram como superar os graves problemas gerados pelo conflito mundial e evitar a repetição de crises geradas pelas flutuações cambiais. Como solução, foi aprovado o projeto de Harry Dexter White, secretário do Tesouro dos EUA, que estabelecia auxiliar na reconstrução de economias devastadas pela guerra, a volta do padrão-ouro, paridades monetárias estáveis e fim dos controles cambiais. Para atingir esses objetivos foram criados o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o FMI (MAIA, 2013).

A criação do FMI, também chamado de Fundo, teve como objetivo principal estabelecer um apoio econômico entre os países para impedir que situações como a Grande Depressão, ocorrida na década de 1930, se repetissem. Durante a Grande Depressão, os países, na tentativa de proteger suas críticas economias, criaram barreiras ao comércio internacional e desvalorizaram suas moedas para competir uns com os outros, o que gerou uma grande crise mundial, como pode ser observado na Figura 7 (IMF, 2016).

Figura 7 – Comércio mundial entre 1929-1933 (US\$ milhões).



Fonte: *International Monetary Fund - IMF* (2016).

De acordo com o Ato Constitutivo do FMI, os objetivos declarados da organização são promover a cooperação monetária internacional, facilitar o comércio internacional, o emprego e a estabilidade cambial, até mesmo disponibilizando recursos financeiros para seus países-membros para auxiliar no equilíbrio da balança de pagamentos (IMF, 2011).

Atualmente o FMI é composto por 189 países-membros e sua sede está localizada em Washington, EUA. Todos os membros contribuem disponibilizando ao Fundo parte de suas reservas, que são emprestadas a países com dificuldades em sua balança de pagamentos, mediante cumprimento de normas estabelecidas em um programa negociado com o FMI. Além dos empréstimos, é atribuição do órgão acompanhar periodicamente a política econômica de seus membros e fazer recomendações (BRASIL, 2016p).

No FMI as decisões são tomadas de acordo com um modelo corporativo de tomada de decisões, no qual o poder do voto é medido pelo número de cotas que o país possui no Fundo, isto é, a quantidade de reservas com a qual o país contribui. A estrutura organizacional do FMI conta com uma Assembleia de Governadores que elegem o Conselho de Diretores, composto por somente vinte e quatro cadeiras, desse modo um país representa um grupo de países, como é o caso do Brasil, que atualmente também representa Cabo Verde, Equador, Guyana, Haiti, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Timor Leste, Trinidad e Tobago (BRASIL, 2016p).

Enquanto de um lado foi criado o FMI com foco no equilíbrio financeiro, de outro foi fundado o BIRD, atualmente conhecido como Banco Mundial. Inicialmente,

o objetivo do Banco Mundial foi auxiliar os países devastados pela Segunda Grande Guerra. De acordo com as Nações Unidas no Brasil, o Banco Mundial é a maior fonte global de assistência ao desenvolvimento, fornecendo cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos ou doações aos seus 189 países-membros (ONUBR, 2016).

Além de recursos financeiros, o Banco Mundial disponibiliza pessoal altamente qualificado e com ampla base de conhecimento para apoiar o crescimento das nações em desenvolvimento. As prioridades da instituição são reduzir a pobreza e as desigualdades (ONUBR, 2016).

Neste sentido, as principais iniciativas do Banco Mundial junto aos países-membros referem-se a: *i)* Investimento nas pessoas, especialmente por meio da saúde e da educação básicas; *ii)* Criação de um ambiente para o crescimento e a competitividade da economia; *iii)* Atenção ao meio ambiente; *iv)* Apoio ao desenvolvimento da iniciativa privada; *v)* Capacitação dos governos para prestar serviços de qualidade com eficiência e transparência; *vi)* Promoção de um ambiente macroeconômico conducente a investimentos e a planejamento de longo prazo; *vii)* Investimento em desenvolvimento e inclusão social, governança e fortalecimento institucional como elementos essenciais para a redução da pobreza (ONUBR, 2016).

Quanto à estrutura, o Banco Mundial se assemelha muito ao FMI. Há uma Assembleia de Governadores, cujo poder de voto é distribuído de acordo com a participação de cada país, e também um Conselho composto por 25 Diretores, eleitos a cada dois anos pelos representantes dos 189 países do grupo (BRASIL, 2016f).

Em 2010, houve uma revisão do poder de voto com o intuito de aumentar a participação dos países em desenvolvimento. Os países com maior poder de voto são EUA, único a ter poder de veto, Japão, China, Alemanha, Reino Unido, França e Índia. Quanto às diretrizes políticas, todos os anos em abril e outubro, as mesmas são discutidas e aprovadas pelo Comitê de Desenvolvimento, formado por 25 membros (BRASIL, 2016f).

Se por um lado havia a preocupação com a recuperação e desenvolvimento das economias no pós-guerra, de outro surgiu a necessidade de instaurar um órgão que desenvolvesse especificamente o comércio mundial, com um sistema de regras universais. A primeira tentativa se deu com a sugestão da criação da Organização Internacional do Comércio (OIC), porém o Congresso Americano se negou a ratificar a proposta. Os EUA viam a criação de um sistema multilateral de

comércio como uma barreira a sua hegemonia econômica e comercial perante os países europeus (DEIRO; MALLMANN, 2002).

Assim, foi estabelecido em 1947, durante a Rodada de Genebra, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, do inglês *General Agreement on Tariffs and Trade*), um acordo voltado para o comércio internacional, assinado por vinte e três países. Sob o domínio do GATT foram realizadas oito rodadas de negociações tarifárias, conforme Quadro 9.

Quadro 9 – Rodadas de negociações comerciais do GATT.

ANO	RODADA	ASSUNTOS COBERTOS	PAÍSES
1947	Genebra	Tarifas	23
1949	Annecey	Tarifas	13
1950-51	Torquay	Tarifas	38
1955-56	Genebra	Tarifas	26
1960-61	Dillon	Tarifas	26
1964-67	Kennedy	Tarifas e medidas antidumping	62
1973-79	Tóquio	Tarifas, medidas não tarifárias, cláusula de habilitação.	102
1986-93	Uruguai	Tarifas, agricultura, serviços, propriedade intelectual, medidas de investimento, novo marco jurídico, OMC.	123

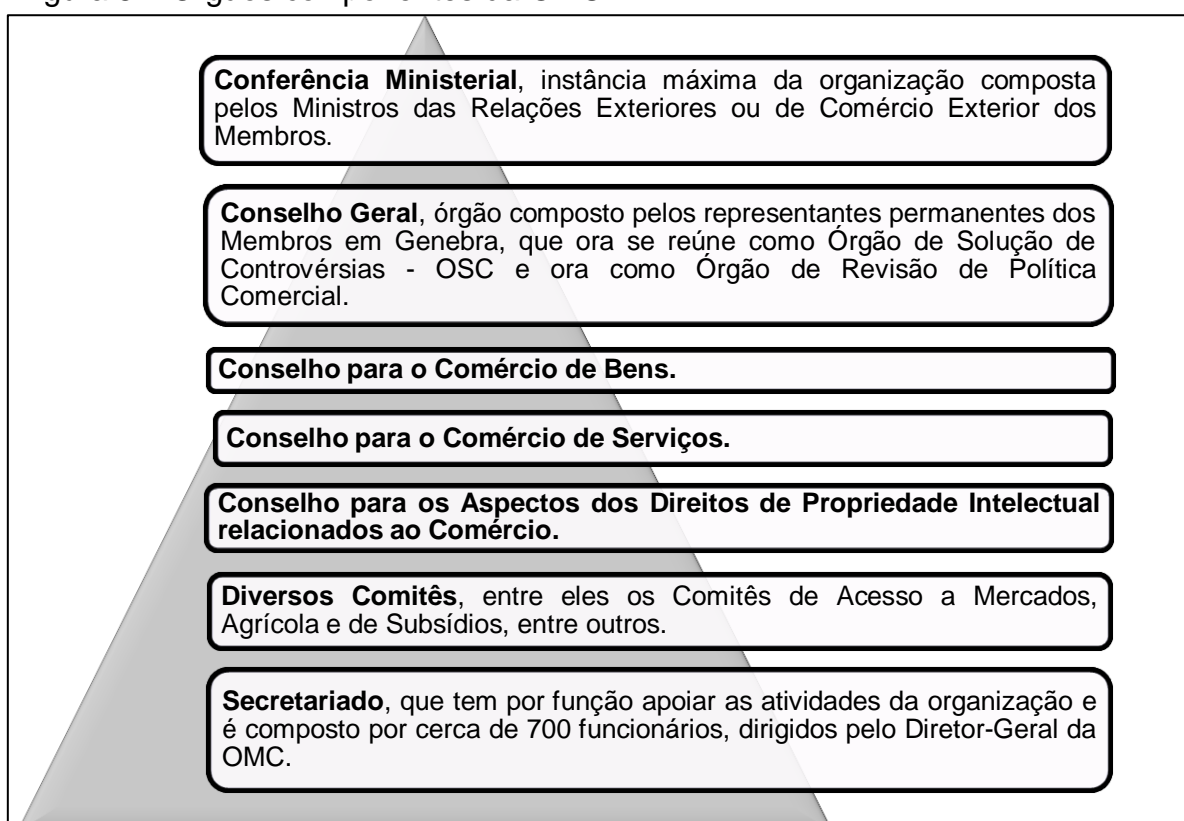
Fonte: BRASIL (2016b).

As negociações do GATT, que inicialmente tratavam apenas de questões de redução tarifária, gradualmente tornaram-se normativas, especialmente após a Rodada Tóquio, finalizada em 1979. Não só novos produtos passaram a ser pauta das reuniões, mas também acordos e regulamentações (DEIRO; MALLMANN, 2002).

Apesar de ter sido a base do sistema do comércio mundial, o GATT era apenas um acordo entre os países, por isso, no fim da Rodada Uruguai foi criada a OMC, que entrou em vigor em 1995 e estabeleceu fundamentos legais e institucionais ao sistema de comércio multilateral, por meio de debates, negociações e resoluções. Ao contrário do que ocorreu em 1947, a criação de uma organização multilateral de comércio tornou-se interessante para os EUA e para as potências europeias no início dos anos 90, devido ao vários mercados de médio e pequeno porte engajados no comércio internacional (DEIRO; MALLMANN, 2002).

A OMC conservou os princípios, estrutura jurídica e os acordos mais relevantes do GATT, entretanto como órgão responsável por institucionalizar a regulação do comércio mundial, se diferenciou por ter um maior poder efetivo, fundamento no Direito Internacional (OLIVEIRA, 2007a). A OMC é composta por diversos departamentos, sendo que os principais encontram-se dispostos na Figura 8.

Figura 8 – Órgãos componentes da OMC.



Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2016u).

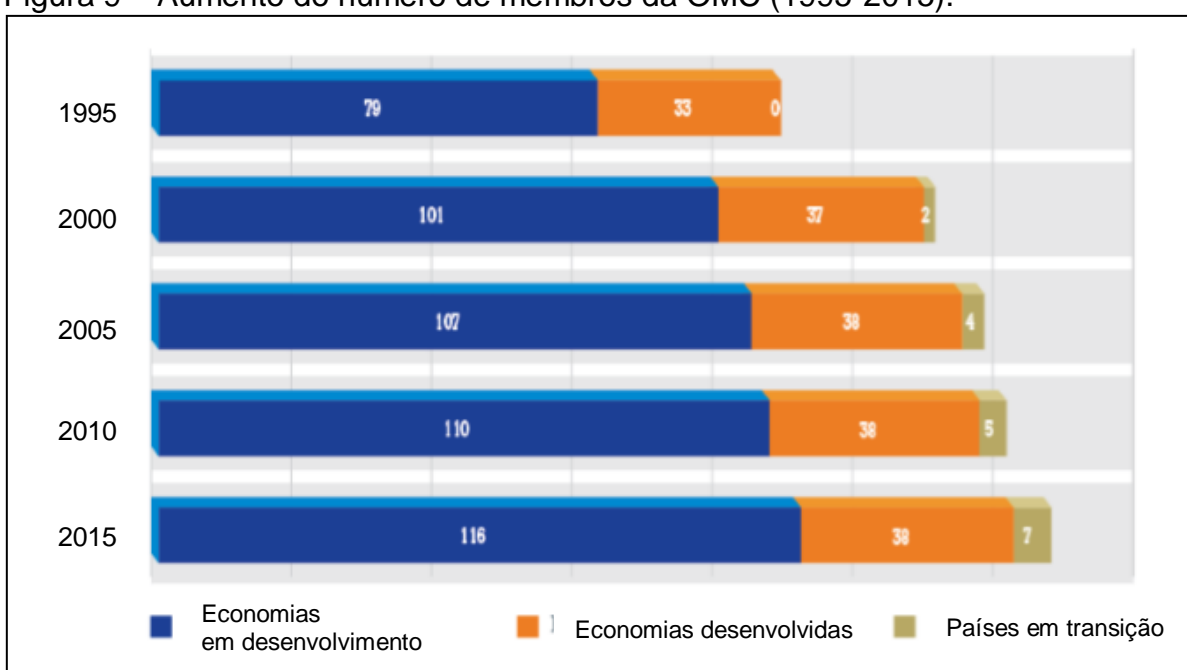
De acordo com o MRE, a OMC tem como principais objetivos: *i)* regular as relações comerciais entre seus membros; *ii)* solucionar de forma pacífica as controvérsias comerciais, tendo por base os acordos vigentes; e *iii)* criar um ambiente propício a negociação de novos acordos comerciais entre os países-membros (BRASIL, 2016u).

Desde sua criação em 1995, 33 novos países se incorporaram à OMC. Em agosto de 2015, o número de membros totalizava 161 nações, sendo as adesões mais recentes o Yêmen, em junho de 2014, e a República de Seychelels, em abril de 2015. A adesão à OMC repercute positivamente no comércio e

crescimento econômicos dos países-membros, independentemente do tamanho de suas economias (WTO, 2015). Na Figura 9 é possível verificar a dinâmica de crescimento dos membros da OMC.

Uma das adesões mais importantes em termos de volume de comércio ocorreu em 2001, com a China. Em 1995 as exportações de mercadorias da China representaram 3% das exportações mundiais, sendo que no ano 2000 aumentaram pouco mais de 4%. Após sua entrada, as exportações chinesas alavancaram, representando 12% das exportações mundiais de mercadorias em 2014 (WTO, 2015).

Figura 9 – Aumento do número de membros da OMC (1995-2015).



Fonte: WTO (2015).

A OMC já realizou nove Conferências Ministeriais entre 1995 e 2015, ocorridas em: Singapura (1996), Genebra (1998), Seattle (1999), Doha (2001), Cancun (2003), Hong Kong (2005), Genebra (2009), Genebra (2011), Bali (2013) e Nairóbi (2015). Dentre elas, há destaque para a Conferência Ministerial de Doha, iniciada em 2001 e ainda em curso. Essa reunião surgiu em função do desequilíbrio entre os interesses de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde novos temas foram propostos, como propriedade intelectual e questão de serviços (BRASIL, 2016a).



## 2.4 BLOCOS ECONÔMICOS

A multiplicação dos acordos e blocos regionais constitui um dos fenômenos mais marcantes do Pós-Guerra Fria e tornou-se uma prática frequente no plano político e econômico do mundo globalizado. As trocas comerciais entre os países têm apresentado um crescimento expressivo nas últimas décadas, em função dessa dinâmica mundial pautada nos arranjos comerciais. Nos últimos cinquenta anos o volume de exportações no mundo teve um crescimento médio anual de 4,6% (VASCONCELLOS; LIMA; SILBER, 2006).

De acordo com Simões e Morini (2002), a finalidade dos blocos regionais é fomentar o comércio dos países. Para isso são eliminadas barreiras alfandegárias, que influenciam na redução de custos e aumentam o poder de compra dos países membros do bloco econômico. Outro benefício dessa junção é a melhoria de qualidade oferecida pelas empresas inseridas no bloco, que precisam aperfeiçoar-se devido ao aumento de concorrentes.

Almeida (2005, p. 17) complementa afirmando que:

[...] embora a designação de “bloco regional” possa ser aplicada a qualquer grupo de países vinculados pela contiguidade geográfica (blocos asiático, africano ou latino-americano) ou ligados por acordos intergovernamentais, de tipo econômico ou político, o termo, em sua acepção restrita, refere-se usualmente aos agrupamentos de caráter comercial resultando de um projeto político integracionista.

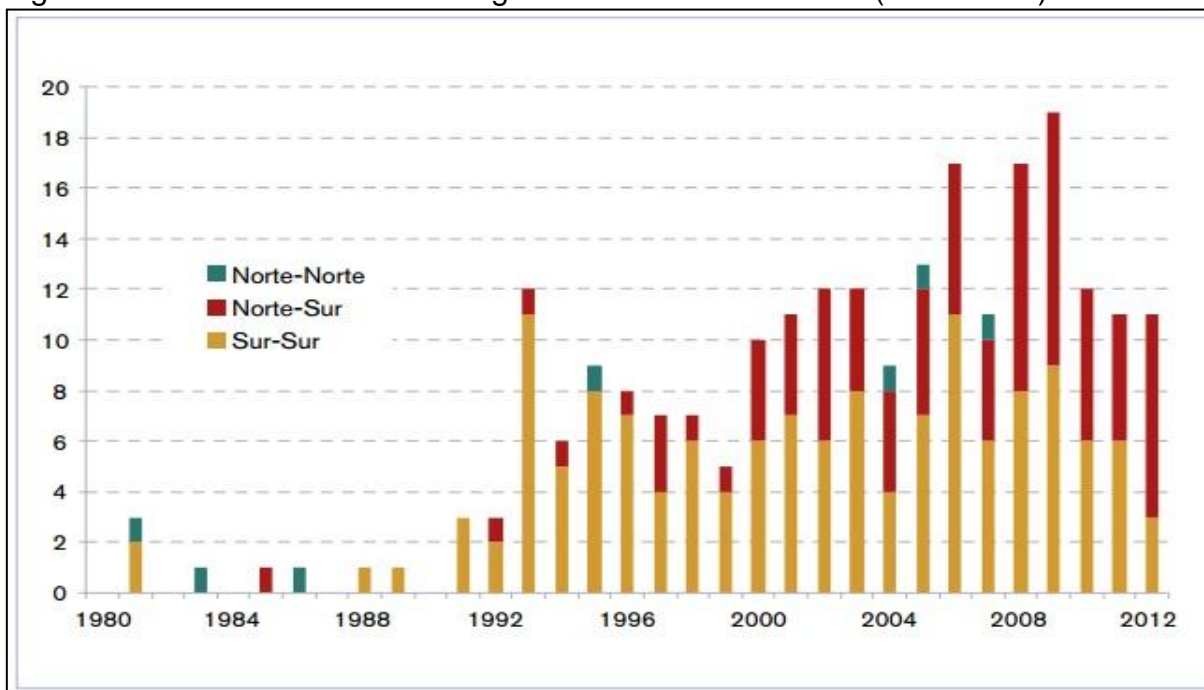
A OMC defende a formação de blocos econômicos em seus diferentes níveis de integração, desde que esses acordos não constituam barreiras para o comércio com outros países. O artigo 24, parágrafo 4, do GATT, especifica:

As Partes Contratantes reconhecem que é recomendável aumentar a liberdade do comércio desenvolvendo, através de acordos livremente concluídos, uma integração mais estreita das economias dos países participantes de tais acordos. Reconhecem igualmente que o estabelecimento de uma união aduaneira ou de uma zona de livre comércio deve ter por finalidade facilitar o comércio entre os territórios constitutivos e não opor obstáculos ao comércio de outras Partes Contratantes com esses territórios (WTO, 1947, p. 545).

Maia (2013) apresenta que até janeiro de 2012 foram notificados à OMC a criação de 511 acordos regionais, dentro os quais 319 estão em vigor. Desse total, cerca de 90% são de livre comércio e 10% representam as uniões aduaneiras, confirmando o interesse dos países em aumentar sua área de comercialização.

A Figura 10 contabiliza os acordos regionais notificados à OMC entre os anos 1980 e 2012, fragmentados entre Sul-Sul, Norte-Norte e Sul-Norte. O ano de 2009 foi o que registrou a criação do maior número, totalizando 19 acordos.

Figura 10 – Acordos comerciais regionais notificados à OMC (1980-2012).



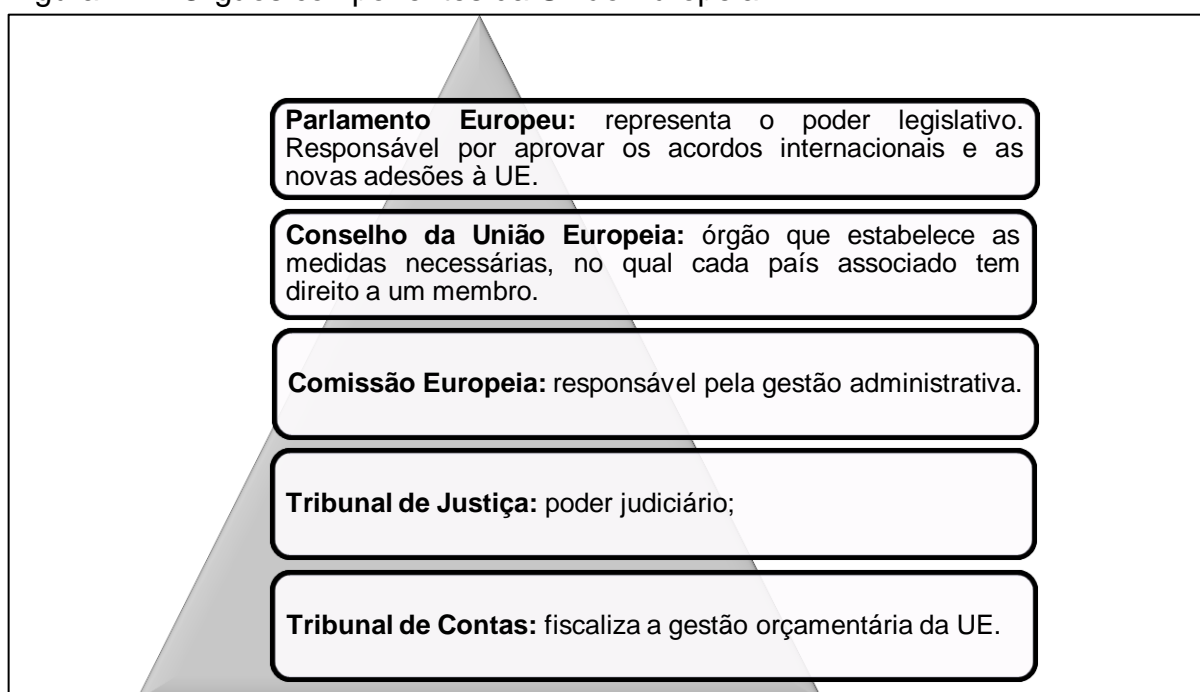
Fonte: WTO (2013).

Verifica-se com a Figura 10 que os acordos Sul-Sul representavam 78,1% dos acordos em vigor no período de 1980 a 1994, porém entre 1995 e 2003, esse número caiu para 69,1%, e no período de 2004 a 2012 foi reduzido à metade. Os acordos realizados entre Norte-Sul tiveram crescimento nos três períodos citados anteriormente: entre 1980-1994 representavam 12,5%, entre 1995-2003 chegaram a 29,6% e entre 2004-2012 alcançaram o número de 47,5%. Quanto aos acordos Norte-Norte, apesar de ter uma participação pouco expressiva, são os acordos com maior poder de influência no comércio mundial (WTO, 2013).

Como já citado anteriormente, observa-se também que as uniões aduaneiras são muito menos frequentes que os acordos de livre comércio. Esse número pode ser explicado pelo fator geográfico. As uniões aduaneiras, diferente dos acordos de livre comércio, costumam ocorrer entre países limítrofes ou que estão na mesma vizinhança (WTO, 2013). É expressivo o número de acordos registrados na OMC, entretanto os mais significativos na atualidade são: União Europeia, MERCOSUL, ALADI, NAFTA, APEC e Comunidade Andina.

A União Europeia resultou do Tratado de Maastricht, firmado em 1992. Esse bloco econômico nasceu como Comunidade do Carvão e do Aço (CECA), depois se transformou em Mercado Comum Europeu (MCE), passou a ser chamada Comunidade Econômica Europeia (CEE), para enfim transformar-se na União Europeia. Atualmente, a União Europeia é o maior e mais avançado bloco do mundo, com uma população de quase meio bilhão de pessoas e aproximadamente US\$ 14 trilhões em PIB anual (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009; MAIA, 2013).

Figura 11 – Órgãos componentes da União Europeia.



Fonte: Elaboração própria a partir de Maia (2013).

A União Europeia possui um mercado totalmente integrado economicamente, entretanto os países-membros possuem independência política. Além de contar com uma moeda comum, o euro, os cidadãos podem viajar e trabalhar em qualquer dos países-membros, segundo norma estabelecida pelo Acordo de Schengen, em 14 de junho de 1995 (MAIA, 2013). Com sede em Bruxelas, a União Europeia é composta pelos seguintes órgãos descritos na Figura 11.

Atualmente, o bloco econômico é composto por 28 países (Figura 12), cuja integração se deu gradualmente. O último país a ser inserido foi a Croácia, aprovada por plebiscito em janeiro de 2012 (MAIA, 2013).

Figura 12 – Países-membros da União Europeia.

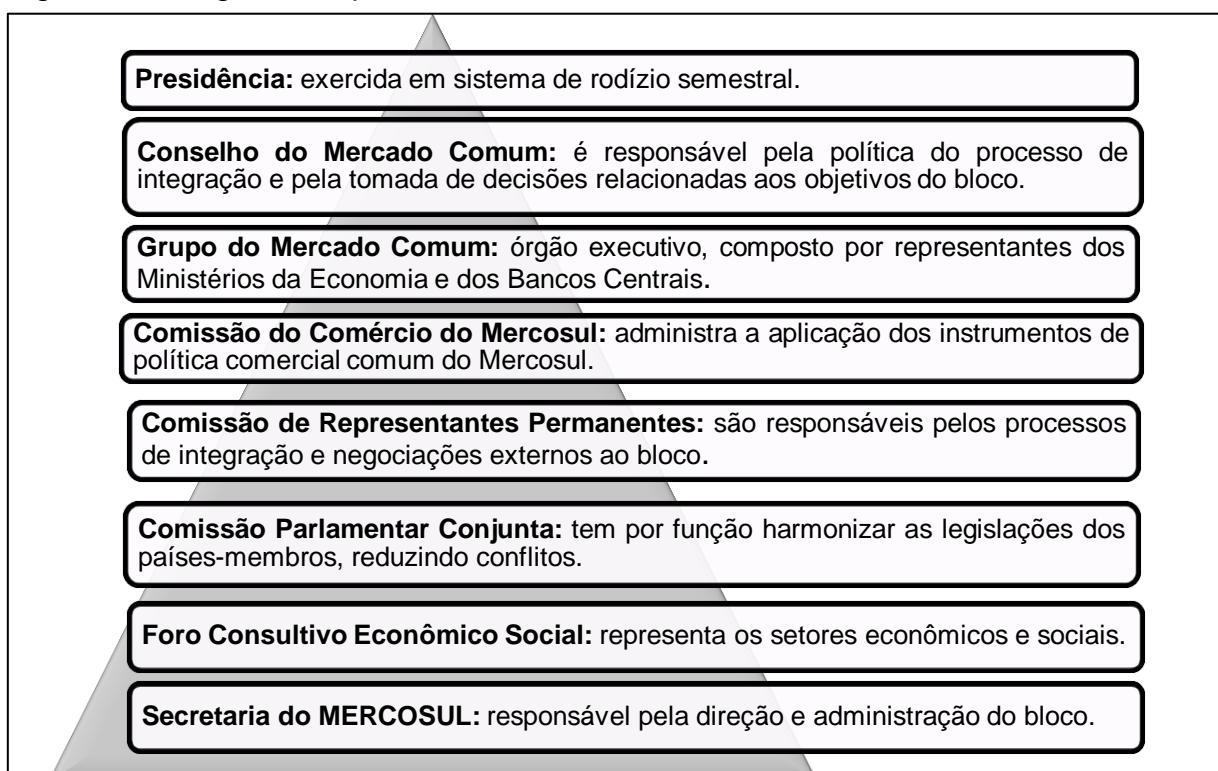
	<b>Áustria</b>		<b>Alemanha</b>		<b>Países Baixos</b>
	<b>Bélgica</b>		<b>Grécia</b>		<b>Polónia</b>
	<b>Bulgária</b>		<b>Hungria</b>		<b>Portugal</b>
	<b>Croácia</b>		<b>Irlanda</b>		<b>Roménia</b>
	<b>Chipre</b>		<b>Itália</b>		<b>Eslováquia</b>
	<b>República Checa</b>		<b>Letónia</b>		<b>Eslovénia</b>
	<b>Dinamarca</b>		<b>Lituânia</b>		<b>Espanha</b>
	<b>Estónia</b>		<b>Luxemburgo</b>		<b>Suécia</b>
	<b>Finlândia</b>		<b>Malta</b>		<b>Reino Unido</b>
	<b>França</b>				

Fonte: Delegação da União Europeia em Cabo Verde (2016).

Diferente da União Europeia, o MERCOSUL está integrado como uma união aduaneira. Em 1985, Brasil e Argentina assinaram a Ata de Iguazu com o objetivo de aumentar as relações comerciais por meio da cooperação industrial e tecnológica. Essa iniciativa precedeu o MERCOSUL, que em 1991 passou a vigorar entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que firmaram o Tratado de Assunção. Além dos países-membros, são associados do bloco Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Atualmente, Venezuela também é membro efetivo do MERCOSUL (PETRY, 2008; MAIA, 2013).

A partir de 1 de janeiro de 1995, o MERCOSUL tornou-se uma união aduaneira e sua administração é realizada pelos seguintes órgãos (Figura 13):

Figura 13 – Órgãos componentes do MERCOSUL.

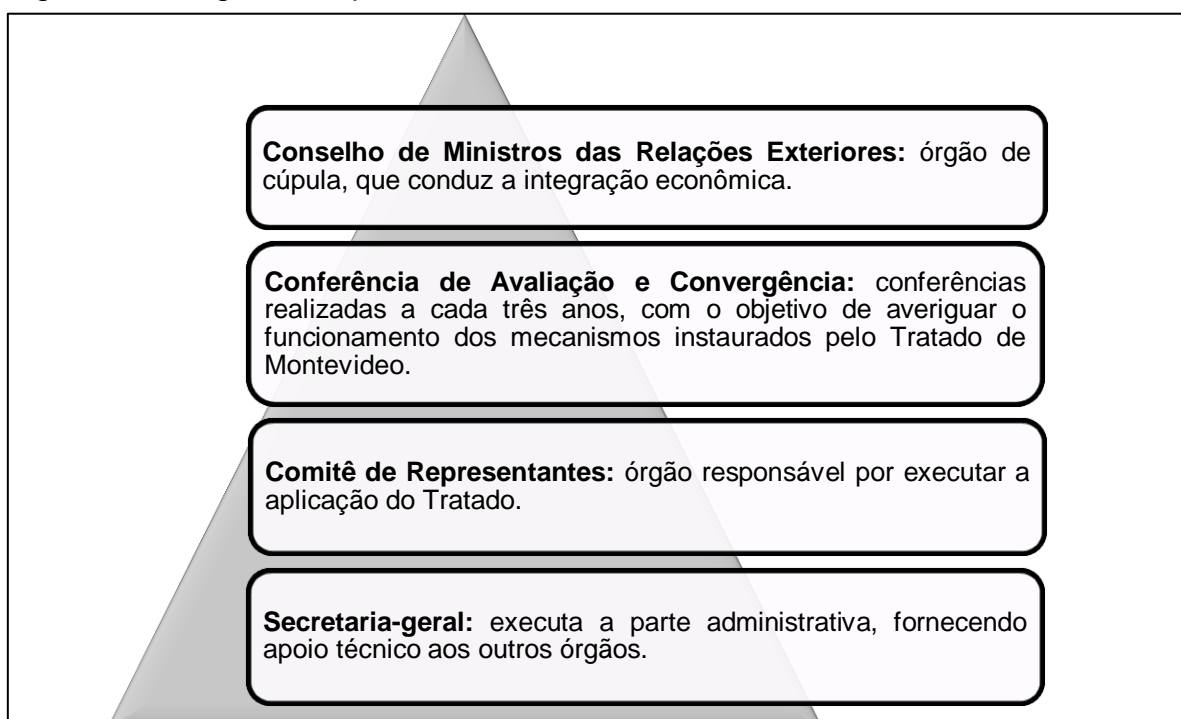


Fonte: Elaboração própria a partir de Maia (2013).

O MERCOSUL tem como línguas oficiais o português e o espanhol, sendo que o Paraguai vem tentando introduzir o guarani também como língua oficial do bloco econômico. Inicialmente, o bloco atraiu muitos investimentos de países não membros, especialmente para a indústria automobilística, e nos seis primeiros anos de acordo as transações entre seus membros triplicou. Além disso, o MERCOSUL possui acordos comerciais com vários países de fora do bloco (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009; MAIA, 2013).

Outro bloco econômico é a ALADI, instituída em 1980 por meio do Tratado de Montevideo. Esse bloco constitui uma zona de livre comércio e é o maior dos blocos da América Latina. Fazem parte do bloco 12 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (MAIA, 2013). A ALADI é administrada pelos seguintes órgãos (Figura 14):

Figura 14 – Órgãos componentes da ALADI.



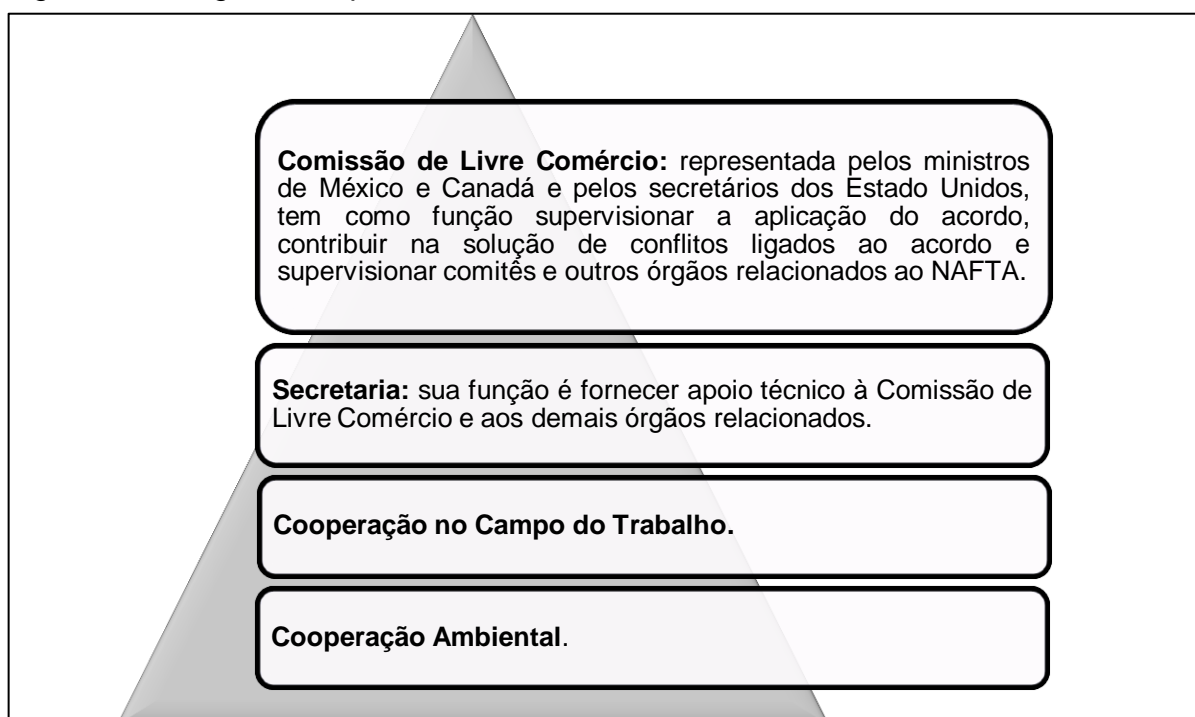
Fonte: Elaborado pela acadêmica a partir de Maia (2013).

Em relação ao NAFTA, o bloco passou a existir em 1992, quando EUA, Canadá e México firmaram o acordo entre si, porém ele só tornou-se efetivo em 1994. O NAFTA aumentou o acesso ao mercado para os países-membros, eliminando tarifas e a maior parte das barreiras não tarifárias para bens e serviços comercializados no bloco, permitindo que as empresas dos países pertencentes ao acordo pudessem concorrer aos contratos governamentais. Além disso, criaram regras para investimento e direitos à propriedade intelectual (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009).

Em comparação com o período anterior ao NAFTA, os países-membros comercializam muito mais entre si que com antigos parceiros de fora da zona do tratado. Tanto o Canadá quanto o México mantém cerca de 80% do seu comércio com os EUA. Como parte do acordo, os países-membros tiveram também que fortalecer seus padrões trabalhistas, propiciando aos trabalhadores da zona do NAFTA o direito de estabelecer sindicatos. Além disso, o bloco possui cláusulas sobre desenvolvimento sustentável e proteção ambiental (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009).

O bloco está integrado como uma zona de livre comércio (MAIA, 2013) e é formado pelos seguintes órgãos, conforme ilustrado na Figura 15.

Figura 15 – Órgãos componentes do NAFTA.



Fonte: Elaboração própria a partir de Maia (2013).

Outro bloco a ser mencionado é a APEC. A APEC nasceu de modo informal no Encontro Ministerial, que ocorreu na Austrália, em 1989, visando um maior nível de livre comércio e integração econômica de 21 países situados na Ásia e também na orla do Pacífico: Japão, China, Cingapura, Brunei, Malásia, Tailândia, Indonésia, Hong Kong, Taiwan, Filipinas, Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul, EUA, Canadá, México, Chile, Papua-Nova Guiné, Peru, Rússia e Vietnã (MAIA, 2013).

Esse bloco pretende remover as barreiras de comércio e investimento entre seus membros até 2020, entretanto o progresso tem sido lento devido a turbulência econômica e política de alguns dos membros e também falta de consenso sobre questões básicas (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009).

A Comunidade Andina também se destaca entre os blocos econômicos. Por muito tempo chamado de Pacto Andino, foi criada em 1969 e tem como países-membros Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, abrangendo uma população de 120 milhões de pessoas e PIB combinado de US\$ 260 bilhões (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009).

Nos primeiros vinte anos de atuação, o bloco teve pouco progresso, já que o comércio dentro do bloco atingiu apenas 5% do comércio total de seus



membros. Esse número pode ser explicado em parte pela geografia da região, que compreende a cadeia montanhosa dos Andes e torna o transporte caro e complicado. Futuramente espera-se unir a Comunidade Andina ao MERCOSUL formando um bloco econômico abrangendo toda a América do Sul (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2009).

#### 2.4.1 Tipos de integração econômica

Os blocos econômicos estão constituídos em diferentes níveis de integração econômica, processo formado por um conjunto de medidas de ordem econômica e comercial, com o objetivo de promover e facilitar a aproximação e, em alguns casos, a união das economias de duas ou mais nações (BRASIL, 20[--]).

Em um nível inicial de integração, há redução ou até eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias entre os países. Já em uma etapa mais aprofundada, pode ocorrer a definição de uma Tarifa Externa Comum (TEC), exigindo um empenho maior dos países envolvidos (SIMÕES; MORINI, 2002).

Figura 16 – Tipos de integração econômica.



Fonte: Elaboração própria a partir de Simões e Morini (2002).



A teoria do comércio internacional classifica os níveis de integração econômica em cinco tipos: Área de Tarifas Preferenciais, Área de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum e União Econômica Monetária (AMADO; MOLLO, 2003), conforme ilustrado na Figura 16.

O Quadro 10 mostra de modo detalhado cada nível de integração econômica.

Quadro 10 – Detalhamento dos tipos de integração econômica.

TIPOLOGIA	CARACTERÍSTICAS
Área de Tarifas Preferenciais	É o tipo menos aprofundado de integração econômica. Nesse estágio ocorre entre os países apenas a prática de uma redução tarifária parcial, ou seja, as tarifas cobradas entre os membros do grupo são menores que as aplicadas aos países não membros. Essa diferença tarifária entre países-membros e não-membros é denominada margem de preferência. Em geral, esse tipo de integração antecede o avanço para a negociação de zonas de livre comércio (SIMÕES; MORINI, 2002).
Área de Livre Comércio	Sucessor das Áreas de Tarifas Preferenciais, é caracterizado por eliminar barreiras tarifárias e não tarifárias incidentes no comércio entre os países adeptos desta modalidade. De acordo com as normas estabelecidas pelo GATT, a Área de Livre Comércio pode ser assim denominada quando abrange no mínimo oitenta por cento dos bens comercializados entre os países-membros (GATT, 1947, art. XXIV; SIMÕES; MORINI, 2002).
União Aduaneira	De acordo com o GATT (1947, art. XXIV,8a), “entende-se por união aduaneira, a substituição por um só território aduaneiro de dois ou mais territórios aduaneiros”. Essa modalidade de integração é mais ampla que a Área de Livre Comércio, pois além de eliminar barreiras alfandegárias sobre as mercadorias produzidas dentro da área integrada também estabelece uma TEC para mercadorias importadas de países não membros (MAIA, 2013).
Mercado Comum	A principal diferença entre a União Aduaneira e o Mercado Comum é que a primeira regula a livre circulação de mercadorias, enquanto que no Mercado Comum também ocorre a livre circulação dos demais fatores produtivos, que compreende capital e trabalho. Ou seja, neste tipo de integração ocorre a livre circulação de pessoas e também de investimentos e remessas de lucros. Além disso, também são definidas políticas macroeconômicas e setoriais em comum, como metas relacionadas a área de juros, fiscal e cambial (SIMÕES; MORINI, 2002).
União Econômica Monetária	Contempla o nível mais avançado e complexo de integração. Ocorre quando há uma harmonização das políticas econômicas nacionais e também uma política monetária comum, originando assim um Banco Central comunitário e uma moeda única. Devido à complexidade deste tipo de integração, é fundamental que os países participantes mantenham padrões coerentes entre suas economias (SIMÕES; MORINI, 2002; MAIA, 2013).

Fonte: Elaboração própria a partir dos autores acima referenciados.

No Quadro 11 são apresentadas, de forma sintetizada, as principais características de cada tipo de integração econômica.

Quadro 11 – Características dos tipos de integração econômica.

Características	Área de Tarifas Preferenciais	Área de Livre Comércio	União Aduaneira	Mercado Comum	União Econômica	União Total
Tarifa parcial	X					
Tarifa zero		X	X	X	X	X
TEC			X	X	X	X
Livre circulação de bens, serviços, mão de obra e capitais				X	X	X
Harmonização de políticas econômicas					X	X
Moeda comum e Banco Central do bloco						X

Fonte: Adaptado a partir de Maia (2013).

Quanto menor a integração, menor a cobertura da atividade econômica entre os países. Em contrapartida, quanto maior o nível de integração, maior serão as atividades em comum praticadas pelas nações.

O próximo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que ampararam o desenvolvimento da pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia científica possibilita chegar a um objetivo utilizando procedimentos metodológicos, racionais e normas aceitas pela ciência. Em suma, pode ser definida como “[...] o corpo de regras e diligências confiáveis estabelecidas para se realizar uma pesquisa” (MICHEL, 2015, p. 35). Enquanto a ciência busca compreender a realidade, a metodologia mostra como essa realidade pode ser alcançada e, para isso, utiliza-se a pesquisa científica.

De acordo com Gil (2007, p. 17), pesquisa pode ser definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A principal característica do texto científico é apresentar o tema de modo científico e racional, com argumentos lógicos e comprovados, baseados em uma teoria já existente (MICHEL, 2015).

Com base nesses conceitos, o presente capítulo apresenta o delineamento da pesquisa, a definição da área e/ou população alvo, bem como o plano de coleta e análise de dados.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O delineamento da pesquisa se faz necessário para o desenvolvimento de um plano detalhado daquilo que se pretende realizar, ou seja, refere-se ao planejamento que o pesquisador aplica na execução de sua pesquisa. Para que as conclusões dessa busca sejam válidas, o pesquisador deve fazer uso de técnicas de pesquisa que estejam de acordo com seu objetivo para poder aprofundar seus conhecimentos e interpretar os resultados corretamente (APPOLINÁRIO, 2012; MICHEL, 2015). Gil (2007, p. 43), fortalece os autores supracitados, afirmando que:

O delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas.

Em relação aos fins investigativos, o estudo proposto foi construído com base em pesquisa descritiva e exploratória, elementos dos quatro grandes grupos de pesquisa mais comumente utilizados na área das Ciências Sociais Aplicadas.

A pesquisa descritiva busca verificar, descrever e explicar fatos ou fenômenos, relacionando variáveis e considerando a influência do ambiente. A pesquisa descritiva tem relação direta com a qualitativa, já que seu levantamento está baseado em fatos e situações (MICHEL, 2015).

Seguindo essa linha de pensamento, Gil (2007, p. 42) classifica como objetivo primordial da pesquisa descritiva “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esse tipo de pesquisa geralmente é realizada por meio de levantamentos, que “buscam informações necessárias para a ação ou predição” (ROESCH, 2007, p. 137).

A pesquisa exploratória trata da fase inicial da pesquisa, na qual é realizado um levantamento bibliográfico com o objetivo de coletar informações que auxiliem no entendimento e na definição de hipóteses sobre o tema (MICHEL, 2015). Apesar de sua flexibilidade quanto ao planejamento, o estudo exploratório em geral assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso. A investigação exploratória deve ser construída com muitas anotações e registros pertinentes ao tema, de forma que o material coletado seja devidamente empregado na redação do trabalho (GIL, 2007; MICHEL, 2015).

Os fins investigativos supracitados foram definidos a partir das características do estudo, cuja construção baseou-se no levantamento de informações acerca dos países envolvidos no TPP e também sobre o Brasil. Por ser um tratado recente não disponibilizava de um grande número de publicações, cabendo à acadêmica a tarefa de levantar material e obter informações por meio de pesquisa descritiva e exploratória.

Quanto aos meios investigativos, com a finalidade de analisar a dinâmica do TPP e seu impacto na balança comercial do Brasil, a acadêmica fez uso dos meios bibliográfico e documental, coletando assim informações de caráter secundário, permitindo uma interpretação mais ampla do tema.

A pesquisa bibliográfica se dá por meio de dados secundários, ou seja, é construída com base em materiais já elaborados, disponíveis principalmente em livros e artigos científicos (GIL, 2007). Roesch (2007, p. 106-107) explica que a pesquisa bibliográfica “implica seleção, leitura e análise de textos relevantes ao tema do projeto, seguida de um relatório escrito”.

Para Lakatos e Marconi (2001), todo trabalho científico deve ser baseado em uma sólida e confiável pesquisa bibliográfica, aspecto que para os autores

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...] (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 183).

O estudo documental é muito similar à pesquisa bibliográfica. Entretanto, enquanto na pesquisa bibliográfica são utilizados somente documentos de origem científica, a abordagem documental faz uso de materiais que ainda não receberam nenhum tipo de análise ou que podem ser reelaborados em relação ao objeto da pesquisa (GIL, 2007; MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Segundo Gil (2007, p. 46), na pesquisa documental “as fontes são muito mais diversificadas e dispersas”, podendo ser encontradas em “cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins [...], relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc.” O autor acrescenta que a investigação documental tem como vantagens a estabilidade dos dados fornecidos, o baixo custo de sua execução e a não exigência de contato com os sujeitos do estudo proposto. Por outro lado, existem críticas relacionadas à subjetividade dos documentos. Nesses casos, cabe ao pesquisador avaliar criteriosamente os materiais utilizados antes de concluir a pesquisa (GIL, 2007).

O Quadro 12 mostra o material teórico utilizado no estudo, com o objetivo de sustentar o tema escolhido com base em dados de autores já publicados. Conforme Gil (2007, p. 64) as fontes escolhidas para a coleta de informações são fundamentais para “fornecer as respostas adequadas à solução do problema proposto”.

Quadro 12 – Principais referências bibliográficas utilizadas no marco teórico.

(continua)

ASSUNTO ABORDADO	TÍTULO	AUTORES
Economia Internacional	Relações econômicas internacionais	Foschete (2001)
	Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades	Cavusgil, Knight e Riesenberger (2009)
	International Trade Statistics 2015	WTO (2015)
	Dados das exportações e importações mundiais de bens em 2014	World Bank (2014)
	Panorama do comércio internacional: serviços 2015	MDIC (2015)
	World investment report 2015: reforming international investment governance	UNCTAD (2015)

Quadro 12 – Principais referências bibliográficas utilizadas no marco teórico.

(continua)

ASSUNTO ABORDADO	TÍTULO	AUTORES
Teorias do comércio internacional	A teoria econômica e o comércio internacional	Cassano (2002)
	Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil	MDIC (2011)
	De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior	Coutinho <i>et al</i> (2005)
	Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa	Moreira (2012)
	Comércio Internacional e desenvolvimento econômico: a convergência entre o pensamento econômico de Georg Friedrich List e da Cepal	Mourão (2014)
	Livre comércio versus protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional.	Oliveira (2007)
	A administração política do comércio internacional: do livre comércio ao comércio estratégico administrado	Oliveira; Santana (2009)
	Riqueza das nações	Smith (1986)
Teorias da Internacionalização	Internacionalização e os países emergentes	Fleury A.; Fleury M. (2007)
	O modelo de internacionalização de Uppsala sob a ótica da Visão Baseada em Recursos (RBV)	Teixeira; Flores (2014)
	Processo de internacionalização das empresas do setor de revestimentos cerâmicos	Teixeira <i>et al</i> (2010)
	Estratégias de internacionalização: análise de empresas brasileiras do setor alimentícios	Varanda <i>et al</i> (2010)
	Razões e estratégias de internacionalização da construtora Odebrecht	Brito; Oliva (2009)
	Custos de transação, custos de mensuração e recursos estratégicos: complementaridade no estudo de estruturas de governança	Augusto; Souza; Cario (2013)
	Atributos da transação e mensuração, e sua influência nas relações entre cooperados e cooperativas em sistemas agroindustriais suinícolas	Martins; Souza (2014)
	Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional	Vasconcelos; Cyrino (2000)
	A vantagem competitiva das nações e a vantagem competitiva das empresas: a localização é importante?	Silva; Motta (20099)
	O processo de internacionalização de uma multinacional brasileira: estudo do caso Vale	Bemvindo (2014)
	Inovação e empreendedorismo nas teorias de internacionalização de empresas aplicáveis às pequenas e médias empresas de software e serviços correlatos	Galimberti; Fracasso (2008)
	Trajatória de internacionalização e capacidade tecnológica da Cia. Iguazu de café solúvel	Gonzalez; Cunha (2010)
	Capacidade tecnológica em empresas internacionalizadas e não internacionalizadas do sistema setorial de inovação de software de Curitiba	Mendonça (2011)
Balanço de Pagamentos	Economia internacional e comércio exterior	Maia (2013)
	Informações econômico-financeiras	Banco Central do Brasil (2002)
	Relações econômicas internacionais	Foschete (2001)

Quadro 11 – Principais referências bibliográficas utilizadas no marco teórico.

(conclusão)

ASSUNTO ABORDADO	TÍTULO	AUTORES
Balço de Pagamentos	Considerações a respeito do Balço de Pagamentos: uma análise da evolução e dinâmica das contas brasileiras no período 2000-2014	Prates; Rezende (2015)
Atos Internacionais	Atos internacionais	Portal Brasil (2012)
	Atos internacionais: manual de procedimentos	MRE (2010)
	Atos bilaterais firmados entre Brasil e EUA	MRE (2016)
Órgãos Reguladores do Comércio Internacional	Cooperation and reconstruction (1944-71)	IMF (2016)
	Convenio constitutivo del Fondo Monetario Internacional	IMF (2011)
	Fundo Monetário Internacional	MRE (2016)
	Banco Mundial	ONU BR (2016)
	Banco Mundial	MRE (2016)
	. O GATT e a Organização Mundial do Comércio no cenário econômico internacional desde Bretton-Woods	Deiro; Mallmann (1998)
	Organização Mundial do Comércio	MRE (2016)
Blocos econômicos	A ordem econômica mundial: considerações sobre a formação de blocos econômicos e o Mercosul	Simões; Morini (2002)
	O Brasil e o processo de formação de blocos econômicos: conceito e história, com aplicação aos casos do Mercosul e da Alca	Almeida (2005)
	Historia y futuro de la organización mundial del comercio	WTO (2013)
	Economia internacional e comércio exterior	Maia (2013)
	Acuerdo general sobre aranceles aduaneros y comercio: GATT de 1947	WTO (1947)
	Globalização e blocos econômicos	Petry (2008)
	Gestão de negócios internacionais	Vasconcellos <i>et al</i> (2006)

Fonte: Elaboração própria (2016).

Com a aplicação dos métodos escolhidos foi possível executar a coleta de dados, cumprindo com os objetivos propostos no estudo. Os resultados serão apresentados na conclusão deste trabalho.

### 3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO

A tarefa de pesquisa envolve a coleta de informações de determinado grupo que, quando muito numeroso, pode ser investigado parcialmente. Oliveira (1997, p. 160) explica que por ser praticamente improvável executar o levantamento de toda uma população se faz uso da amostragem, caracterizada como “porção ou parcela do universo, que realmente será submetida à verificação, é obtida ou determinada por uma técnica específica de amostragem”.

O estudo teve como objetivo levantar dados sobre os países componentes do TPP, localizados na Bacia do Pacífico, e também do Brasil, que pode ser impactado com o acordo. Na Figura 17 estão delimitados os treze países de acordo com sua localização geográfica.

Figura 17 – Países componentes do estudo proposto.



Fonte: Elaboração própria (2016).

O TPP envolve doze economias de quatro continentes distintos. A maior parte dos países do tratado estão localizados na Ásia: Brunei, Cingapura, Japão, Malásia e Vietnã. A América do Norte é representada por Canadá, EUA e México. Em relação à Oceania, Austrália e Nova Zelândia representam o continente. Por fim, Chile e Peru respondem a América do Sul, continente onde também está localizado o Brasil.

### 3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Conforme explica Gil (2007, p. 19), “a pesquisa exige que as ações desenvolvidas ao longo de seu processo sejam efetivamente planejadas” e assim ocorre com o plano de coleta de dados. Esse momento da pesquisa não serve somente para a busca de informações conceituais, mas principalmente para a



pesquisa de material que forneça base sólida para posterior tratamento e aplicação na busca por comprovação de hipóteses (GERHARDT; SILVEIRA, 1999).

O estudo foi desenvolvido com a coleta de dados secundários, encontrados em documentos elaborados por outros autores e também em bases de dados relacionadas à pesquisa. Martins e Theóphilo (2009, p. 85) definem dados secundários como “aqueles já coletados que se encontram organizados em arquivos, banco de dados, anuários estatísticos, relatórios, etc.”, diferentes dos primários que são “colhidos diretamente na fonte”. A técnica utilizada na coleta dos dados caracterizou-se como qualitativa.

O Quadro 13 apresenta o plano de coleta de dados a partir dos objetivos específicos, identificando onde o material foi coletado.

Quadro 13 – Plano de coleta de dados.

<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>FONTES DOS DADOS</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Compreender a estrutura e a dinâmica do TPP	CIA, IPEA, OAS, USTR, WTO.	Sites e base de dados oficiais.
Caracterizar os possíveis reflexos do TPP na economia mundial	WTO, IPEA.	Sites e base de dados oficiais.
Apresentar as características da balança comercial do Brasil com os países-membros do TPP	ALICE WEB, IPEA, MRE, WTO.	Sites e base de dados oficiais.
Destacar a participação do TPP nas transações comerciais brasileiras	ALICE WEB, MRE.	Sites e base de dados oficiais.

Fonte: Elaboração própria (2016).

Para o devido levantamento de informações e interpretação do assunto proposto, foi necessária a busca em ampla documentação e base de dados oficiais, o que “poderá garantir confiabilidade e validade às medidas a serem obtidas” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 85).

### 3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo de uma pesquisa é dar resposta à questão inicial do estudo. Assim, após o processo de coleta de dados, cabe ao pesquisador interpretar as informações coletadas, ciente de que os dados obtidos podem trazer à tona fatos não cogitados inicialmente, podendo até mesmo gerar novas hipóteses (GERHARDT; SILVEIRA, 1999). Lakatos e Markoni (2001, p. 133) definem a análise

de dados como o processo no qual “são transcritos os resultados, agora sob forma de evidências para a confirmação ou a refutação das hipóteses”.

De acordo com Vianna (2001) a análise de dados de uma pesquisa pode ser quantitativa, isto é, por meio da análise estatística dos dados obtidos ou convertidos em forma numérica, chegando a conclusões baseadas em números; ou qualitativa, com a análise subjetiva, fazendo uso de dados obtidos por meio de palavras, observação, entrevistas ou documentos. O estudo em questão foi desenvolvido com enfoque essencialmente qualitativo, uma vez que não apresenta tratamento estatístico, como o uso de médias ponderadas, dentre outros cálculos.

Oliveira (1997, p. 117) caracteriza a pesquisa qualitativa como uma abordagem que:

[...] nos leva, entretanto, a uma série de leituras sobre o assunto da pesquisa, para efeito da apresentação de resenhas, ou seja, descrever pormenorizada ou relatar minuciosamente o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre o assunto e, a partir daí, estabelecer uma série de correlações para, ao final, darmos nosso ponto de vista conclusivo.

Em síntese, o Quadro 14 apresenta os enquadramentos da pesquisa, com destaque para o delineamento, área de estudo, plano de coleta e análise dos dados.

Quadro 14 – Síntese dos procedimentos metodológicos.

TIPO	ENQUADRAMENTO	
Delineamento da pesquisa	Quanto aos fins	Descritiva e exploratória
	Quanto aos meios	Bibliográfica e documental
Plano de coleta de dados	Origem	Secundária
	Técnica	Qualitativa
Plano de análise de dados	Abordagem	Qualitativa

Fonte: Elaboração própria (2016).

A apresentação dos dados que compõem o capítulo 4 foi organizada por meio de gráficos, tabelas, figuras e textos descritivos, com o objetivo de realizar a análise “de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, e na argumentação lógica das ideias” (MICHEL, 2015, p. 40). Quanto às ferramentas para compilação e tratamento das informações, foram utilizados os *softwares* *Microsoft Office Word* e *Microsoft Office Excel*.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos na pesquisa, efetuada por meio da coleta de informações em bases de dados de órgãos governamentais e atrelados ao comércio internacional. Assim, serão apresentados os pontos fundamentais referentes ao TPP e seus membros, bem como a análise da relação desses países com o Brasil e seu impacto na economia mundial.

Para melhor apresentação dos resultados da pesquisa, segue Quadro 15 que mostra as informações obtidas de acordo com os objetivos específicos do estudo.

Quadro 15 – Objetivos específicos *versus* estrutura da pesquisa.

OBJETIVOS ESPECIFICOS	ESTRUTURA DOS RESULTADOS
a) Compreender a estrutura e a dinâmica do TPP.	4.1 – O Tratado Transpacífico
b) Caracterizar os possíveis reflexos do TPP na economia mundial.	4.2 – O Tratado Transpacífico na economia mundial
c) Apresentar as características da balança comercial do Brasil com os países-membros do TPP.	4.3 – A relação comercial do Brasil com os países-membros do Tratado Transpacífico
d) Destacar a participação do TPP nas transações comerciais brasileiras.	4.4 – O Tratado Transpacífico nas transações comerciais brasileiras

Fonte: Elaboração própria (2016).

### 4.1 O TRATADO TRANSPACÍFICO

Não é recente a prática de consolidação de acordos comerciais entre países na busca por vantagens comerciais e expansão do mercado de atuação. Nesse contexto, o agrupamento em blocos econômicos tem se mostrado como uma estratégia aplicada tanto por grandes potências, que visam a expansão internacional, como por países periféricos, que veem no capital externo uma oportunidade de promover suas carentes economias (SIMÕES; MORINI, 2002).

Outro fator que tem fomentado a interdependência entre as nações é a fragmentação da produção em escala mundial, que avançou muito nos últimos anos com a formação de cadeias de valor envolvendo vários países nas diferentes fases do processo produtivo, aumentando consideravelmente o fluxo de transações a nível global. Essa nova face no modo de produção tem exigido mudanças na estrutura de governança mundial, entretanto a OMC, com as negociações baseadas no sistema

multilateral, não tem obtido êxito frente às necessidades dessa nova realidade (BRASIL, 2015a).

Diante desse cenário, os países têm buscado alternativas de negociação que não a multilateral. Por meio de acordos regionais ou plurilaterais, os países visam aprofundar questões já assumidas no plano multilateral, mas também incluir temas que nunca foram tratados nas rodadas da OMC. Dentre essas iniciativas ganharam destaque o *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), envolvendo EUA e UE; o *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), liderado pela China; e também o *Trans-Pacific Partnership Agreement* (TPP) (BRASIL, 2015a).

Dos mega-acordos regionais supracitados, o pioneiro é o TPP, composto por doze países localizados nas duas bacias do oceano Pacífico: EUA, Japão, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, México, Peru, Chile, Malásia, Cingapura, Vietnã e Brunei, conforme Figura 18.

Figura 18 – Países-membros do Tratado Transpacífico.



Fonte: Jornal do Comércio (2016).

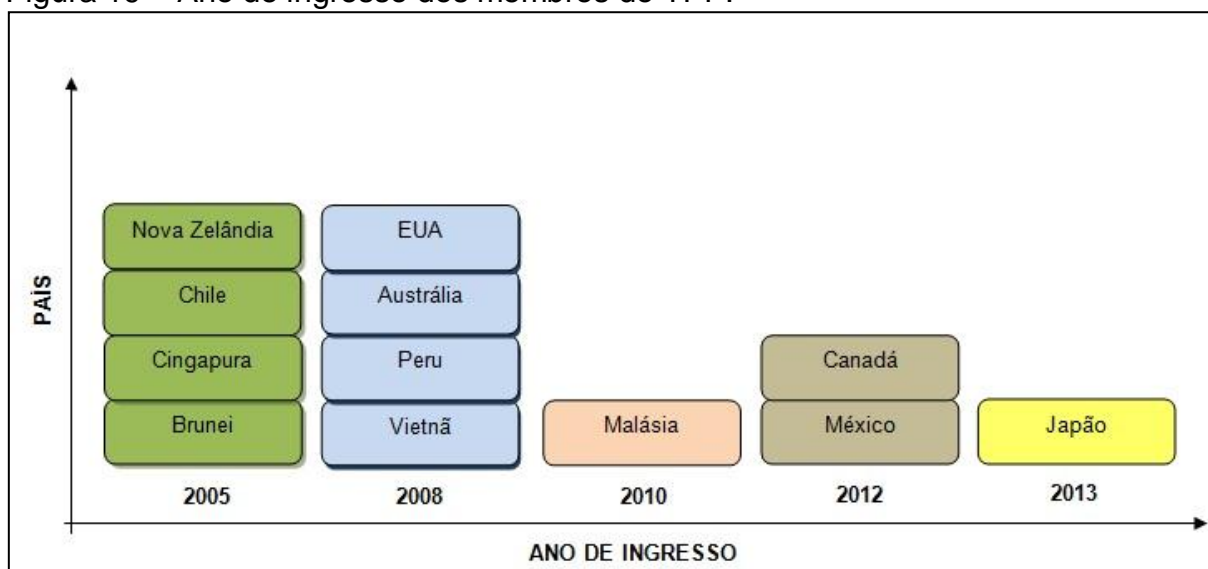
O Tratado Transpacífico foi oficialmente assinado em 5 de outubro de 2015, entretanto suas vertentes remontam do ano de 2005, quando Nova Zelândia, Chile, Cingapura e Brunei firmaram o *Trans-Pacific Strategic Economic Partnership* (TPSEP), mais conhecido por *Pacific Four* (P4). Em vigor desde 28 de maio de 2006,

conforme registro na OMC, os quatro países tinham por objetivo estreitar as relações econômicas de bens e serviços entre si (BRASIL, 2015a; WTO, 2005).

Em setembro de 2008, por meio do *United States Trade Representative\** (USTR), os EUA demonstraram interesse em participar do P4. Além disso, o país deixou clara a vontade de que outras nações também se juntassem às negociações, indicando um movimento mais amplo de integração da região do Pacífico. Assim, outras três economias juntaram-se às negociações no mesmo ano: Austrália, Peru e Vietnã (BRASIL, 2015a).

Os oito países, cuja junção passou a ser denominada *Trans-Pacific Partnership*, realizaram entre março e outubro de 2010 três encontros. O quarto encontro, ocorrido no mesmo ano, contou com a participação do nono membro, a Malásia. No ano de 2011, os nove países reuniram-se por cinco vezes e, durante a reunião ministerial da Apec, em dezembro de 2011, divulgaram um documento com traços do futuro acordo. Com isso, Canadá, México e Japão, demonstraram interesse em fazer parte do tratado. Em 2012, Canadá e México foram aceitos. O ingresso do Japão só foi concluído oficialmente em julho de 2013 (BRASIL, 2015a). Na Figura 19 estão dispostos o ano de entrada de cada país.

Figura 19 – Ano de ingresso dos membros do TPP.



Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015a, p. 13-14).

\* Agência criada pelos EUA em 1962 especializada em buscar oportunidades comerciais em outros países.

Os doze países componentes do TPP estão localizados em quatro continentes: na Ásia (Brunei, Cingapura, Japão, Malásia e Vietnã), na América do Norte (Canadá, EUA e México), na Oceania (Austrália e Nova Zelândia) e na América do Sul (Chile e Peru). Além da geografia, outras características diferem os membros do TPP, como o idioma, a cultura e os níveis de desenvolvimento (BRASIL, 2015a). No Quadro 16 podem ser observados dados mais específicos sobre os países.

Quadro 16 – Características dos países-membros do TPP.

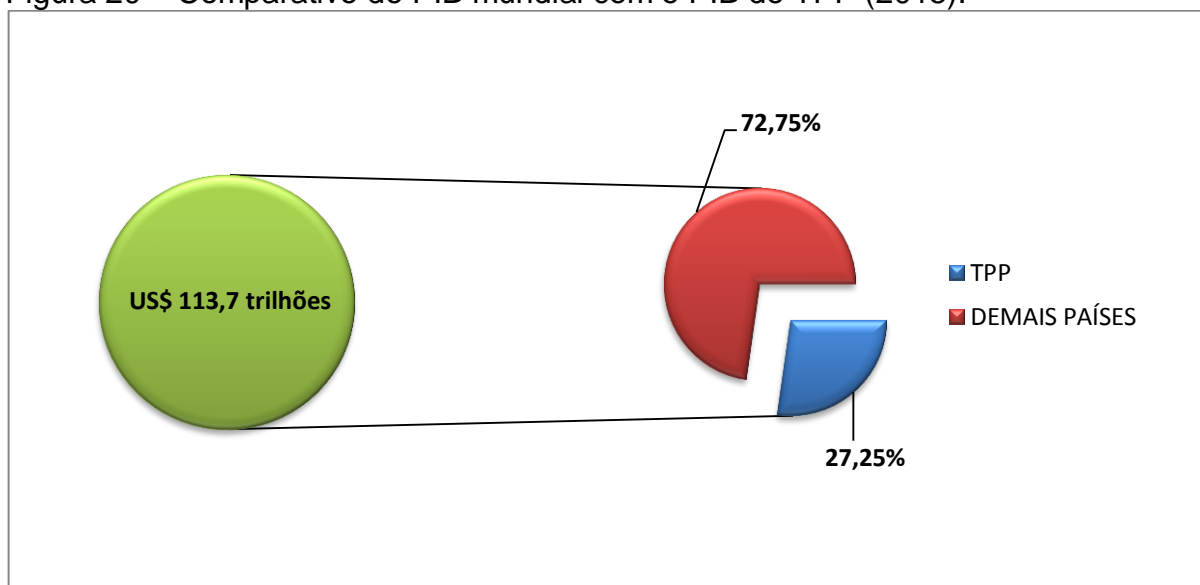
PAÍS	POPULAÇÃO	ÁREA (KM²)	FRONTEIRAS	PIB (US\$)	PIB PER CAPITA (US\$)	ADESÃO À OMC
Austrália	22.992.654	7,741,220	-	1,489 trilhões	65.400	01/01/1995
Brunei	429.646	5,765	Malásia	33,22 bilhões	79.700	01/01/1995
Canadá	35.362.905	9,984,670	EUA	1,632 trilhões	45.600	01/01/1995
Chile	17.650.114	756,102	Argentina, Bolívia e Peru	422,4 bilhões	23.500	01/01/1995
Cingapura	5.781.728	697	-	471,9 bilhões	85.300	01/01/1995
EUA	323.995.528	9,833,517	Canadá e México	17,95 trilhões	55.800	01/01/1995
Japão	126.702.133	377,915	-	4,83 trilhões	38.100	01/01/1995
Malásia	30.949.962	329,847	Brunei, Indonésia e Tailândia	815,6 bilhões	26.300	01/01/1995
México	123.166.749	1,964,375	Belize, Guatemala e EUA	2,227 trilhões	17.500	01/01/1995
Nova Zelândia	4.474.549	268,838	-	168,2 bilhões	36.200	01/01/1995
Peru	30.741.062	1,285,216	Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Equador	389,1 bilhões	12.200	01/01/1995
Vietnã	95.261.021	331,210	Camboja, China e Laos	552,3 bilhões	6.000	11/01/2007

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CIA (2015) e WTO (2016a).

A soma das populações de todos os membros do TPP é de quase 691 milhões de pessoas (690.805.918) e seu PIB em 2015 foi de US\$ 30,98 trilhões, representando quase 28% do PIB mundial, em comparação com a arrecadação dos demais países do globo, que foi de US\$ 82,72 trilhões (CIA, 2015).

Na Figura 20, está demonstrada a porcentagem do PIB dos países do TPP e das demais economias, diante do PIB mundial em 2015, que totalizou US\$ 113,7 trilhões.

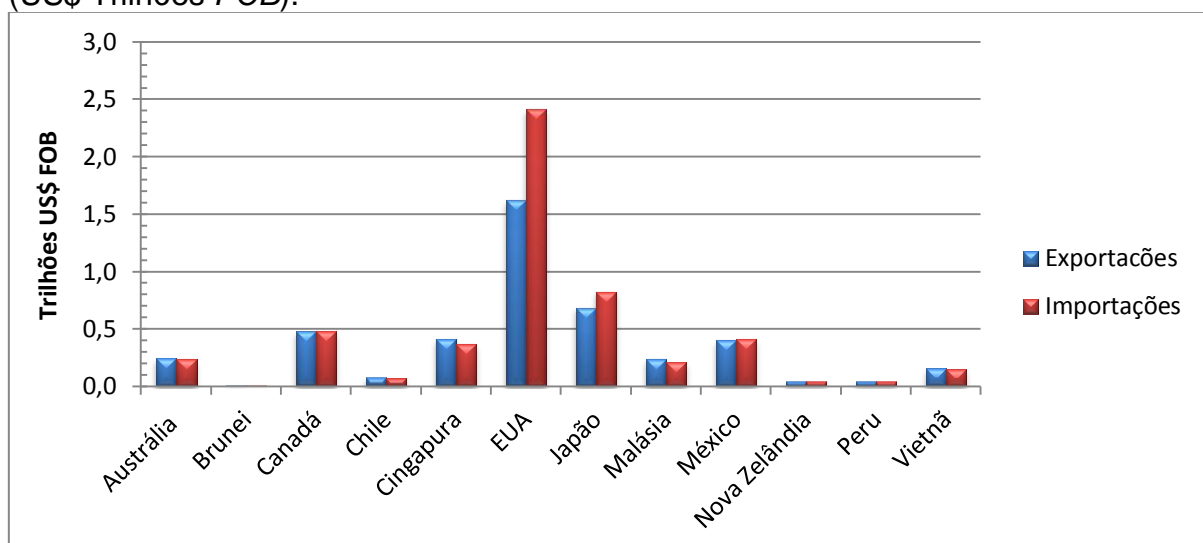
Figura 20 – Comparativo do PIB mundial com o PIB do TPP (2015).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CIA (2015).

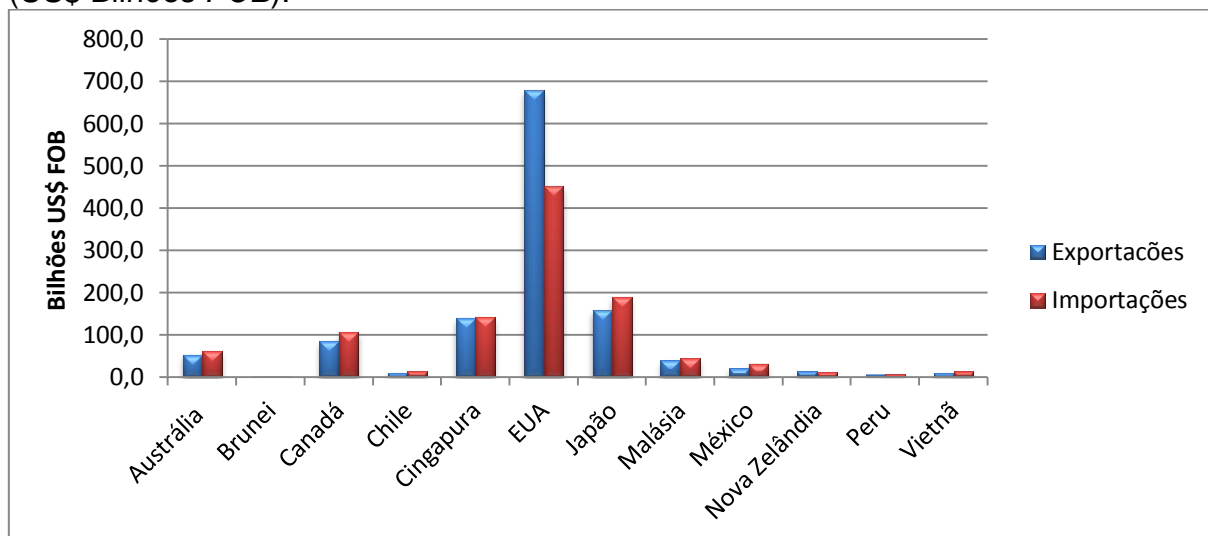
Dos países-membros do TPP, os EUA despontam como a economia com maior volume de transações internacionais, liderando tanto o setor de mercadorias como o de serviços, seguido do Japão. Já a terceira posição apresenta países distintos: enquanto Canadá está em terceiro lugar em volume de bens exportados e importados, Cingapura assume essa posição no *ranking* de serviços (WTO, 2014). Nas Figuras 21 e 22 estão detalhados individualmente o volume de comércio dos membros do TPP nas transações de bens e serviços.

Figura 21 – Exportações e importações de mercadorias dos membros do TPP, 2014 (US\$ Trilhões FOB).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO (2014).

Figura 22 – Exportações e importações de serviços dos membros do TPP, 2014 (US\$ Bilhões FOB).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO (2014).

De acordo com dados da OMC, em 2014 os países do TPP representaram frente ao comércio mundial 23,06% do total de mercadorias exportadas e 27,47% das importações. Em relação aos serviços, as exportações representaram 24,86% e as importações 21,55%. No Quadro 17 está especificada a participação de cada um dos membros diante do volume mundial.

Quadro 17 – Participação dos países-membros do TPP no comércio de bens e serviços mundial, 2014 (%).

PAÍS	EXPORTAÇÃO DE BENS	IMPORTAÇÃO DE BENS	EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS	IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS
Austrália	1,27%	1,24%	1,08%	1,30%
Brunei	0,06%	0,02%	0,01%	0,04%
Canadá	2,50%	2,49%	1,72%	1,22%
Chile	0,40%	0,38%	0,23%	0,30%
Cingapura	2,16%	1,92%	2,84%	2,96%
EUA	8,53%	12,64%	13,92%	9,44%
Japão	3,60%	4,31%	3,20%	3,97%
Malásia	1,23%	1,09%	0,80%	0,93%
México	2,09%	2,16%	0,43%	0,66%
Nova Zelândia	0,22%	0,22%	0,29%	0,27%
Peru	0,21%	0,22%	0,12%	0,16%
Vietnã	0,79%	0,78%	0,22%	0,30%
<b>TOTAL</b>	<b>23,06%</b>	<b>27,47%</b>	<b>24,86%</b>	<b>21,55%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO (2014).

Os doze membros do TPP estão envolvidos entre si em mais de 25 acordos regionais, dentre os quais destacam-se o NAFTA, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, do inglês *Association of Southeast Asian Nations*) e o próprio P4 que deu início a formação atual do TPP. Todos os participantes são



membros da APEC e economias que já conectadas às redes globais de produção como os países asiáticos, ou almejam inserir essa integração na política comercial, caso do Chile, Peru e México, que recentemente formara a Aliança do Pacífico com essa finalidade (BRASIL, 2015a).

Dos vários encontros ocorridos entre os países-membros até a oficialização do tratado em 5 de outubro de 2015, inúmeras questões foram discutidas e incorporadas ao documento final do TPP. Disponibilizado nos idiomas inglês, espanhol e francês, com trinta capítulos distribuídos em 653 páginas, o texto permite compreender o diferencial do tratado, que se destaca por não abarcar apenas assuntos comumente tratados nos acordos comerciais como bens, serviços e investimentos, mas também tratar de questões da nova geração (BRASIL, 2015a; OAS, 2016). No Quadro 18 estão enumerados os trinta capítulos que compõem o tratado.

Quadro 18 – Capítulos componentes do Tratado Transpacífico.

<b>CAPÍTULOS DO TRATADO TRANSPACIFICO</b>	
1	Disposições iniciais e definições gerais
2	Comércio de bens
3	Têxteis e vestuário
4	Regras de origem
5	Administração aduaneira e facilitação do comércio
6	Medidas sanitárias e fitossanitárias
7	Obstáculos técnicos ao comércio
8	Medidas comerciais corretivas
9	Investimento
10	Comércio fronteiriço de serviços
11	Serviços financeiros
12	Entrada temporária de pessoas de negócios
13	Telecomunicações
14	Comércio eletrônico
15	Compras governamentais
16	Política de concorrência
17	Empresas propriedades do Estado e monopólios designados
18	Propriedade intelectual
19	Comércio e trabalho
20	Comércio e meio ambiente
21	Cooperação e capacitação
22	Competitividade e facilitação de negócios
23	Desenvolvimento
24	Pequenas e médias empresas
25	Convergência regulatória
26	Transparência e anticorrupção
27	Disposições administrativas e institucionais
28	Solução de controvérsias
29	Exceções
30	Disposições finais

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OAS (2016).

Dentre os tópicos abordados no documento oficial do Tratado Transpacífico são mencionados tanto assuntos do âmbito multilateral, isto é, dos já discutidos na esfera da OMC, como novos temas, chamados de *OMC-plus*, que ainda não são contemplados nas negociações globais e acerca dos quais o TPP pretende se aprofundar. Entre os novos temas têm destaque a convergência regulatória, os padrões trabalhistas, meio ambiente, empresas estatais, comércio eletrônico e competitividade, facilitação de comércio e cadeias de suprimento (BRASIL, 2015a). No Quadro 19 são descritos a abrangência desses temas.

Quadro 19 – Temas atuais do TPP.

(continua)

TEMA	ABRANGÊNCIA
Convergência regulatória	O TPP prevê a convergência e harmonização de padrões e regulamentos que auxiliem no estreitamento das relações comerciais, especialmente referente às cadeias de produção global. As barreiras regulatórias e barreiras não tarifárias têm sido os principais obstáculos para acesso de mercados estrangeiros, por isso o tratado propõe harmonizar regulamentos técnicos, sanitários e fitossanitários e simplificar procedimentos de certificação e teste de conformidade, sem exigir a adoção de padrões internacionais. Há a previsão da criação de um Comitê de Convergência Regulatória pelos membros do tratado, com a finalidade de identificar prioridades para ações de cooperação pertinentes a convergência regulatória entre eles.
Padrões trabalhistas	Esse capítulo inclui a proteção de direitos trabalhistas e mecanismos que garantem a cooperação em questões de interesse mútuo. Os países-membros do TPP concordaram em adotar e manter em suas leis os direitos trabalhistas de acordo com a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1998. Os países se comprometeram a não violar leis trabalhistas para atrair comércio e investimentos, além de concordar em não importar bens que sejam fruto de exploração.
Meio ambiente	Os países-membros do TPP estabeleceram forte compromisso de proteger e conservar o meio ambiente, inclusive por meio do trabalho conjunto. Para isso, concordaram em aplicar eficazmente suas leis ambientais, não permitindo sua transgressão em prol do comércio e investimento.
Empresas estatais	Apesar de todos os membros do TPP terem empresas estatais, eles reconhecem que é necessário estabelecer regras para as mesmas. Foi acordado que suas estatais realizem compras e vendas comerciais sobre a base de considerações comerciais e que não discriminem bens e serviços de outros países.
Comércio eletrônico	Os países se comprometem em permitir o livre fluxo de informações globais e dados pertinentes à economia digital, levando em conta a proteção de informações pessoais. No capítulo fica proibida a imposição de impostos aduaneiros sobre as transações eletrônicas e impede que as partes favoreçam produtos nacionais. Ainda para facilitar o comércio, as partes do TPP promovem o comércio sem papel entre empresas e governo, buscando formas eletrônicas, bem como a autenticação e assinatura eletrônica para as transações comerciais. Algumas obrigações estão sujeitas a medidas de não conformidade para alguns membros do acordo, como Malásia e Vietnã que possuem restrições locais de conteúdo.

## Quadro 19 – Temas atuais do TPP.

(conclusão)

TEMA	ABRANGÊNCIA
Competitividade, facilitação de comércio e cadeias de suprimento	A integração regional proposta pelo TPP visa aumentar a competitividade nacional e regional dos membros e as cadeias de suprimento desempenham importante papel nesse sentido, já que promovem a competitividade e o desenvolvimento econômico. Está prevista a criação do Comitê de Competitividade e Facilitação de Negócios, que irá avaliar o impacto do TPP sobre a competitividade nacional e regional e na integração econômica regional, incluindo a participação das micro e pequenas empresas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015a) e *Organization of American States* – OAS (2015).

O resumo executivo oficial do TPP disponibilizado pelos países-membros, define o tratado como “*un acuerdo histórico propio del siglo veintiuno, que establece un nuevo estándar para el comercio mundial y afronta cuestiones de una nueva generación*” (OAS, 2015, p.1). Com seu caráter diferenciado o TPP pode impactar economias de fora do acordo, já que será um incentivo para que as empresas dos países-membros priorizem as atividades dentro do bloco, fortalecendo as cadeias de valor em detrimento das demais.

#### 4.2 O TRATADO TRANSPACÍFICO NA ECONOMIA MUNDIAL

Atualmente o continente asiático é tido como o polo mais dinâmico da economia internacional. Esse fator atraiu a atenção dos EUA, que estrategicamente decidiu se inserir nas negociações do TPP, visando sustentar sua presença na Ásia, principalmente pelo grande avanço chinês nos últimos anos. De acordo com dados da OMC, desde que aderiu à organização em 2001, a China superou o Japão como principal exportador asiático em 2004, em 2007 superou os EUA e em 2009 ultrapassou a Alemanha, tornando-se o principal exportador mundial (BRASIL, 2015a; WTO, 2015). Na Figura 23 é possível acompanhar essa evolução.

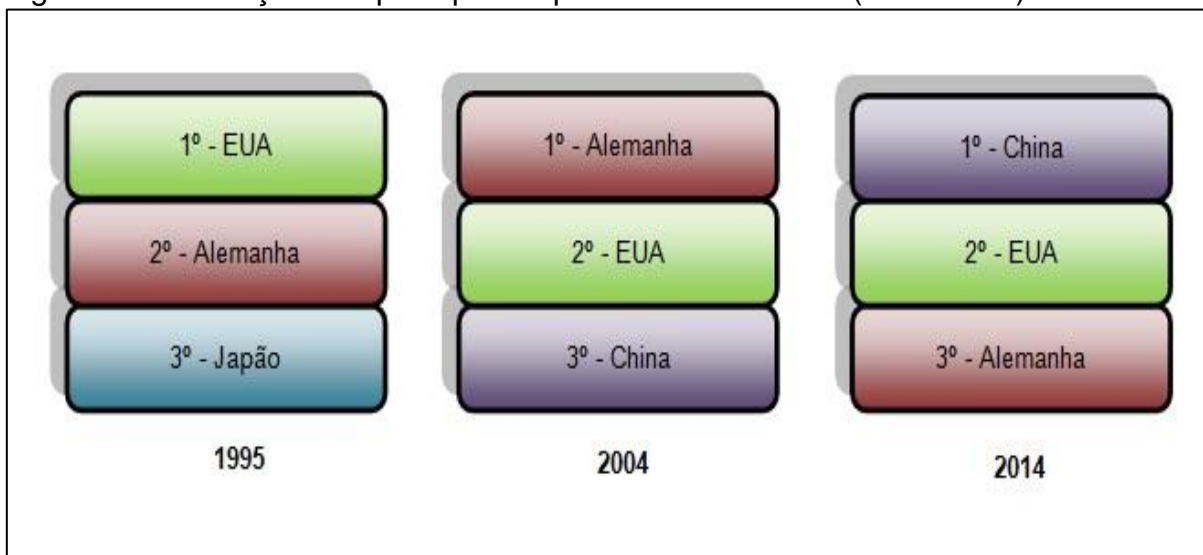
Apesar de algumas análises sugerirem que o TPP seria uma forma de os EUA conterem o avanço chinês, há indícios que a entrada da China no tratado foi considerada por ambos os lados, conforme declarações de autoridades dos dois países. Outras economias também manifestaram interesse em participar do TPP, como a Coreia do Sul, e Colômbia e Costa Rica são cotadas como prováveis futuros

---

\* Um acordo histórico próprio do século vinte e um, que estabelece um novo paradigma para o comércio mundial e incorpora questões de uma nova geração.

membros. Entretanto, as novas adesões só passariam a ser aceitas com a conclusão do acordo, com prioridade para os membros da APEC, embora não esteja descartada a adesão de não membros (BRASIL, 2015a).

Figura 23 – Evolução dos principais exportadores mundiais (1995-2014).



Fonte: Adaptado de WTO (2015).

Em seu primeiro capítulo, o TPP estabelece algumas questões em relação a outros tratados que os países-membros mantêm. Em geral, propõem que os países cumpram o acordado tanto com o TPP como com os acordos firmados com outras economias, porém se houver contradição entre as disposições dos acordos, os países-membros devem realizar consultas com a intenção de alcançar uma solução satisfatória para as partes (MIRANDA, 2016).

É provável que o TPP provoque um desvio de comércio desfavorável a terceiros países, prejudicando suas exportações, já que as normas do tratado criam incentivos para que as empresas localizadas dentro da região priorizem as firmas ali estabelecidas em suas cadeias de suprimento. Além disso, o TPP pode desestruturar a crescente centralidade que os países emergentes possuem na OMC, já que visa estabelecer normas mais adequadas à realidade do comércio mundial, principalmente relacionado às cadeias de valor. Essa iniciativa faz com que as economias que estão de fora dos acordos megarregionais se sujeitem às decisões dos pioneiros na elaboração das novas normas para o comércio internacional (BRASIL, 2015a).

### 4.3 A RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM OS PAÍSES-MEMBROS DO TRATADO TRANSPACÍFICO

O Brasil está de fora não só das negociações do TPP, mas também de todas as iniciativas megarregionais existentes. Esse fato pode implicar num desvio de comércio desfavorável ao Brasil e também seu enfraquecimento nas decisões do comércio internacional, já que o poder decisório ficará concentrado nas mãos dos países que estiverem inseridos no processo de elaboração das regras do comércio mundial pautadas no plano regional, e não do multilateral (BRASIL, 2015a).

Atualmente, com base em dados da OMC (2016b), o Brasil possui cinco Acordos Comerciais Regionais (ACR) em vigor. Entre esses acordos, o país tem relação com alguns dos membros do TTP. Por meio dos acordos da ALADI, Protocolo Relativo às Negociações Comerciais entre Países em Desenvolvimento (PTN) e também pelo Sistema Global de Preferências Comerciais entre os Países em Desenvolvimento (SGPC) mantém relações com México, Chile, Peru, Malásia e Cingapura. No Quadro 20 estão todos os ACR de participação brasileira.

Quadro 20 – Participação do Brasil em Acordos Comerciais Regionais.

(continua)

ACR	MEMBROS	DATA DE VIGOR	COMPOSIÇÃO	REGIÃO
Associação Latino Americana de Integração (ALADI)	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.	18/03/1981	Plurilateral	América do Sul, Caribe, América do Norte.
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai.	29/11/1991	Plurilateral	América do Sul.
MERCOSUL-Índia	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Índia.	01/06/2009	Bilateral	América do Sul, Ásia Ocidental.
Protocolo relativo às negociações comerciais entre países em desenvolvimento (PTN)	Bangladesh, Brasil, Chile, Coreia, República de, Egito, Filipinas, Israel, México, Paquistão, Paraguai, Peru, Sérvia, Tunísia, Turquia, Uruguai.	11/02/1973	Plurilateral	Ásia Ocidental, América do Sul, Ásia Oriental, África, Oriente Médio, América do Norte, Europa.

Quadro 20 – Participação do Brasil em Acordos Comerciais Regionais.

(conclusão)

ACR	MEMBROS	DATA DE VIGOR	COMPOSIÇÃO	REGIÃO
Sistema Global de Preferências Comerciais entre os Países em Desenvolvimento (SGPC)	Argélia, Argentina, Bangladesh, Benin, Bolívia, Brasil, Camarões, Chile, Colômbia; Coreia, República de; Coreia, República Popular Democrática de, Cuba, Equador, Egito, Filipinas, Gana, Guiné, Guiana, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Líbia, Malásia, Marrocos, México, Moçambique, Birmânia, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Peru, Cingapura, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Tanzânia, Trinidad e Tabago; Tunísia, Venezuela, Vietnã, Zimbábue.	19/04/1989	Plurilateral	África, América do Sul, Ásia Ocidental, Ásia Oriental, Caribe, Oriente Médio, América do Norte, América Central.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO (2016b).

Nos próximos tópicos será apresentada a relação comercial que o Brasil mantém individualmente com os países-membros do TPP.

#### 4.3.1 Relação comercial Brasil *versus* EUA

Dentre os principais parceiros comerciais do Brasil, os EUA despontam como a segunda economia com o qual o país mais mantém relações comerciais, ficando atrás apenas da China, que alcançou a primeira posição em 2009 (BRASIL, 2016n). Na Tabela 5, é possível verificar as transações comerciais entre Brasil e EUA nos últimos dez anos.

De acordo com os dados do Sistema de Análise das Informações de Comércio (Alice Web), com exceção do ano de 2009, reflexo da crise econômica de 2008, entre o segundo semestre de 2006 até 2014 a corrente de comércio entre Brasil e EUA cresceu constantemente de US\$ 21,2 bilhões a US\$ 62 bilhões. Nesse período, a balança comercial bilateral apresentou entre 2006 e 2008 *superávits* brasileiros decrescentes e *déficits* brasileiros praticamente crescentes entre 2009 e 2014, com ênfase para o ano de 2013, quando o *déficit* foi mais expressivo,

apresentando saldo negativo de US\$ 11,3 bilhões. Em 2014 a corrente de comércio avançou, recuando o *déficit* brasileiro para aproximadamente US\$ 8 bilhões.

Tabela 5 – Balança comercial Brasil *versus* EUA (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	13.272.492.999	62,47%	7.974.858.954	37,53%	5.297.634.045	21.247.351.953
2007	25.065.048.412	57,24%	18.723.280.625	42,76%	6.341.767.787	43.788.329.037
2008	27.423.048.799	51,69%	25.627.961.850	48,31%	1.795.086.949	53.051.010.649
2009	15.601.628.031	43,78%	20.032.145.355	56,22%	-4.430.517.324	35.633.773.386
2010	19.307.295.562	41,65%	27.044.361.398	58,35%	-7.737.065.836	46.351.656.960
2011	25.804.628.156	43,17%	33.970.288.813	56,83%	-8.165.660.657	59.774.916.969
2012	26.700.854.915	45,21%	32.362.684.966	54,79%	-5.661.830.051	59.063.539.881
2013	24.653.476.362	40,63%	36.018.510.576	59,37%	-11.365.034.214	60.671.986.938
2014	27.027.771.514	11,33%	35.018.330.949	56,44%	-7.990.559.435	62.046.102.463
2015	24.079.945.544	47,63%	26.471.345.593	52,37%	-2.391.400.049	50.551.291.137
01/2016	10.670.816.612	48,83%	11.183.800.203	51,17%	-512.983.591	21.854.616.815
<b>TOTAL</b>	<b>219.607.006.906</b>	<b>42,72%</b>	<b>274.427.569.282</b>	<b>53,39%</b>	<b>-34.820.562.376</b>	<b>514.034.576.188</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2016a).

Em 2015 houve uma leve queda das exportações brasileiras em relação a 2014, de US\$ 27 bilhões para US\$ 24 bilhões. Já as importações diminuíram expressivamente, saindo de US\$ 35 bilhões em 2014 para US\$ 26,4 bilhões em 2015. Esses números refletiram na corrente de comércio, que reduziu em 2015 para US\$ 50,5 bilhões, e principalmente no saldo comercial brasileiro. Com uma redução maior das importações frente às exportações, o *déficit* recuou para US\$ 2,3 bilhões.

Os *déficits* do Brasil com os EUA, registrados a partir de 2009, podem ser explicados principalmente pelo impacto da taxa de câmbio sobre a competitividade dos produtos brasileiros. Entretanto, com a correção cambial observada a partir de 2014 e ao longo de 2015, há perspectivas de que diversos setores incrementem suas exportações aos EUA, reduzindo o *déficit* brasileiro (BRASIL, 2016n).

As exportações de produtos por fator agregado são divididas em três categorias, considerando o nível de transformação sofrido pela mercadoria durante seu processo produtivo até a venda final (ALICE WEB, 2016b). No Quadro 21 estão descritas cada classe individualmente.

Quadro 21 – Classes de produtos por agregação de valor.

CONCEITO	DESCRIÇÃO
Produtos básicos	Produtos de baixo valor, normalmente intensivo em mão-de-obra, cuja cadeia produtiva é simples e que sofrem poucas transformações. Por exemplo, minério de ferro, grãos, agricultura, etc.
Produtos industrializados	Dividem-se em semimanufaturados e manufaturados, uma vez mais considerando o grau de transformação.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2016b).

Em 2015, em termos de fator agregado, as exportações brasileiras para os EUA foram compostas por 61,7% de produtos manufaturados, 19,2% de produtos básicos e 19,1% de produtos semimanufaturados. Quanto às importações brasileiras dos EUA, em 2015 os produtos básicos representaram 4,6%, os semimanufaturados 1,4% e os manufaturados tiveram grande participação, totalizando 93,9% (BRASIL, 2016o).

Em 2015, do valor total das vendas brasileiras ao exterior, 12,5% das exportações foram direcionadas aos EUA. Na pauta dos produtos exportados pelo Brasil aos EUA destacam-se as categorias máquinas mecânicas (13,7%), aviões (12,7%), produtos manufaturados de ferro e aço (12,3%) e óleos brutos de petróleo (9,1%) (BRASIL, 2016o). No Quadro 22 são apresentados outros produtos componentes das exportações do Brasil aos EUA.

Quadro 22 – Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil aos EUA (2015).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART.% NO TOTAL
Máquinas mecânicas	3.292	13,7%
Aviões	3.060	12,7%
Ferro e aço	2.965	12,3%
Combustíveis	2.187	9,1%
Café	1.314	5,5%
Pastas de madeira	984	4,1%
Obras de pedra, gesso, cimento	859	3,6%
Madeira	852	3,5%
Máquinas elétricas	694	2,9%
Químicos orgânicos	514	2,1%
Outros produtos	7.359	30,6%
Total	24.080	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016o).



Quanto às importações brasileiras dos EUA por grupos de produtos, tiveram destaques expressivos em 2015 os grupos de máquinas mecânicas (22,2%) e o grupo de combustíveis (14,9%). As indústrias norte-americanas dos setores aeronáutico, petroquímico, mineração e transportes possuem expressiva participação nas importações brasileiras (BRASIL, 2016o). No Quadro 23 estão detalhados outros grupos que compõem as importações brasileiras dos EUA.

Quadro 23 – Principais grupos de produtos importados pelo Brasil dos EUA (2015).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART.% NO TOTAL
Máquinas mecânicas	5.870	22,2%
Combustíveis	3.943	14,9%
Químicos orgânicos	1.891	7,1%
Plásticos	1.784	6,7%
Máquinas elétricas	1.691	6,4%
Instrumentos de precisão	1.686	6,4%
Diversos inds químicas	1.314	5,0%
Farmacêuticos	1.177	4,4%
Automóveis	814	3,1%
Químicos inorgânicos	711	2,7%
Outros produtos	5.590	21,1%
Total	26.471	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016o).

No *ranking* dos países com os quais EUA mais mantêm relações comerciais, em 2015 o Brasil figurou como 11º país para o qual os EUA mais exportaram. Quanto às importações norte-americanas, o Brasil ficou posicionado em 17º lugar (BRASIL, 2016o). No Quadro 24 estão dispostos os principais parceiros comerciais dos EUA, tanto exportadores, como importadores.

Quadro 24 – Principais parceiros comerciais dos EUA (2015).

DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES			ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
Canadá	280,0	18,6%	China	502,6	21,8%
México	236,4	15,7%	Canadá	301,0	13,0%
China	116,2	7,7%	México	297,5	12,9%
Japão	62,5	4,2%	Japão	134,8	5,8%
Reino Unido	56,3	3,7%	Alemanha	126,5	5,5%
Alemanha	49,6	3,3%	Coreia do Sul	74,1	3,2%
Coreia do Sul	43,5	2,9%	Reino Unido	58,7	2,5%
Países Baixos	40,7	2,7%	França	48,7	2,1%
Hong Kong	37,1	2,5%	Índia	46,6	2,0%
Bélgica	34,1	2,3%	Itália	45,3	2,0%
<b>Brasil (11º)</b>	<b>31,7</b>	<b>2,1%</b>	<b>Brasil (17º)</b>	<b>28,5</b>	<b>1,2%</b>
Outros países	516	34,3%	Outros países	642	27,9%
Total	1.504	100%	Total	2.307	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016o).

Quanto ao IDE aplicado no Brasil, a maior parte desses investimentos são oriundos dos EUA. Em 2014, último ano de que se dispõem dados, a soma dos investimentos foi de US\$ 111,7 bilhões, aproximadamente um quinto do total de investimentos externos no Brasil. Somente em 2014, os EUA investiram US\$ 8,5 bilhões no Brasil, representando 15,2% do total de IDE recebido no ano em questão. Em contrapartida, o Brasil também obteve crescimento nos investimentos diretos realizados nos EUA, totalizando um estoque de US\$ 13,1 bilhões em 2014 (BRASIL, 2016n). No Quadro 25 são descritos os principais investimentos dos EUA no Brasil por ramo de atividade.

Quadro 25 – Principais investimentos diretos dos EUA no Brasil por ramo de atividade (2014).

RAMO DE ATIVIADE	VALOR US\$ MILHOES	%
Agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura	1.854	1,7%
Indústrias extrativas	1.995	1,8%
Indústrias de transformação	36.998	33,1%
Eletricidade e gás	4.075	3,6%
Construção	653	0,6%
Comércio, reparação de veículos automotores	12.803	11,5%
Transporte, armazenagem e correio	581	0,5%
Alojamento e alimentação	207	0,2%
Informação e comunicação	2.988	2,7%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	38.078	34,1
Atividades imobiliárias	4.837	4,3
Outros	6.646	5,9
TOTAL	111.715	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016n).

Dentre os atos bilaterais firmados entre Brasil e EUA, as partes mantêm inúmeros acordos nas mais diversas áreas. Os mesmos podem ser consultados na página online da Divisão de Atos Internacionais (DAI), divisão subordinada ao MRE, no link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil). Na esfera comercial, Brasil e EUA possuem 18 atos bilaterais, distribuídos em vigentes, em tramitação e não vigentes. No Quadro 26 estão especificados esses acordos.

Quadro 26 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e EUA.

(continua)

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
<b>VIGENTES</b>			
Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	19/03/2011	19/03/2011	Vigente

Quadro 26 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e EUA.

(conclusão)

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
<b>VIGENTES</b>			
Termos de Referência (Conselho de Desenvolvimento Empresarial)	23/03/1995	23/03/1995	Vigente
Acordo de Vistos Relativo a Têxteis e Artigos Têxteis.	19/09/1988	19/09/1988	Vigente
Acordo Provisório sobre Couros e Peles Bovinos Salgados e Produtos Manufaturados de Couro e outros Assuntos Comerciais.	10/04/1980	10/04/1980	Vigente
Acordo sobre Comércio Agrícola.	19/04/1962	19/04/1962	Vigente
Acordo sobre o Estabelecimento de um Grupo Misto de Problemas de Suprimentos de Emergência.	24/07/1951	24/07/1951	Vigente
<b>EM TRAMITAÇÃO</b>			
Acordo, por troca de Notas, Relativo às Exportações de Têxteis de Fibras Artificiais do Brasil para os EE.UU.	19/05/1978	01/04/1978	Em Tramitação
Acordo, por Troca de Notas, Relativo às Exportações de Têxteis de Algodão do Brasil para os EUA.	19/05/1978	01/04/1978	Em Tramitação
<b>NÃO VIGENTES</b>			
Acordo, Relativo ao Comércio de Têxteis de Algodão, de Lã e Fibras Químicas e de Produtos Têxteis, por Troca de Notas.	19/09/1988	19/09/1988	Não Vigente
Acordo, por Troca de Notas, sobre Comércio de Têxteis de Algodão, Lã e Fibras Sintéticas, e Produtos Têxteis.	29/08/1985	01/04/1985	Não Vigente
Acordo, ptn., Emendando e Prorrogando o Acordo sobre Comércio de têxteis de Fibras Artificiais, com seus Anexos e Emendas, de 22 de agosto de 1976, e Prorrogando o Acordo sobre o Comércio de Têxteis de Fibras Artificiais, com seus Anexos e Emendas.	27/03/1979	01/04/1979	Não Vigente
Acordo, ptn., emendando e prorrogando o Acordo sobre Comércio de Têxteis de Algodão, com seus Anexos e Emendas, de 22 de abril de 1976, e prorrogando o Acordo sobre o Comércio de Têxteis de Algodão, com seus Anexos e Emendas, da mesma data.	27/03/1979	01/04/1979	Não Vigente
Emenda e Prorrogação do Acordo sobre Têxteis de Algodão de 23 de outubro de 1970.	09/05/1972	09/05/1972	Não Vigente
Acordo sobre a Venda de Café Verde às Indústrias Norte-Americanas.	02/04/1971	02/04/1971	Não Vigente
Acordo sobre a Exportação de Têxteis de Algodão.	23/10/1970	23/10/1970	Não Vigente
Suspensão do Acordo Comercial de 02 de fevereiro de 1935.	30/06/1948	-	Não Vigente
Acordo de Prorrogação dos Acordos referentes à Borracha e seus Produtos.	14/08/1945	-	Não Vigente
Tratado de Comércio.	02/02/1935	-	Não Vigente

Fonte: Elaboração própria partir de dados de Brasil (2016m).

### 4.3.2 Relação comercial Brasil versus Japão

Japão tem como fortes características o alto poder aquisitivo, alto nível educacional e um perfil de consumo mais seletivo, o que o torna interessante como parceiro comercial (BRASIL, 2012a). Como pode ser observado na Tabela 6, Brasil e Japão tem apresentado aumentos e declínios em suas transações comerciais nos últimos dez anos. Até 2008 houve crescimento nas exportações e importações brasileiras, entretanto a partir de 2009 ocorreu queda, resultando no maior *déficit* brasileiro da última década na relação bilateral.

Tabela 6 – Balança comercial Brasil versus Japão (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	2.090.265.909	51,77%	1.947.144.932	48,23%	143.120.977	4.037.410.841
2007	4.321.335.071	48,39%	4.609.178.991	51,61%	-287.843.920	8.930.514.062
2008	6.114.519.602	47,32%	6.807.014.081	52,68%	-692.494.479	12.921.533.683
2009	4.269.694.690	44,30%	5.367.779.845	55,70%	-1.098.085.155	9.637.474.535
2010	7.140.831.782	50,55%	6.986.008.440	49,45%	154.823.342	14.126.840.222
2011	9.473.095.520	54,61%	7.872.472.889	45,39%	1.600.622.631	17.345.568.409
2012	7.955.713.348	50,70%	7.735.456.108	49,30%	220.257.240	15.691.169.456
2013	7.964.271.952	52,93%	7.081.491.567	47,07%	882.780.385	15.045.763.519
2014	6.718.600.696	53,24%	5.901.375.580	46,76%	817.225.116	12.619.976.276
2015	4.844.959.300	49,83%	4.877.203.898	50,17%	-32.244.598	9.722.163.198
01/2016	2.373.324.156	58,37%	1.692.825.709	41,63%	680.498.447	4.066.149.865
<b>TOTAL</b>	<b>63.266.612.026</b>	<b>50,96%</b>	<b>60.877.952.040</b>	<b>49,04%</b>	<b>2.388.659.986</b>	<b>124.144.564.066</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Alice Web (2016a).

A partir de 2010 as transações voltaram a crescer, tanto que o Japão figurou como o sexto maior destino das exportações brasileiras em 2010 com US\$ 7,1 bilhões e em 2011 foi o quarto maior investidor direto no Brasil, totalizando um aporte de US\$ 7,4 bilhões. O ano de 2011 apresentou o maior *superávit* da balança brasileira com o Japão, resultado que pode ser parcialmente explicado pela queda da produção industrial japonesa a partir de março de 2011 devido ao impacto do tsunami sofrido pela Japão e que afetou o fornecimento de inúmeros insumos para a indústria automotiva e conseqüentemente a importação para o Brasil. Desde 2012 o comércio entre os países vem reduzindo drasticamente. Entre 2012 e 2015, a corrente passou de US\$ 15,69 bilhões para US\$ 9,72 bilhões (BRASIL, 2012a).

Dentre as categorias de produtos por fator agregado mais comumente comercializados entre os países no ano de 2015 estão, por parte das exportações

brasileiras, os produtos básicos, responsáveis por 67% das vendas ao Japão, seguido de 18% de semimanufaturados e 15% de manufaturados. Já as compras brasileiras são representadas fortemente por produtos manufaturados, com 99,3%, sucedido por 0,4% de semimanufaturados e 0,2% de produtos básicos (BRASIL, 2016q). No Quadro 27 estão os produtos exportados e importados que compõem esses percentuais.

Quadro 27 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Japão (2015).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART.% NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART.% NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Minérios	1.213	25,0%	Máquinas mecânicas	1.401	28,7%
Carnes	845	17,4%	Automóveis	958	19,6%
Cereais	462	9,5%	Máquinas elétricas	592	12,1%
Café	441	9,1%	Obras de ferro ou aço	395	8,1%
Alumínio	370	7,6%	Instrumentos de precisão	497	10,2%
Ferro e aço	240	5,0%	Químicos orgânicos	295	6,0%
Soja em grãos e sementes	195	4,0%	Plásticos	157	3,2%
Preparações hortícolas	117	2,4%	Borracha	155	3,2%
Pastas de madeira	104	2,1%	Ferro e aço	95	1,9%
Químicos orgânicos	97	2,0%	Aviões	86	1,8%
Outros produtos	761	15,7%	Outros produtos	246	5,0%
<b>Total</b>	<b>4.845</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>4.877</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria partir de dados de Brasil (2016q).

Em 2015 o Brasil obteve pequena representatividade no total de importações japonesas, com 0,77%. Dos US\$ 626,0 bilhões importados pelo Japão, o Brasil exportou US\$ 4,8 bilhões ao país. Esse percentual se assemelha no âmbito de exportações japonesas ao Brasil. Com participação de 0,78%, o Brasil comprou US\$ 4,8 bilhões dos US\$ 625,0 bilhões exportados mundialmente pelo Japão. No Quadro 28 estão listados os principais parceiros comerciais do Japão, bem como a posição brasileira nesse mercado (BRASIL, 2016q).

Em 2015 os principais grupos de produtos exportados pelo Japão foram os automóveis, com 21,4% das vendas, seguido de máquinas mecânicas, com 18,9% e máquinas elétricas, com 15,4%. Já as importações foram caracterizadas

por 24,1% de combustíveis, 14,4% de máquinas elétricas e participação de 9,6% do grupo de máquinas mecânicas (BRASIL, 2016q).

Quadro 28 – Principais parceiros comerciais do Japão (2015).

DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES			ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
EUA	126	20,2%	China	161	25,7%
China	109	17,4%	EUA	68	10,9%
Coreia do Sul	44	7,0%	Austrália	35	5,6%
Taiwan	37	5,9%	Coreia do Sul	27	4,3%
Hong Kong	35	5,6%	Arábia Saudita	25	4,0%
Tailândia	28	4,5%	Emirados Árabes Unidos	24	3,8%
Cingapura	20	3,2%	Taiwan	23	3,7%
Alemanha	16	2,6%	Malásia	22	3,5%
Austrália	13	2,1%	Tailândia	20	3,2%
Vietnã	13	2,1%	Alemanha	20	3,2%
<b>Brasil (25º)</b>	<b>4</b>	<b>0,6%</b>	<b>Brasil (20º)</b>	<b>7</b>	<b>1,2%</b>
Outros países	180	28,8%	Outros países	194	30,9%
Total	625	100%	Total	626	100%

Fonte: Elaboração própria partir de dados de Brasil (2016q).

Brasil e Japão mantêm uma série de acordos entre si. De acordo com a DAI, os países possuem 26 acordos bilaterais vigentes, que podem ser consultados no link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil). O primeiro, estabelecido 12/12/1897, foi o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. O último acordo registrado entrou em vigor em 01/11/2013 e trata da Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre isenção de vistos para Passaporte Oficial e Passaporte de Serviço (BRASIL, 2016m). No Quadro 29 estão os acordos comerciais bilaterais entre eles. Atualmente, só um acordo comercial está ativo.

Quadro 29 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Japão.

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
<b>VIGENTE</b>			
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.	05/11/1895	12/12/1897	Vigente
<b>NÃO VIGENTE</b>			
Ajuste de Comércio e de Pagamentos.	16/10/1958	-	Não Vigente
Prorrogação do Prazo de Validade das Listas de Mercadorias do Ajuste Administrativo de Comércio de 12 de setembro de 1952.	12/01/1955	-	Não Vigente
Prorrogação do Prazo de Validade das Listas de Mercadorias Anexas ao Ajuste de Comércio, Concluído no Rio de Janeiro, por Troca de Notas em 12 de setembro de 1952.	07/08/1954	-	Não Vigente
Ajuste Administrativo de Comércio.	12/09/1952	-	Não Vigente

Fonte: Elaboração própria partir de dados de Brasil (2016m).

### 4.3.3 Relação comercial Brasil *versus* Chile

Em 2015, o Brasil foi o terceiro país com o qual o Chile mais realizou transações, ficando atrás de China e EUA. Esse número se explica parcialmente pela proximidade geográfica dos territórios, o que facilita a logística, e também pela existência do ACE-35, um acordo estabelecido em 1996 que confere tarifa alfandegária zero para todos os produtos comercializados (BRASIL, 2016k).

A corrente de comércio chilena em 2015 totalizou US\$ 122,6 bilhões, apresentando redução em relação ao ano de 2014, que foi de US\$ 143,6 bilhões. Essa diminuição se dá principalmente pelo menor valor pago ao cobre, responsável por cerca de 50% de todas as vendas do Chile (BRASIL, 2016k). Essa queda de 14,6% refletiu também na relação com o Brasil, cujas exportações e importações diminuiriam, conforme pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7 – Balança comercial Brasil *versus* Chile (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	2.188.122.746	57,98%	1.585.720.815	42,02%	602.401.931	3.773.843.561
2007	4.264.400.293	55,19%	3.462.087.760	44,81%	802.312.533	7.726.488.053
2008	4.791.703.200	54,80%	3.951.591.188	45,20%	840.112.012	8.743.294.388
2009	2.656.793.690	49,83%	2.674.586.091	50,17%	-17.792.401	5.331.379.781
2010	4.258.362.263	50,45%	4.181.964.042	49,55%	76.398.221	8.440.326.305
2011	5.418.067.092	54,37%	4.546.952.760	45,63%	871.114.332	9.965.019.852
2012	4.602.202.699	52,49%	4.166.378.514	47,51%	435.824.185	8.768.581.213
2013	4.483.782.976	50,90%	4.325.113.204	49,10%	158.669.772	8.808.896.180
2014	4.984.190.844	55,40%	4.013.311.457	44,60%	970.879.387	8.997.502.301
2015	3.978.438.486	53,84%	3.410.858.864	46,16%	567.579.622	7.389.297.350
01/2016	1.878.017.963	55,97%	1.477.576.524	44,03%	400.441.439	3.355.594.487
<b>TOTAL</b>	<b>43.504.082.252</b>	<b>53,51%</b>	<b>37.796.141.219</b>	<b>46,49%</b>	<b>5.707.941.033</b>	<b>81.300.223.471</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Alice Web (2016a).

Com exceção de 2009, a balança comercial brasileira apresentou *superávit* nos últimos dez anos na relação com o Chile. Embora em 2015 a corrente de comércio tenha diminuído para US\$ 7,39 bilhões, comparado a US\$ 8,99 bilhões de 2014, o Brasil se consolidou como o terceiro maior fornecedor chileno, atrás de China e EUA e quinto maior importador, precedido de China, EUA, Japão e Coreia do Sul (BRASIL, 2016k).

Na composição das exportações brasileiras por fator agregado ao Chile em 2015, os produtos manufaturados contemplaram 57,8%, seguidos dos básicos

com 40,1% e pequena participação dos semimanufaturados, com 2,1%. Já as importações brasileiras do país sul-americano foram compostas em primeiro lugar por 43,7% de produtos básicos, 33,9% de produtos manufaturados e 22,4% de semimanufaturados (BRASIL, 2016j). Os principais grupos de produtos dessas transações estão especificados no Quadro 30.

Quadro 30 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Chile (2015).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Combustíveis	1.125	28,3%	Cobre	1.063	31,2%
Automóveis	570	14,3%	Minérios	747	21,9%
Carnes	349	8,8%	Pescados	472	13,8%
Máquinas mecânicas	287	7,2%	Frutas	187	5,5%
Plásticos	227	5,7%	Aubos	155	4,5%
Papel	134	3,4%	Bebidas	109	3,2%
Máquinas elétricas	131	3,3%	Obras de ferro ou aço	95	2,8%
Ferro e aço	101	2,5%	Automóveis	91	2,7%
Farelo de soja	92	2,3%	Químicos orgânicos	72	2,1%
Borracha	66	1,6%	Químicos inorgânicos	48	1,4%
Outros produtos	898	22,6%	Outros produtos	373	10,9%
<b>Total</b>	<b>3.978</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>3.411</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria partir de dados de Brasil (2016j).

O principal produto exportado pelo Brasil ao Chile em 2015 foi o Petróleo ( $\geq 25^{\circ}$ ), caracterizado pelo NCM 27.08.0020, cuja participação representou 44,4% das vendas, seguido de Carne bovina fresca/refrigerada (6,0%) e Carroceiras para ônibus (5,1%). Quanto às importações oriundas do Chile, houve equilíbrio entre os principais produtos: o líder de compras foram Catodos de cobre refinado de NCM 74.03.1100, representando 19,1%. Logo a seguir, com 15,8%, Sulfetos de minério de cobre e depois Salmão inteiro, com 11,3% (BRASIL, 2016j).

Embora em 2015 o Brasil tenha diminuído sua participação no comércio global do Chile, caindo para 6,3%, comparado a 2014, cuja participação foi de 6,6%, o país conseguiu figurar como terceira principal economia no comércio chileno, ultrapassando o Japão, que diminuiu em 23,5% suas transações com o Chile de 2014 para 2015 (BRASIL, 2016k). O Quadro 31 mostra os principais destinos das exportações e origens das importações chilenas em 2015, bem como o relevante posicionamento brasileiro nessa economia.



Quadro 31 – Principais parceiros comerciais do Chile (2015).

DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES			ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
China	16,67	26,3%	China	14,80	23,5%
EUA	8,26	13,0%	EUA	11,78	18,7%
Japão	5,46	8,6%	<b>Brasil (3º)</b>	<b>4,86</b>	<b>7,7%</b>
Coreia do Sul	4,13	6,5%	Argentina	2,52	4,0%
<b>Brasil (5º)</b>	<b>3,11</b>	<b>4,9%</b>	Alemanha	2,37	3,8%
Índia	2,00	3,2%	México	2,16	3,4%
Países Baixos	1,66	2,6%	Japão	2,11	3,3%
Peru	1,64	2,6%	Coreia do Sul	2,00	3,2%
Taiwan	1,48	2,3%	Espanha	1,534	2,4%
Espanha	1,35	2,1%	França	1,533	2,4%
Outros países	17,60	27,8%	Outros países	17,38	27,6%
Total	63,36	100%	Total	63,04	100%

Fonte: Elaboração própria partir de dados de Brasil (2016j).

O Chile é o principal investidor direto sul-americano no Brasil. O estoque acumulado dos investimentos realizados de 1990 a 2013 é de US\$ 25,207 milhões, valor que representa mais de um quarto (26,8%) dos investimentos chilenos no mundo, e geram cerca de 38 mil empregos diretos. As empresas do Chile vêm no Brasil um mercado potencial para seus planos de internacionalização, fator que ganha força com a positiva relação entre os países (BRASIL, 2016k).

Brasil e Chile possuem entre si inúmeros acordos, tratados e convênios no âmbito econômico e comercial, disponíveis no link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil). Em 2015, dois acordos foram celebrados: i) em 17/04 o Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países; e ii) em 23/11 o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile. Ambos os acordos estão em tramitação (BRASIL, 2016m). Na área comercial 10 acordos foram estabelecidos, porém somente 4 estão em vigor, conforme Quadro 32.

Quadro 32 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Chile.

(continua)

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
<b>VIGENTES</b>			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para a Criação de Grupo de Trabalho de Cooperação em Matéria de Integração Produtiva.	17/08/2010	17/08/2010	Vigente

Quadro 32 - Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Chile.

(conclusão)

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
<b>VIGENTES</b>			
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para o Estabelecimento da Comissão Bilateral Brasil-Chile.	30/07/2009	30/07/2009	Vigente
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos.	23/08/2004	23/08/2004	Vigente
Convênio entre o Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Confederação da Produção do Comércio da República do Chile.	24/03/1993	24/03/1993	Vigente
<b>EM TRAMITAÇÃO</b>			
Acordo para a Manutenção das Facilidades de Intercâmbio entre os dois Países.	05/07/1961	05/07/1961	Em Tramitação
Acordo para a Prorrogação das disposições do Tratado de Comércio e Navegação de 1943, do Protocolo Adicional e das respectivas Notas Anexas.	24/12/1960	-	Em Tramitação
Troca de Notas pelas quais se mantém certos Privilégios Concedidos à Importação de Salitre do Chile (Troca de Notas sobre o Convênio de Cooperação Econômica).	27/08/1955	-	Em Tramitação
Convenção de Comércio e Navegação.	04/05/1897	-	Em Tramitação
<b>NÃO VIGENTES</b>			
Acordo para a Prorrogação das Disposições do Tratado de Comércio e Navegação, do Protocolo Adicional e das Respectivas Notas Anexas.	04/12/1959	-	Não Vigente
Protocolo Estabelecendo as Bases para a Negociação de um Tratado de Comércio e Navegação.	10/01/1896	-	Não Vigente

Fonte: Elaboração própria partir de dados de Brasil (2016m).

#### 4.3.4 Relação comercial Brasil versus México

O México é o maior importador e exportador da América Latina e uma das economias mais abertas do mundo (BRASIL, 2013a). Em 2015 as exportações totais mexicanas foram de US\$ 381 bilhões e as importações de US\$ 395 bilhões. Na análise de exportações e importações mexicanas com o Brasil, em 2015 a balança foi deficitária para a economia brasileira, que exportou US\$ 3,5 bilhões e importou US\$ 4,3 bilhões, culminando num saldo comercial negativo de US\$ 789,5 milhões.

Tabela 8 – Balança comercial Brasil *versus* México (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	2.306.802.837	75,76%	737.908.696	24,24%	1.568.894.141	3.044.711.533
2007	4.260.440.716	68,28%	1.979.284.005	31,72%	2.281.156.711	6.239.724.721
2008	4.281.324.607	57,80%	3.125.389.354	42,20%	1.155.935.253	7.406.713.961
2009	2.675.888.299	49,01%	2.783.560.712	50,99%	-107.672.413	5.459.449.011
2010	3.715.465.125	49,06%	3.858.605.891	50,94%	-143.140.766	7.574.071.016
2011	3.959.713.376	43,56%	5.130.946.594	56,44%	-1.171.233.218	9.090.659.970
2012	4.003.013.124	39,72%	6.074.916.685	60,28%	-2.071.903.561	10.077.929.809
2013	4.230.325.231	42,20%	5.794.504.243	57,80%	-1.564.179.012	10.024.829.474
2014	3.669.957.354	40,63%	5.363.009.006	59,37%	-1.693.051.652	9.032.966.360
2015	3.588.345.840	45,04%	4.377.919.339	54,96%	-789.573.499	7.966.265.179
01/2016	1.844.071.061	53,94%	1.574.578.711	46,06%	269.492.350	3.418.649.772
<b>TOTAL</b>	<b>38.535.347.570</b>	<b>48,57%</b>	<b>40.800.623.236</b>	<b>51,43%</b>	<b>-2.265.275.666</b>	<b>79.335.970.806</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Alice Web (2016a).

Nos últimos dez anos Brasil e México têm apresentado variações em sua relação bilateral. Após cair 26,2% em 2009, o comércio voltou a crescer em 2010, porém essa evolução veio acompanhada de um *déficit* para o Brasil, isto é, embora a corrente de comércio tenha aumentado devido ao rápido aumento das exportações mexicanas, esse crescimento mudou o saldo comercial brasileiro de superavitário para deficitário, conforme demonstra a Tabela 8. Desde então o Brasil tem apresentado *déficit* comercial, com ênfase nos anos de 2011 a 2014, nos quais o saldo negativo foi mais expressivo, reflexo da relevante corrente comercial dos países nesses anos.

O comércio internacional mexicano é marcado pela relação com os EUA, que em 2015 encabeçou o *ranking* dos principais destinos das exportações e origem das importações mexicanas. Nas exportações, Canadá aparece como segundo principal país a receber produtos do México, o que evidencia a influência do NAFTA nas relações comerciais do país. Apesar de ter pouca expressividade no total das exportações mexicanas em 2015, com participação de apenas 1,0%, o Brasil figurou como o quarto país do *ranking*. Isso se dá pela grande fatia norte-americana nas exportações do México, que representou 81,2% nesse ano (BRASIL, 2016s). No Quadro 33 pode ser verificado o posicionamento e representação dos países na relação com o México.

Quadro 33 – Principais parceiros comerciais do México (2015).

DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES			ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
EUA	309,1	81,2%	EUA	187,3	47,4%
Canadá	10,5	2,8%	China	70,0	17,7%
China	4,9	1,3%	Japão	17,4	4,4%
<b>Brasil (4º)</b>	<b>3,8</b>	<b>1,0%</b>	Coreia do Sul	14,6	3,7%
Colômbia	3,7	1,0%	Alemanha	14,0	3,5%
Espanha	3,5	0,9%	Canadá	9,9	2,5%
Alemanha	3,5	0,9%	Malásia	7,5	1,9%
Japão	3,0	0,8%	Taiwan	6,6	1,7%
Coreia do Sul	2,8	0,7%	Itália	5,1	1,3%
França	2,1	0,6%	Tailândia	5,0	1,3%
			<b>Brasil (11º)</b>	<b>4,6</b>	<b>1,2%</b>
Outros países	33,8	8,9%	Outros países	53,3	13,5%
Total	380,7	100%	Total	395,2	100%

Fonte: Elaboração própria partir de dados de Brasil (2016s).

Na relação Brasil e México a principal classe de produtos por fator agregado que compõem as importações e exportações são os manufaturados. Enquanto em 2015, do total exportado pelo Brasil ao México, 83,2% foram de produtos manufaturados, 8,9% semimanufaturados e 7,9% de produtos básicos, a pauta das importações brasileiras foi de 94,5% de manufaturados, 3,8% de semimanufaturados e 1,7% de básicos (BRASIL, 2016s). No Quadro 34 estão os principais grupos de produtos comercializados.

Quadro 34 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e México (2015).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Automóveis	827	23,0%	Automóveis	1.504	34,4%
Máquinas mecânicas	780	21,7%	Máquinas elétricas	639	14,6%
Máquinas elétricas	238	6,6%	Máquinas mecânicas	429	9,8%
Ferro e aço	206	5,7%	Químicos orgânicos	307	7,0%
Madeira	143	4,0%	Combustíveis	176	4,0%
Químicos orgânicos	124	3,5%	Instrumentos de precisão	154	3,5%
Café	111	3,1%	Plásticos	121	2,8%
Borracha	107	3,0%	Farmacêuticos	80	1,8%
Peles	96	2,7%	Borracha	70	1,6%
Plásticos	95	2,6%	Aviões	68	1,6%
Outros produtos	861	24,0%	Outros produtos	830	19,0%
<b>Total</b>	<b>3.588</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>4.378</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria partir de dados de Brasil (2016s).

Os principais produtos que o Brasil exporta e importa do mercado mexicano acompanham a pauta do país a nível mundial. Em 2015, o México exportou principalmente Automóveis (23,7%), Máquinas Elétricas (21,3%) e Máquinas Mecânicas (15,5%) e os grupos mais importados foram Máquinas Elétricas (21,6%), Máquinas Mecânicas (17,1%) e Automóveis (9,4%) (BRASIL, 2016s).

Nos atos bilaterais, Brasil e México possuem diversos acordos, disponíveis no link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil). Comercialmente falando, os países têm registrado 3 acordos, dentre os quais somente 1 está em vigor, conforme Quadro 35.

Quadro 35 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e México.

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
<b>VIGENTES</b>			
Protocolo em Matéria de Apoio Financeiro ao Comércio Bilateral.	30/03/1984	30/03/1984	Vigente
<b>NÃO VIGENTES</b>			
Acordo Comercial Provisório.	30/07/1936	30/07/1936	Não Vigente
Acordo Comercial.	07/12/1931	07/09/1931	Não Vigente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016m).

#### 4.3.5 Relação comercial Brasil versus Canadá

O Canadá é um dos países mais industrializados do mundo e apesar da grande dependência do mercado norte-americano, que absorveu em 2015 76,7% das exportações, o país busca incitar em seus empresários uma participação mais agressiva nos mercados emergentes, incluindo o Brasil (BRASIL, 2011b; BRASIL, 2016h). Como pode ser averiguado na Tabela 9, a relação comercial entre Brasil e Canadá nos últimos dez anos apresentou um maior *déficit* por parte da economia brasileira. O ano de 2011 representou a maior corrente de comércio entre os países, com US\$ 6,6 bilhões, entretanto esse valor tem decrescido, conforme evidencia o ano de 2015, que fechou com uma corrente de US\$ 4,7 bilhões e saldo negativo para o Brasil de US\$ 58,8 milhões.

Tabela 9 – Balança comercial Brasil versus Canadá (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	1.269.167.388	65,11%	680.225.825	34,89%	588.941.563	1.949.393.213
2007	2.361.716.393	58,02%	1.708.485.018	41,98%	653.231.375	4.070.201.411
2008	1.866.170.747	36,76%	3.210.396.958	63,24%	-1.344.226.211	5.076.567.705
2009	1.712.171.748	51,66%	1.601.858.636	48,34%	110.313.112	3.314.030.384
2010	2.321.096.157	46,10%	2.714.223.010	53,90%	-393.126.853	5.035.319.167
2011	3.129.545.940	46,81%	3.556.415.055	53,19%	-426.869.115	6.685.960.995
2012	3.079.926.642	50,05%	3.073.581.389	49,95%	6.345.253	6.153.508.031
2013	2.701.746.158	47,37%	3.001.595.405	52,63%	-299.849.247	5.703.341.563
2014	2.315.561.321	46,05%	2.713.273.990	53,95%	-397.712.669	5.028.835.311
2015	2.362.544.620	49,38%	2.421.423.911	50,62%	-58.879.291	4.783.968.531
01/2016	1.071.244.223	53,88%	916.844.257	46,12%	154.399.966	1.988.088.480
<b>TOTAL</b>	<b>24.190.891.337</b>	<b>48,59%</b>	<b>25.598.323.454</b>	<b>51,41%</b>	<b>-1.407.432.117</b>	<b>49.789.214.791</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Alice Web (2016a).

Em termos de fator agregado, a classe dos manufaturados teve destaque tanto nas vendas como nas aquisições. Em 2015, O Brasil exportou para o Canadá 57,1% de manufaturados, 24,3% de semimanufaturados e 18,5% de básicos. Nas importações predominaram os manufaturados com 54,6%, seguidos dos semimanufaturados com 37,0% e os básicos, representando 8,4% (BRASIL, 2016h). No Quadro 36 estão descritos os principais grupos de produtos do intercâmbio comercial.

Quadro 36 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Canadá (2015).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Químicos inorgânicos	738	31,2%	Aubos	850	35,1%
Açúcar	255	10,8%	Máquinas mecânicas	304	12,6%
Ouro e pedras preciosas	225	9,5%	Aviões	260	10,7%
Café	140	5,9%	Farmacêuticos	148	6,1%
Máquinas mecânicas	130	5,5%	Combustíveis	147	6,1%
Ferro e aço	127	5,4%	Máquinas elétricas	100	4,1%
Combustíveis	113	4,8%	Papel	98	4,0%
Aviões	104	4,4%	Plásticos	93	3,8%
Minérios	79	3,3%	Instrumentos de precisão	53	2,2%
Máquinas elétricas	46	1,9%	Automóveis	51	2,1%
Outros produtos	406	17,2%	Outros produtos	317	13,1%
<b>Total</b>	<b>2.363</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>2.421</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016h).

A nível mundial, os principais grupos de produtos exportados pelo Canadá em 2015 foram Combustíveis (19,0%), Automóveis (14,8%) e Máquinas Mecânicas (7,6%). No quesito importações, os destaques foram os Automóveis com 16,0%, as Máquinas Mecânicas com 15,1%, seguidos das Máquinas Elétricas, com 9,9% (BRASIL, 2016h). No Quadro 37, estão especificadas as economias com maior representatividade na recepção e fornecimento desses bens, com destaque para EUA e China.

Quadro 37 – Principais parceiros comerciais do Canadá (2015).

DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES			ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
EUA	312,1	76,7%	EUA	223,0	53,2%
China	15,8	3,9%	China	51,3	12,2%
Reino Unido	12,5	3,1%	México	24,4	5,8%
Japão	7,6	1,9%	Alemanha	13,6	3,2%
México	5,1	1,3%	Japão	11,6	2,8%
Índia	3,3	0,8%	Reino Unido	7,2	1,7%
Coreia do Sul	3,2	0,8%	Coreia do Sul	6,2	1,5%
Hong Kong	3,1	0,8%	Itália	5,8	1,4%
Alemanha	2,8	0,7%	França	5,3	1,3%
Países Baixos	2,8	0,7%	Taiwan	4,3	1,0%
<b>Brasil (13º)</b>	<b>1,8</b>	<b>0,4%</b>	<b>Brasil (15º)</b>	<b>2,9</b>	<b>0,7%</b>
Outros países	<b>37,1</b>	<b>9,1%</b>	Outros países	<b>63,2</b>	<b>15,1%</b>
Total	<b>407,1</b>	<b>100,0%</b>	Total	<b>418,8</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016h).

Entre os acordos bilaterais celebrados por Brasil e Canadá, 49 estão vigentes, 6 em tramitação e 46 são não vigentes. Os mesmos podem ser consultados no link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil). O primeiro acordo bilateral, referente a um acordo cultural, entrou em vigor em 24 de maio de 1944 e está ativo até hoje. Nele são estabelecidos a importância de haver entre os países uma mobilização mútua de conhecimento acerca dos povos, culturas, tradições e instituição de cada nação (BRASIL, 2016m). Quanto aos acordos comerciais, Brasil e Canadá não possuem nenhum acordo vigente conforme Quadro 38.

Quadro 38 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Canadá.

(continua)

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
Troca de Notas sobre Compra de Trigo.	27/10/1975	-	Não Vigente
Acordo Relativo aos Termos de Financiamento para a Venda de Trigo.	22/12/1972	22/12/1972	Não Vigente

Quadro 38 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Canadá.

(conclusão)

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
Acordo Relativo às Exportações Brasileiras de Fios de Algodão.	20/08/1971	20/08/1971	Não Vigente
Memorando de Entendimento sobre Pesquisa de Mercado para Produtos Brasileiros.	30/12/1970	30/12/1970	Não Vigente
Acordo Relativo aos Termos de Financiamento para a Venda de Trigo.	01/06/1970	01/06/1970	Não Vigente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016m).

#### 4.3.6 Relação comercial Brasil versus Peru

Devido às reformas estruturais pelas quais o Peru passou nos últimos dez anos, o país tem apresentado bom desempenho em índices relacionados à inflação, estabilidade macroeconômica, dívida externa, entre outros fatores, e isso tem atraído inúmeros investimentos (BRASIL, 2013b). Na relação comercial entre Brasil e Peru registrada na última década, em todos os anos o saldo foi superavitário para o Brasil. Em 2012 o Brasil apresentou o melhor resultado quanto ao saldo comercial, com US\$ 1,1 bilhão, entretanto o ano de 2013 registrou a corrente de comércio mais expressiva, culminando em US\$ 3,9 bilhões, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Balança comercial Brasil versus Peru (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	991.952.691	68,26%	461.300.355	31,74%	530.652.336	1.453.253.046
2007	1.648.703.805	62,16%	1.003.854.707	37,84%	644.849.098	2.652.558.512
2008	2.298.653.849	70,63%	956.035.899	29,37%	1.342.617.950	3.254.689.748
2009	1.489.062.914	75,46%	484.310.600	24,54%	1.004.752.314	1.973.373.514
2010	2.020.560.291	69,00%	907.720.951	31,00%	1.112.839.340	2.928.281.242
2011	2.262.920.359	62,22%	1.374.310.298	37,78%	888.610.061	3.637.230.657
2012	2.415.202.868	65,23%	1.287.624.212	34,77%	1.127.578.656	3.702.827.080
2013	2.147.240.831	54,80%	1.771.269.201	45,20%	375.971.630	3.918.510.032
2014	1.817.700.076	51,50%	1.711.519.297	48,50%	106.180.779	3.529.219.373
2015	1.815.632.198	59,10%	1.256.345.367	40,90%	559.286.831	3.071.977.565
01/2016	901.125.260	63,72%	512.988.763	36,28%	388.136.497	1.414.114.023
<b>TOTAL</b>	<b>19.808.755.142</b>	<b>62,81%</b>	<b>11.727.279.650</b>	<b>37,19%</b>	<b>8.081.475.492</b>	<b>31.536.034.792</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Alice Web (2016a).

Em 2015, as exportações gerais do Peru foram de US\$ 33,24 bilhões, frente a US\$ 38,11 bilhões de importações. Nesse contexto, Brasil se posicionou



como o oitavo principal destino das exportações peruanas e em terceiro lugar como maior fornecedor do país, ficando atrás de China e EUA, conforme Quadro 39.

Quadro 39 – Principais parceiros comerciais do Peru (2015).

DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES			ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
China	7.333	22,1%	China	8.667	22,7%
EUA	5.018	15,1%	EUA	7.867	20,6%
Suíça	2.694	8,1%	<b>Brasil</b>	<b>1.934</b>	<b>5,1%</b>
Canadá	2.306	6,9%	México	1.726	4,5%
Japão	1.119	3,4%	Colômbia	1.296	3,4%
Espanha	1.089	3,3%	Coreia do Sul	1.287	3,4%
Coreia do Sul	1.078	3,2%	Chile	1.210	3,2%
<b>Brasil</b>	<b>1.072</b>	<b>3,2%</b>	Alemanha	1.116	2,9%
Chile	1.069	3,2%	Japão	1.075	2,8%
Alemanha	910	2,7%	Equador	991	2,6%
Outros países	<b>9.557</b>	<b>28,7%</b>	Outros países	<b>10.936</b>	<b>28,7%</b>
Total	<b>33.245</b>	<b>100,0%</b>	Total	<b>38.105</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016v).

Na composição das principais classes de produto por fator agregado, as exportações brasileiras para o Peru apresentaram 87,1% de manufaturados, 7,9% de básicos e 7,9% de semimanufaturados. Nas importações os produtos básicos se destacaram, com 46,2%, seguidos dos manufaturados com 31,2% e semimanufaturados, com 22,6% (BRASIL, 2016v). No Quadro 40 estão os principais produtos da relação bilateral.

Quadro 40 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Peru (2015).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Automóveis	390,8	21,5%	Minérios	368,9	29,4%
Máquinas mecânicas	254,6	14,0%	Cobre	267,0	21,3%
Plásticos	150,6	8,3%	Combustíveis	188,1	15,0%
Ferro e aço	143,6	7,9%	Sal; enxofre; cal e cimento	100,6	8,0%
Máquinas elétricas	106,2	5,9%	Vestuário de malha	63,4	5,0%
Papel	96,3	5,3%	Produtos químicos inorgânicos	33,7	2,7%
Combustíveis	55,0	3,0%	Preparações hortícolas	26,0	2,1%
Borracha	42,3	2,3%	Ouro e pedras preciosas	25,4	2,0%
Móveis	38,9	2,1%	Obras diversas	19,9	1,6%
Cereais	38,7	2,1%	Plásticos	17,8	1,4%
Outros produtos	498	27,5%	Outros produtos	146	11,6%
<b>Total</b>	<b>1.816</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>1.256</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016v).

No âmbito internacional, os principais grupos de produtos exportados pelo Peru em 2015 foram Minérios (29,8%), Ouro e Pedras Preciosas (18,0%) e Combustíveis (7,3%). As importações foram compostas principalmente por Máquinas Mecânicas (14,4%), Máquinas Elétricas (11,7%), Combustíveis (10,3%) e Automóveis (9,6%) (BRASIL, 2016v).

Brasil e Peru possuem inúmeros acordos bilaterais entre si, sendo que o primeiro acordo a vigorar, sob o título Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial e Limites, é datado de 18 de outubro de 1852 (BRASIL, 2016m). A verificação completa dos acordos pode ser obtida no link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil). Na esfera comercial, Brasil e Peru mantêm vigentes 11 acordos, conforme especificado no Quadro 41.

Quadro 41 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Peru.

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
<b>VIGENTES</b>			
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento.	17/02/2006	17/02/2006	Vigente
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica na Área de Promoção Comercial.	21/07/1999	21/07/1999	Vigente
Ajuste Complementar ao Acordo de Comércio de 05 de novembro de 1976.	11/11/1986	11/11/1976	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Comercial (sobre a Venda de Búfalos).	10/09/1981	10/09/1981	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Comercial (Projeto da Hidrelétrica de Yuncán).	26/06/1981	26/06/1981	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Comercial (FINEP-ELECTROPERU).	26/06/1981	26/06/1981	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Comercial ( <i>Hidroservice-Electroperu</i> ), de 05 de novembro de 1976.	26/06/1981	26/06/1981	Vigente
Acordo sobre as Possibilidades de uma Ação Conjunta de uma Empresa Mineira Especial, Destinada a Realizar Atividades no Setor do Cobre.	05/11/1976	05/11/1976	Vigente
Acordo para o Início das Negociações sobre o Estabelecimento de um Depósito Franco para o Peru em Território Brasileiro.	05/11/1976	05/11/1976	Vigente
Convênio Comercial.	05/11/1976	15/07/1977	Vigente
Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial e Limites	23/10/1851	18/10/1852	Vigente
<b>NÃO VIGENTES</b>			
Acordo sobre a Instalação e Funcionamento na Cidade de São Paulo de um Escritório da Minerio Peru Comercial.	05/11/1976	27/08/1979	Não Vigente
Acordo Comercial Provisório.	27/07/1936	-	Não Vigente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016m).

#### 4.3.7 Relação comercial Brasil versus Malásia

Fatores como localização, infraestrutura e força de trabalho produtiva, contribuem para que a Malásia seja um país propício à realização de negócios. Além disso, o governo assegura políticas de suporte com o objetivo de facilitar essas negociações (BRASIL, 2011d). A relação comercial entre Brasil e Malásia tem se acentuado na última década, conforme Tabela 11. Em geral, o saldo comercial foi deficitário para o Brasil, com exceção de 2015 e primeiro semestre de 2016, entretanto é possível verificar que a partir de 2010 a corrente de comércio dos países aumentou, fechando 2015 com US\$ 3,36 bilhões.

Tabela 11 – Balança comercial Brasil versus Malásia (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	396.235.455	44,12%	501.933.631	55,88%	-105.698.176	898.169.086
2007	679.777.561	34,69%	1.280.061.402	65,31%	-600.283.841	1.959.838.963
2008	877.261.331	34,89%	1.636.796.839	65,11%	-759.535.508	2.514.058.170
2009	810.529.543	39,81%	1.225.617.117	60,19%	-415.087.574	2.036.146.660
2010	1.201.800.505	40,73%	1.749.121.321	59,27%	-547.320.816	2.950.921.826
2011	1.618.942.526	41,44%	2.287.458.043	58,56%	-668.515.517	3.906.400.569
2012	1.573.713.427	43,03%	2.083.605.521	56,97%	-509.892.094	3.657.318.948
2013	1.372.307.373	38,29%	2.211.658.250	61,71%	-839.350.877	3.583.965.623
2014	1.548.121.278	44,90%	1.899.963.395	55,10%	-351.842.117	3.448.084.673
2015	1.829.654.057	54,34%	1.537.342.940	45,66%	292.311.117	3.366.996.997
01/2016	892.887.283	60,52%	582.476.642	39,48%	310.410.641	1.475.363.925
<b>TOTAL</b>	<b>12.801.230.339</b>	<b>42,96%</b>	<b>16.996.035.101</b>	<b>57,04%</b>	<b>-4.194.804.762</b>	<b>29.797.265.440</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Alice Web (2016a).

Em outubro de 2010, ano que registrou o aumento do intercâmbio comercial entre os países, o MDIC realizou uma viagem à Malásia com o intuito de revigorar a relação comercial entre ambos, promovendo novas parcerias com os negócios locais. Para o Brasil, estabelecer operações e sedes na Malásia oportuniza a expansão do comércio para a região da ASEAN, cuja população é de aproximadamente 550 milhões de pessoas (BRASIL, 2011d).

Apesar do crescimento nas transações comerciais bilaterais, o Brasil ainda possui pouca representatividade no comércio internacional da Malásia. Conforme Quadro 42, o Brasil figurou como 27º país a receber produtos malasianos e 20º no *ranking* de origem das importações em 2015.

Quadro 42 – Principais parceiros comerciais da Malásia (2015).

DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES			ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
Cingapura	27,8	13,9%	China	33,2	18,8%
China	26,0	13,0%	Cingapura	21,1	12,0%
Japão	19,0	9,5%	EUA	14,2	8,1%
EUA	18,9	9,4%	Japão	13,8	7,8%
Tailândia	11,4	5,7%	Tailândia	10,7	6,1%
Hong Kong	9,5	4,7%	Taiwan	9,4	5,3%
Índia	8,1	4,1%	Indonésia	8,0	4,5%
Indonésia	7,5	3,7%	Coreia do Sul	8,0	4,5%
Austrália	7,2	3,6%	Alemanha	6,0	3,4%
Coreia do Sul	6,5	3,2%	Vietnã	4,8	2,7%
<b>Brasil (27º)</b>	<b>0,8</b>	<b>0,4%</b>	<b>Brasil (20º)</b>	<b>1,7</b>	<b>1,0%</b>
Outros países	57,5	28,7%	Outros países	45,4	25,7%
<b>Total</b>	<b>200,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>176,2</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016r).

Em termos de produtos por fator agregado as exportações brasileiras para a Malásia são fortemente marcadas pelos produtos básicos, que em 2015 representaram 74,3%, seguidos dos semimanufaturados com 20,0% e manufaturados, com 5,7%. Já as importações oriundas da Malásia são compostas quase que totalmente de produtos manufaturados, isto é, 96,5%, sucedida pelos básicos, com 2,5% e semimanufaturados, com apenas 1,0% (BRASIL, 2016r). No Quadro 43 estão os principais grupos desses percentuais.

Quadro 43 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Malásia (2015).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Minérios	786	43,0%	Máquinas mecânicas	521	33,9%
Açúcar	313	17,1%	Máquinas elétricas	441	28,7%
Cereais	289	15,8%	Borracha	212	13,8%
Algodão	128	7,0%	Instrumentos de precisão	65	4,2%
Combustíveis	74	4,0%	Gorduras e óleos	62	4,0%
Soja em grãos e sementes	35	1,9%	Diversos inds. químicas	44	2,9%
Gorduras e óleos	32	1,7%	Plásticos	27	1,8%
Ferro e aço	19	1,0%	Combustíveis	24	1,6%
Café	18	1,0%	Automóveis	22	1,4%
Carnes	14	0,8%	Obras de ferro ou aço	18	1,2%
Outros produtos	<b>122</b>	<b>6,6%</b>	Outros produtos	<b>101</b>	<b>6,6%</b>
<b>Total</b>	<b>1.830</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>1.537</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016r).

São poucos os acordos bilaterais travados entre Brasil e Malásia. Há apenas seis registros contidos na DAI, no link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil), dentre os quais 4 estão em vigor, 1 está em tramitação e o outro consta como não vigente. O primeiro acordo estabelecido entrou em vigor em 15 de outubro de 1981 (BRASIL, 2016m). Na área comercial há dois atos e somente um está em vigor, conforme Quadro 44.

Quadro 44 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Malásia.

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
<b>VIGENTES</b>			
Acordo Comercial	26/04/1996	14/08/1998	Vigente
<b>NÃO VIGENTES</b>			
Protocolo de Intenções	18/10/1983	18/10/1983	Não Vigente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016m).

#### 4.3.8 Relação comercial Brasil versus Cingapura

Cingapura tem uma economia altamente industrial (BRASIL, 2011c). Na relação com o Brasil, com base em dados da última década, houve oscilações nas transações de compra e venda. Com saldo comercial a favor do Brasil desde 2007, o ano de 2014 apresentou a maior corrente de comércio bilateral dos últimos dez anos. Em 2015 esse número caiu drasticamente, reflexo de uma diminuição tanto das operações de compra como das de venda, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Balança comercial Brasil versus Cingapura (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	431.846.413	41,41%	611.017.890	58,59%	-179.171.477	1.042.864.303
2007	1.379.214.077	53,29%	1.208.750.562	46,71%	170.463.515	2.587.964.639
2008	2.107.579.518	54,70%	1.745.234.193	45,30%	362.345.325	3.852.813.711
2009	1.297.446.682	66,34%	658.414.245	33,66%	639.032.437	1.955.860.927
2010	1.309.266.167	60,68%	848.301.839	39,32%	460.964.328	2.157.568.006
2011	2.786.453.034	77,12%	826.852.704	22,88%	1.959.600.330	3.613.305.738
2012	2.942.605.467	77,37%	860.918.888	22,63%	2.081.686.579	3.803.524.355
2013	1.905.394.733	63,54%	1.093.246.531	36,46%	812.148.202	2.998.641.264
2014	3.348.166.825	80,64%	804.072.947	19,36%	2.544.093.878	4.152.239.772
2015	2.045.353.055	76,40%	631.921.708	23,60%	1.413.431.347	2.677.274.763
01/2016	589.808.483	71,82%	231.424.858	28,18%	358.383.625	821.233.341
<b>TOTAL</b>	<b>20.143.134.454</b>	<b>67,91%</b>	<b>9.520.156.365</b>	<b>32,09%</b>	<b>10.622.978.089</b>	<b>29.663.290.819</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Alice Web (2016a).

No intercâmbio Brasil-Cingapura, em termos de produtos por fator agregado, os manufaturados predominam tanto nas exportações como importações. Em 2015, as exportações brasileiras para Cingapura tiveram 73,2% de manufaturados, 15,9% de produtos básicos e 10,0% de semimanufaturados. Nas importações, a representatividade dos manufaturados aumentou, sendo de 98,0%, seguido dos semimanufaturados com 1,6% e os básicos, com 0,4%. O expressivo percentual de manufaturados das importações se explica pelo caráter industrial de Cingapura (BRASIL, 2016i). No Quadro 45 está a pauta com os mais relevantes grupos de produtos do comércio bilateral.

Quadro 45 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Cingapura (2015).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Embarcações flutuantes	690	33,7%	Máquinas elétricas	172	27,2%
Combustíveis	416	20,3%	Máquinas mecânicas	97	15,4%
Carnes	292	14,3%	Diversos inds químicas	97	15,4%
Ferro e aço	221	10,8%	Farmacêuticos	79	12,5%
Máquinas mecânicas	145	7,1%	Instrumentos de precisão	49	7,8%
Papel	57	2,8%	Plásticos	36	5,7%
Máquinas elétricas	54	2,6%	Químicos orgânicos	30	4,7%
Tabaco e sucedâneos	22	1,1%	Borracha	13	2,1%
Preparações alimentícias	19	0,9%	Obras de ferro ou aço	12	1,9%
Plásticos	18	0,9%	Alumínio	11	1,7%
Outros produtos	111	5,4%	Outros produtos	36	5,7%
<b>Total</b>	<b>2.045</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>632</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016i).

Dentre os países com os quais Cingapura realiza transações, o Brasil possui pouco destaque. Em 2015, se posicionou como 29º país a receber bens de Cingapura, representando apenas 0,3% no total de exportações cingapurianas. No fornecimento, o Brasil esteve em 28º lugar, representando 0,5% (BRASIL, 2016i). No Quadro 46, estão detalhados os países bem como sua participação no comércio de Cingapura.

Desde 2007, os investimentos cingapurianos no Brasil tem crescido. Indústrias de eletrônicos, celulose e escritórios de design tem buscado oportunidades no Brasil, por meio de fusões e aquisições. O mesmo tem ocorrido por parte do Brasil. Empresas como Petrobrás, Embraer, Vale, Perdigão, entre

outras, tem se estabelecido em Cingapura, gerando um faturamento anual de aproximadamente US\$ 15 bilhões (BRASIL, 2011c).

Quadro 46 – Principais parceiros comerciais de Cingapura (2015).

DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES			ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
China	47,7	13,8%	China	42,1	14,2%
Hong Kong	39,7	11,4%	EUA	33,3	11,2%
Malásia	37,8	10,9%	Malásia	33,1	11,1%
Indonésia	28,4	8,2%	Taiwan	24,7	8,3%
EUA	23,2	6,7%	Japão	18,6	6,3%
Japão	15,2	4,4%	Coreia do Sul	18,2	6,1%
Coreia do Sul	14,5	4,2%	Indonésia	14,4	4,9%
Taiwan	14,5	4,2%	Alemanha	9,0	3,0%
Tailândia	13,8	4,0%	Emirados Árabes Unidos	8,2	2,8%
Vietnã	12,1	3,5%	Arábia Saudita	7,9	2,7%
<b>Brasil (29º)</b>	<b>1,2</b>	<b>0,3%</b>	<b>Brasil (28º)</b>	<b>1,4</b>	<b>0,5%</b>
Outros países	98,8	28,5%	Outros países	86,0	29,0%
<b>Total</b>	<b>346,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>296,9</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016i).

São recentes os acordos bilaterais entre Brasil e Cingapura: o primeiro acordo foi estabelecido em 19 de julho de 1999 sob o título Acordo sobre Serviços Aéreos. No total, são 8 acordos bilaterais, dentre os quais 6 estão vigentes e 2 em tramitação. No link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil) pode ser efetuada a consulta dos atos acima informados. Na esfera comercial não há nenhum registro estabelecido (BRASIL, 2016m).

#### 4.3.9 Relação comercial Brasil versus Austrália

Brasil e Austrália iniciaram suas relações diplomáticas em 1945 e nos últimos anos essa relação tem se estreitado, tanto que em 2010 os países assinaram um memorando de entendimento no qual estabelecem parcerias, definindo não só metas comerciais e de investimentos, mas também de cooperação científica, educacional e em favor de desenvolvimento de terceiros países (BRASIL, 2016l).

Na última década, conforme Tabela 13, a relação comercial entre Brasil e Austrália tem se mostrado deficitária para a economia brasileira. Apesar do crescimento da corrente de comércio em 2011 para US\$ 2,7 bilhões, reflexo do

aumento das exportações brasileiras em comparação ao ano de 2010, a relação bilateral tem decaído. Desde 2012, tanto as exportações como as importações tem reduzido gradativamente. Em 2015 a corrente de comércio resultou em US\$ 1,4 bilhão, formada por 72,45% de importações e 34,84% de exportações, culminando em saldo negativo para a balança brasileira de US\$ 625,5 milhões.

Tabela 13 – Balança comercial Brasil *versus* Austrália (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	292.483.530	39,39%	450.072.363	60,61%	-157.588.833	742.555.893
2007	614.173.638	44,18%	775.874.413	55,82%	-161.700.775	1.390.048.051
2008	1.252.853.193	50,47%	1.229.284.862	49,53%	23.568.331	2.482.138.055
2009	492.719.241	36,86%	844.019.830	63,14%	-351.300.589	1.336.739.071
2010	587.105.076	30,25%	1.353.567.348	69,75%	-766.462.272	1.940.672.424
2011	803.834.271	29,10%	1.958.360.840	70,90%	-1.154.526.569	2.762.195.111
2012	504.660.764	28,15%	1.288.072.860	71,85%	-783.412.096	1.792.733.624
2013	450.785.872	27,93%	1.163.277.083	72,07%	-712.491.211	1.614.062.955
2014	420.665.527	27,82%	1.091.545.910	72,18%	-670.880.383	1.512.211.437
2015	400.298.520	27,55%	1.052.869.753	72,45%	-652.571.233	1.453.168.273
01/2016	201.224.589	34,84%	376.421.460	65,16%	-175.196.871	577.646.049
<b>TOTAL</b>	<b>6.020.804.221</b>	<b>34,20%</b>	<b>11.583.366.722</b>	<b>65,80%</b>	<b>-5.562.562.501</b>	<b>17.604.170.943</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Alice Web (2016a).

Na pauta dos produtos por fator agregado, há um equilíbrio entre compra e venda. Em 2015, as exportações brasileiras para a Austrália foram compostas por 72,3% de manufaturados, 16,5% de produtos básicos e 11,2% de semimanufaturados. As importações se caracterizaram por 68,6% de manufaturados, 21,6% de básicos e 9,8% de semimanufaturados (BRASIL, 2016e). No Quadro 47 estão os grupos de produtos que compõem as informações anteriormente citadas.

Quadro 47 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Austrália (2015).

(continua)

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Máquinas mecânicas	50	12,5%	Combustíveis	786	74,7%
Café	49	12,2%	Químicos inorgânicos	51	4,8%
Preparações hortícolas	30	7,5%	Instrumentos de precisão	30	2,8%
Calçados	28	7,0%	Carnes	26	2,5%
Automóveis	24	6,0%	Máquinas mecânicas	24	2,3%



Quadro 47 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Austrália (2015).

(conclusão)

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Farmacêuticos	21	5,2%	Químicos orgânicos	18	1,7%
Aviões	18	4,5%	Adubos	18	1,7%
Açúcar	15	3,7%	Máquinas elétricas	17	1,6%
Madeira	15	3,7%	Alumínio	17	1,6%
Amidos e féculas	14	3,5%	Ferro e aço	13	1,2%
Outros produtos	136	34,0%	Outros produtos	<b>53</b>	<b>5,0%</b>
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>1.053</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016e).

O Brasil tem pouca representatividade nas transações totais da Austrália. Nas exportações australianas o Brasil ocupou em 2015 a 25ª posição. Nas importações o posicionamento ficou muito mais distante do topo da lista, sendo de 42º lugar no *ranking*, o que reflete o saldo deficitário brasileiro apresentado na Tabela 13 (BRASIL, 2016e). No Quadro 48, além do Brasil, estão os demais países que comercializam com a Austrália.

Quadro 48 – Principais parceiros comerciais da Austrália (2015).

<b>DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES</b>			<b>ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES</b>		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
China	61,8	32,3%	China	46,3	23,1%
Japão	30,3	15,9%	EUA	22,6	11,2%
Coreia do Sul	13,4	7,0%	Japão	14,8	7,4%
EUA	10,3	5,4%	Coreia do Sul	11,0	5,5%
Índia	8,2	4,3%	Tailândia	10,2	5,1%
Nova Zelândia	6,3	3,3%	Alemanha	9,3	4,6%
Cingapura	5,3	2,8%	Malásia	7,5	3,8%
Taiwan	4,8	2,5%	Cingapura	7,1	3,5%
Indonésia	3,7	1,9%	Nova Zelândia	5,7	2,9%
Malásia	3,5	1,8%	Reino Unido	5,3	2,7%
<b>Brasil (25º)</b>	<b>0,9</b>	<b>0,5%</b>	<b>Brasil (42º)</b>	<b>0,5</b>	<b>0,2%</b>
Outros países	42,7	22,3%	Outros países	60,5	30,1%
<b>Total</b>	<b>191,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>200,8</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016e).

Entre os acordos bilaterais, Brasil e Austrália possuem 10 acordos vigentes, 1 em tramitação e 2 não vigentes. Mais informações sobre os acordos podem ser encontradas no link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil) (BRASIL, 2016m). No Quadro 49 estão especificados os acordos comerciais entre os países.

Quadro 49 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Austrália.

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
<b>VIGENTES</b>			
Acordo Comercial.	23/02/1978	25/08/1978	Vigente
<b>NÃO VIGENTES</b>			
Entendimento Comercial.	24/10/1950	-	Não Vigente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016m).

#### 4.3.10 Relação comercial Brasil versus Vietnã

Desde 1986, ano em que o Vietnã decidiu abrir sua economia, o país vem crescendo. Nas últimas décadas deixou de ser um dos países mais pobres do mundo para se tornar modelo de crescimento e se posicionar entre as nações emergentes mais atrativas para a realização de negócios e investimentos (BRASIL, 2012b). A relação entre Brasil e Vietnã tem aumentado expressivamente nos últimos anos. De 2006 até 2010 ocorreu um tímido crescimento na relação bilateral. Nos anos de 2011 e 2012 os números foram mais relevantes, porém foi em 2013 que comércio de fato alavancou e em 2015 a corrente de comércio fechou em US\$ 3,9 bilhões, com saldo positivo para o Brasil, conforme Tabela 14.

Tabela 14 – Balança comercial Brasil versus Vietnã (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	78.817.887	64,95%	42.536.222	35,05%	36.281.665	121.354.109
2007	216.348.256	66,92%	106.952.413	33,08%	109.395.843	323.300.669
2008	334.518.971	62,57%	200.122.182	37,43%	134.396.789	534.641.153
2009	334.518.971	62,57%	200.122.182	37,43%	134.396.789	534.641.153
2010	463.323.145	49,45%	473.633.071	50,55%	-10.309.926	936.956.216
2011	794.003.481	55,10%	646.898.023	44,90%	147.105.458	1.440.901.504
2012	822.579.892	50,17%	817.083.359	49,83%	5.496.533	1.639.663.251
2013	1.192.348.204	51,10%	1.141.078.280	48,90%	51.269.924	2.333.426.484
2014	1.592.852.042	50,20%	1.580.452.464	49,80%	12.399.578	3.173.304.506
2015	2.124.310.401	54,29%	1.788.792.022	45,71%	335.518.379	3.913.102.423
01/2016	768.409.185	51,39%	726.948.079	48,61%	41.461.106	1.495.357.264
<b>TOTAL</b>	<b>8.722.030.435</b>	<b>53,03%</b>	<b>7.724.618.297</b>	<b>46,97%</b>	<b>997.412.138</b>	<b>16.446.648.732</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Alice Web (2016a).

O aumento do comércio bilateral também trouxe a tona alguns obstáculos, marcados principalmente pela falta de conhecimento de ambas as partes. Além disso, fatores como distância e custo do frete encarecem os produtos (BRASIL, 2012b). Apesar do aumento na relação bilateral registrada nos últimos anos, o Brasil

ainda está distante dos principais países que Vietnã comercializa. No Quadro 50 estão os principais países com os quais o Vietnã mantém relações comerciais, bem como o posicionamento brasileiro.

Quadro 50 – Principais parceiros comerciais do Vietnã (2015).

DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES			ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
EUA	39,7	21,3%	China	66,4	34,8%
China	25,1	13,5%	Coreia do Sul	27,8	14,5%
Japão	15,1	8,1%	Japão	12,5	6,6%
Coreia do Sul	9,8	5,3%	Cingapura	12,1	6,4%
Alemanha	9,0	4,8%	Hong Kong	9,8	5,1%
Hong Kong	6,6	3,5%	Taiwan	9,5	5,0%
Países Baixos	4,9	2,6%	Tailândia	8,8	4,6%
Reino Unido	4,9	2,6%	EUA	7,1	3,7%
Malásia	4,8	2,6%	Índia	5,4	2,8%
França	4,6	2,5%	Malásia	4,5	2,3%
<b>Brasil (26º)</b>	<b>1,8</b>	<b>1,0%</b>	<b>Brasil (14º)</b>	<b>2,1</b>	<b>1,1%</b>
Outros países	60,3	32,3%	Outros países	25,0	13,1%
<b>Total</b>	<b>186,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>190,9</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016y).

Em relação aos produtos por fator agregado, há uma grande diferença entre importações e exportações. Enquanto em 2015 os itens básicos foram os principais produtos exportados ao Vietnã pelo Brasil, com 84,0%, seguido dos semimanufaturados com 9,1% e manufaturados com 6,9%, a pauta das importações brasileiras foi constituída por 94,4% de itens manufaturados, 5,5% de básicos e apenas 0,2% de semimanufaturados (BRASIL, 2016y). No Quadro 51 estão os principais grupos de produtos dessas operações.

Quadro 51 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Vietnã (2015).

(continua)

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Cereais	903	42,5%	Máquinas elétricas	834	46,6%
Soja em grãos e sementes	272	12,8%	Calçados	265	14,8%
Farelo de soja	256	12,1%	Máquinas mecânicas	235	13,1%
Algodão	212	10,0%	Pescados	77	4,3%
Peles e couros	153	7,2%	Borracha	54	3,0%
Carnes	64	3,0%	Vestuário exceto de malha	52	2,9%
Tabaco e sucedâneos	47	2,2%	Vestuário de malha	43	2,4%
Máquinas elétricas	38	1,8%	Fibras sintéticas	42	2,3%

Quadro 51 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Vietnã (2015).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Ferro e aço	30	1,4%	Cerâmicos	27	1,5%
Madeira	27	1,3%	Automóveis	17	1,0%
Outros produtos	122	5,8%	Outros produtos	143	8,0%
<b>Total</b>	<b>2.124</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>1.789</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016y).

Brasil e Vietnã iniciaram sua relação diplomática em 1989. No âmbito de acordos bilaterais os países possuem 11 acordos vigentes e 1 em tramitação, que fundamentam a relação bilateral. Os atos podem ser consultados no link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil). Entre esses acordos destaca-se o Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista entre o Brasil e o Vietnã, que entrou em vigor em 10 de julho de 2008, cujo objetivo é estabelecer um programa de trabalho bianual para estreitar o relacionamento bilateral (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2016m). Comercialmente falando, Brasil e Vietnã possuem apenas um acordo vigente, conforme Quadro 52.

Quadro 52 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Vietnã.

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
Acordo, por troca de Notas, para fortalecer as Relações Comerciais.	16/11/2004	-	Vigente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016m).

#### 4.3.11 Relação comercial Brasil versus Nova Zelândia

Brasil e Nova Zelândia estabeleceram relações diplomáticas a partir de 1964 e intensificaram as relações com a instalação de suas embaixadas nos respectivos territórios (BRASIL, 2016t). Na relação comercial, Brasil e Nova Zelândia não possuem números expressivos. Na última década as transações bilaterais oscilaram bastante, conforme poder observado na Tabela 15. O destaque está nos anos de 2013 e 2014, quando a corrente de comércio foi expressiva em função do aumento das importações brasileiras oriundas da Nova Zelândia, entretanto o saldo comercial foi deficitário para a economia brasileira. Em 2015 as importações reduziram drasticamente, culminado em uma corrente de comércio de US\$ 120,1

milhões, quase 37% menor que o ano de 2014, cuja corrente foi de US\$ 203,9 milhões.

Tabela 15 – Balança comercial Brasil *versus* Nova Zelândia (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	32.078.369	72,87%	11.943.681	27,13%	20.134.688	44.022.050
2007	72.176.668	71,57%	28.668.066	28,43%	43.508.602	100.844.734
2008	81.192.583	51,11%	77.668.695	48,89%	3.523.888	158.861.278
2009	39.801.503	43,27%	52.189.141	56,73%	-12.387.638	91.990.644
2010	46.079.426	50,49%	45.178.949	49,51%	900.477	91.258.375
2011	87.620.193	64,99%	47.206.079	35,01%	40.414.114	134.826.272
2012	62.205.285	49,55%	63.329.608	50,45%	-1.124.323	125.534.893
2013	74.067.483	31,92%	157.951.246	68,08%	-83.883.763	232.018.729
2014	69.323.674	34,00%	134.597.978	66,00%	-65.274.304	203.921.652
2015	64.200.352	53,45%	55.919.819	46,55%	8.280.533	120.120.171
01/2016	36.721.377	57,80%	26.813.128	42,20%	9.908.249	63.534.505
<b>TOTAL</b>	<b>665.466.913</b>	<b>48,68%</b>	<b>701.466.390</b>	<b>51,32%</b>	<b>-35.999.477</b>	<b>1.366.933.303</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Alice Web (2016a).

Dentre os produtos por fator agregado, os manufaturados são os principais componentes tanto da pauta de importações quanto de exportações. Em 2015, o Brasil exportou para Nova Zelândia 53,2% de produtos manufaturados, 29,5% de itens básicos e 17,3% de semimanufaturados. Quanto às importações, a pauta brasileira foi composta de 68,6% de manufaturados, 21,6% de básicos e 9,8% de semimanufaturados (BRASIL, 2016w). No Quadro 53 estão os grupos de produtos mais relevantes do intercâmbio comercial entre os países.

Quadro 53 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Nova Zelândia (2015).

(continua)

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Açúcar	10,30	16,0%	Máquinas mecânicas	8,06	14,4%
Café	7,40	11,5%	Leite	6,81	12,2%
Outros produtos origem animal	5,88	9,2%	Amidos e féculas	5,58	10,0%
Máquinas mecânicas	4,37	6,8%	Alumínio	5,50	9,8%
Automóveis	3,86	6,0%	Frutas	5,12	9,2%
Preparações hortícolas	3,76	5,9%	Açúcar	3,58	6,4%
Calçados	3,22	5,0%	Máquinas elétricas	3,33	6,0%
Papel	3,18	5,0%	Pescados	3,20	5,7%
Tabaco e sucedâneos	2,89	4,5%	Instrumentos de precisão	3,14	5,6%

Quadro 53 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Nova Zelândia (2015).

(conclusão)

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Máquinas elétricas	2,85	4,4%	Farmacêuticos	2,95	5,3%
Outros produtos	16,49	25,7%	Outros produtos	8,64	15,5%
<b>Total</b>	<b>64,20</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>55,92</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016w).

O Brasil está longe do topo no *ranking* dos principais parceiros comerciais da Nova Zelândia. Figurando na 54ª posição como importador e 38º no fornecimento, a participação no total do comércio da Nova Zelândia é pouco significativa. No Quadro 54 estão listados os principais países que efetuam comércio com a Nova Zelândia e a posição brasileira em comparação a essas economias.

Quadro 54 – Principais parceiros comerciais da Nova Zelândia (2015).

DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES			ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		
PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ BILHÕES	PART. % NO TOTAL
China	6,81	17,9%	China	8,49	20,5%
Austrália	6,66	17,5%	Austrália	4,93	11,9%
EUA	4,71	12,4%	EUA	4,87	11,8%
Japão	2,29	6,0%	Japão	2,60	6,3%
Reino Unido	1,34	3,5%	Alemanha	1,92	4,6%
Coreia do Sul	1,26	3,3%	Tailândia	1,59	3,8%
Cingapura	0,83	2,2%	Coreia do Sul	1,42	3,4%
Taiwan	0,83	2,2%	Malásia	1,36	3,3%
Malásia	0,69	1,8%	Cingapura	1,34	3,2%
Emirados Árabes Unidos	0,63	1,7%	França	1,08	2,6%
<b>Brasil (54º)</b>	<b>0,05</b>	<b>0,1%</b>	<b>Brasil (38º)</b>	<b>0,11</b>	<b>0,3%</b>
Outros países	11,95	31,4%	Outros países	11,62	28,1%
<b>Total</b>	<b>38,04</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>41,33</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016w).

Em 2001, Brasil e Nova Zelândia criaram um mecanismo de consultas políticas, visando o debate acerca de questões de cooperação bilateral e temas de interesse global. Sobre os atos bilaterais firmados entre as partes, há registro de 10 acordos, dentre os quais 8 estão vigentes, 1 em tramitação e 1 consta como não vigente. Todos os atos estão disponíveis no link [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil). O Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, celebrado em 2013 na visita oficial do Primeiro-Ministro John Key ao Brasil, ainda

está em tramitação. O acordo prevê fomentar as possibilidades de ligação aérea mais direta entre as duas partes (BRASIL, 2016t; BRASIL, 2016m). Na área comercial, conforme Quadro 55, há registro de somente um acordo, entretanto não está vigente.

Quadro 55 – Atos bilaterais de caráter comercial entre Brasil e Nova Zelândia.

TÍTULO DO ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	SITUAÇÃO
Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio Comercial e Cooperação Científico-Tecnológica, Industrial e Econômica.	04/11/1986	04/11/1986	Não Vigente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016m).

#### 4.3.12 Relação comercial Brasil versus Brunei

O volume de comércio entre Brasil e Brunei é relativamente baixo. Com exceção do segundo semestre de 2006, ano em que as importações brasileiras foram expressivamente altas, gerando um saldo negativo, nos demais anos a balança do Brasil apresentou *superávit*. O ano de 2013 apresentou o melhor resultado das exportações brasileiras, com US\$ 2,1 milhões. Em 2014 o volume de comércio entre os países voltou a cair, mostrando recuperação em 2015, com quase 70% de exportações brasileiras frente a 30,01% de importações, conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Balança comercial Brasil versus Brunei (US\$ FOB).

ANO	EXPORTAÇÕES	% EXP.	IMPORTAÇÕES	% IMP.	SALDO	CORRENTE
02/2006	361.899	3,17%	11.049.812	96,83%	-10.687.913	11.411.711
2007	539.650	80,90%	127.408	19,10%	412.242	667.058
2008	1.567.463	95,02%	82.185	4,98%	1.485.278	1.649.648
2009	635.141	99,77%	1.474	0,23%	633.667	636.615
2010	608.601	66,31%	309.164	33,69%	299.437	917.765
2011	678.428	91,20%	65.428	8,80%	613.000	743.856
2012	1.092.018	98,02%	22.080	1,98%	1.069.938	1.114.098
2013	2.153.325	83,30%	431.771	16,70%	1.721.554	2.585.096
2014	814.590	50,28%	805.610	49,72%	8.980	1.620.200
2015	1.346.483	69,99%	577.366	30,01%	769.117	1.923.849
01/2016	315.262	74,61%	107.312	25,39%	207.950	422.574
<b>TOTAL</b>	<b>10.112.860</b>	<b>42,68%</b>	<b>13.579.610</b>	<b>57,32%</b>	<b>-3.466.750</b>	<b>23.692.470</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Alice Web (2016a).

Em termos de fator agregado, em 2014 as exportações brasileiras para Brunei foram compostas principalmente por manufaturados (US\$ 628 milhões), seguido de produtos básicos (US\$ 177 milhões). Já as importações contaram com o predomínio dos itens manufaturados, totalizando US\$ 806 milhões (BRASIL, 2015e). No Quadro 56 são detalhados os principais grupos de produtos que compõem as transações dos dois países.

Quadro 56 – Principais grupos de produtos exportados e importados na relação Brasil e Brunei (2014).

GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	GRUPOS DE PRODUTOS	VALOR – US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>			<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>		
Calçados	279	34,2%	Máquinas mecânicas	610	75,8%
Preparações de carne	208	25,5%	Máquinas elétricas	108	13,4%
Carnes	177	21,7%	Obras de ferro ou aço	55	6,9%
Máquinas mecânicas	41	5,1%	Automóveis	26	3,2%
Alumínio	32	3,9%	Livros/jornais/gravuras	6,0	0,7%
Ferramentas	21	2,6%		-	-
Borracha	17	2,1%		-	-
Produtos farmacêuticos	15	1,9%		-	-
Instrumentos de precisão	10	1,2%		-	-
Outros produtos	15	1,8%	Outros produtos	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>815</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>806</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2015e).

Na parceria comercial, é irrisória a participação do Brasil no *ranking* dos países que mais tem comércio com Brunei. O Quadro 57 mostra os parceiros mais relevantes e a posição brasileira.

Quadro 57 – Principais parceiros comerciais de Brunei (2014).

<b>DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES</b>			<b>ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES</b>		
PAÍSES	US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL	PAÍSES	US\$ MILHÕES	PART. % NO TOTAL
Japão	3.928	38,9%	Malásia	741	20,6%
Coreia do Sul	1.020	10,1%	Cingapura	737	20,5%
Índia	916	9,1%	China	358	9,9%
Austrália	805	8,0%	EUA	325	9,0%
Taiwan	584	5,8%	Coreia do Sul	308	8,6%
Indonésia	565	5,6%	Tailândia	162	4,5%
Tailândia	511	5,1%	Japão	145	4,0%
Cingapura	405	4,0%	Indonésia	104	2,9%
Malásia	382	3,8%	Reino Unido	86	2,4%
Nova Zelândia	306	3,0%	Países Baixos	61	1,7%
<b>Brasil (38º)</b>	<b>0,24</b>	<b>0,0%</b>	<b>Brasil (39º)</b>	<b>1,1</b>	<b>0,0%</b>
Outros países	687	6,8%	Outros países	568	15,8%
<b>Total</b>	<b>10.109</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>3.597</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2015e).



Brasil e Brunei não possuem nenhum acordo bilateral estabelecido, em nenhuma esfera. Entretanto, de acordo com o MRE, há oportunidades comerciais nos setores aeronáutico e de material militar, bem como chances de investimento por parte de Brunei nos setores de petróleo e de instalações esportivas (BRASIL, 2016g).

#### 4.4 O TRATADO TRANSPACÍFICO NAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS

Conforme apresentado anteriormente, nos últimos dez anos o Brasil realizou transações comerciais com todos os países-membros do TPP. A seguir serão apresentados detalhes da relação brasileira com o TPP, com os mercados geográficos do TPP, as principais categorias de produtos por fator agregado comercializados, as mercadorias mais relevantes comercializadas e também os atos bilaterais existentes entre Brasil e o TPP.

##### 4.4.1 Balança comercial do Brasil *versus* TPP

Nos últimos dez anos, a nível mundial, o Brasil exportou pouco mais de US\$ 2,0 trilhões e importou US\$ 1,8 trilhões, conforme apresentado na Tabela 17. Desse resultado, o TPP foi o destino de 23,43% das exportações brasileiras e responsável por 27,51% das importações brasileiras. A partir de 2009 o comércio entre o Brasil e os países-membros do TPP apresentou leve crescimento e estabilizou. Em 2015, o TPP participou em 24,66% das exportações brasileiras e 27,93% das importações.

Tabela 17 – Balança comercial Brasil *versus* TTP (US\$ FOB).

(continua)

ANO	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
	BRASIL	TTP	%	BRASIL	TPP	%
02/2006	76.750.567.259	23.350.628.123	30,42%	49.827.073.223	15.015.713.176	30,14%
2007	160.649.072.830	44.883.874.540	27,94%	120.617.446.250	34.886.605.370	28,92%
2008	197.942.442.909	51.430.393.863	25,98%	172.984.767.614	48.567.578.286	28,08%
2009	152.994.742.805	31.380.890.453	20,51%	127.722.342.988	35.924.605.228	28,13%
2010	201.915.285.335	42.371.794.100	20,98%	181.768.427.438	50.162.995.424	27,60%
2011	256.039.574.768	56.139.502.376	21,93%	226.246.755.801	62.218.227.526	27,50%
2012	242.578.013.546	54.663.770.449	22,53%	223.183.476.643	59.813.674.190	26,80%

Tabela 17 – Balança comercial Brasil *versus* TTP (US\$ FOB).

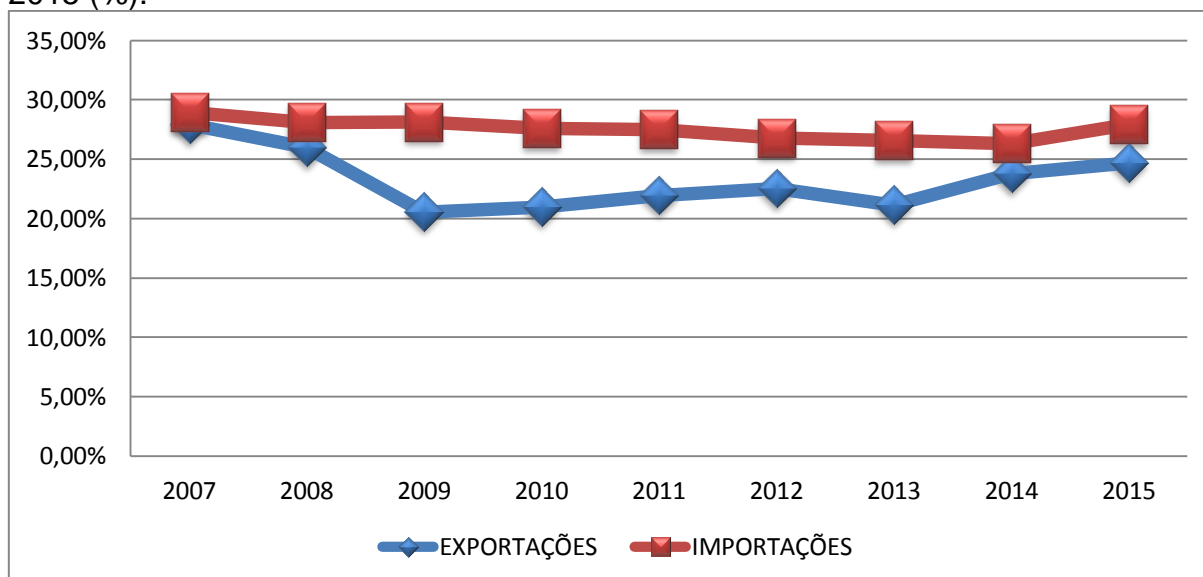
(conclusão)

ANO	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
	BRASIL	TTP	%	BRASIL	TPP	%
2013	242.033.574.720	51.177.900.500	21,14%	239.747.515.987	63.760.127.357	26,59%
2014	225.100.884.831	53.513.725.741	23,77%	229.154.462.583	60.232.258.583	26,28%
2015	191.134.324.584	47.135.028.856	24,66%	171.449.050.909	47.882.520.580	27,93%
01/2016	90.249.456.697	21.227.965.454	23,52%	66.597.530.118	19.302.805.646	28,98%
<b>TOTAL</b>	<b>2.037.387.940.284</b>	<b>477.275.474.455</b>	<b>23,43%</b>	<b>1.809.298.849.554</b>	<b>497.767.111.366</b>	<b>27,51%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2016a).

Entre 2007 e 2015, principalmente a partir de 2010, houve um crescimento na participação percentual do TPP na balança exportadora brasileira, saindo de 20,98% para 24,66%, em 2015. Quanto às importações, apesar de apresentarem índices maiores que as operações de venda, sofreram leves oscilações, mantendo o padrão. Na Figura 24, é possível acompanhar a participação do TPP na balança comercial brasileira entre 2007 e 2015.

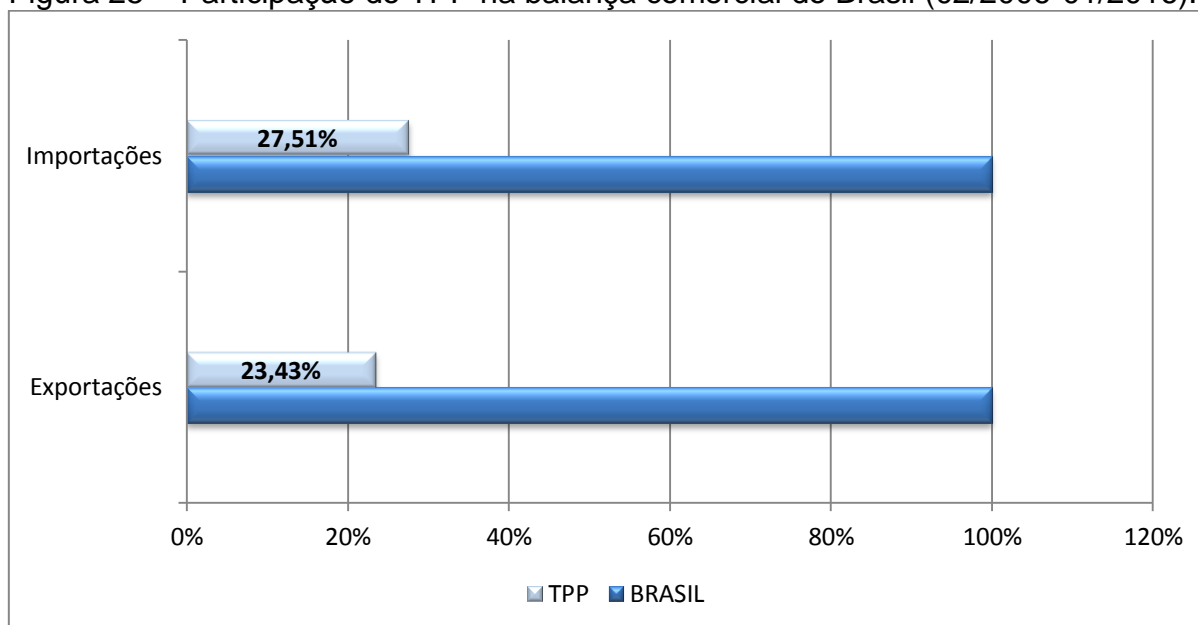
Figura 24 – Dinâmica da participação do TPP na balança comercial do Brasil, 2007-2015 (%).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2016a).

A Figura 25 apresenta de forma mais evidente a representatividade do TPP na balança comercial brasileira nos últimos dez anos.

Figura 25 – Participação do TPP na balança comercial do Brasil (02/2006-01/2016).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2016a).

Aproximadamente um quarto das exportações e um quarto das importações brasileiras foram destinadas ou oriundas dos doze países do TPP, visto que o Brasil mantém relações comerciais com mais de 150 países.

#### 4.4.2 Balança comercial do Brasil *versus* mercados do TPP

Os doze países-membros do TPP estão distribuídos em quatro continentes: América do Norte, Ásia, América do Sul e Oceania. No Quadro 58 há uma relação de todas as exportações e importações que o Brasil realizou com cada mercado do TPP nos últimos dez anos e na Figura 26 pode ser observada a representatividade de cada mercado diante do total de transações comerciais realizadas pelo Brasil.

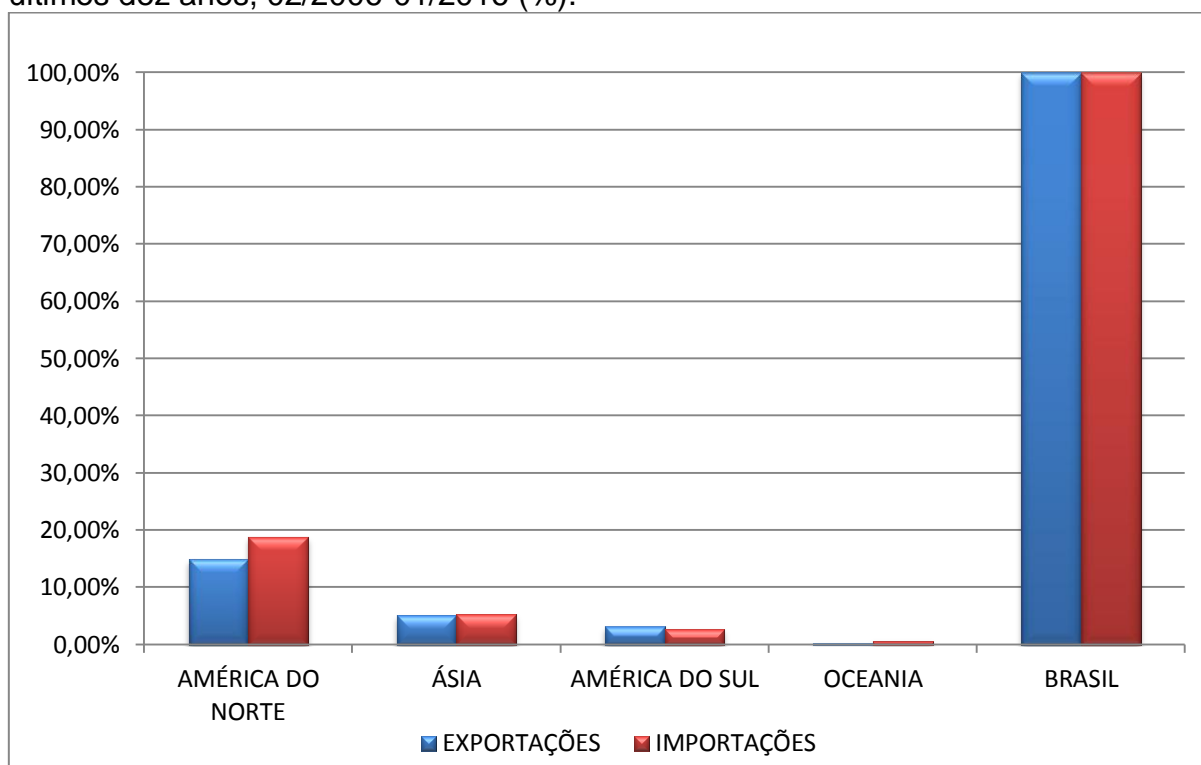
A região que mais possui países-membros do TPP é a asiática, representada por Japão, Malásia, Brunei, Cingapura e Vietnã. Apesar disso, a Ásia representou apenas 5,15% das exportações brasileiras e 5,26% das importações na última década, enquanto que os três países da América do Norte (EUA, México e Canadá) receberam 14,84% das exportações do Brasil e representaram 18,84% nas importações. A presença norte americana tem forte influência nesses valores já que somente os EUA em 2015 foi responsável por representar 12,60% das exportações brasileiras e 15,44% das importações.

Quadro 58 – Comparativo das exportações brasileiras gerais com os mercados do TPP, 02/2006 a 01/2016 (FOB US\$ Bilhões).

ANO	EXPORTAÇÕES											
	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	%	BRASIL	ÁSIA	%	BRASIL	AMÉRICA DO SUL	%	BRASIL	OCEANIA	%
02/2006	76.750.567.259	16.848.463.224	21,95%	76.750.567.259	2.997.527.563	3,91%	76.750.567.259	3.180.075.437	4,14%	76.750.567.259	324.561.899	0,42%
2007	160.649.072.830	31.687.205.521	19,72%	160.649.072.830	6.597.214.615	4,11%	160.649.072.830	5.913.104.098	3,68%	160.649.072.830	686.350.306	0,43%
2008	197.942.442.909	33.570.544.153	16,96%	197.942.442.909	9.435.446.885	4,77%	197.942.442.909	7.090.357.049	3,58%	197.942.442.909	1.334.045.776	0,67%
2009	152.994.742.805	19.989.688.078	13,07%	152.994.742.805	6.712.825.027	4,39%	152.994.742.805	4.145.856.604	2,71%	152.994.742.805	532.520.744	0,35%
2010	201.915.285.335	25.343.856.844	12,55%	201.915.285.335	10.115.830.200	5,01%	201.915.285.335	6.278.922.554	3,11%	201.915.285.335	633.184.502	0,31%
2011	256.039.574.768	32.893.887.472	12,85%	256.039.574.768	14.673.172.989	5,73%	256.039.574.768	7.680.987.451	3,00%	256.039.574.768	891.454.464	0,35%
2012	242.578.013.546	33.783.794.681	13,93%	242.578.013.546	13.295.704.152	5,48%	242.578.013.546	7.017.405.567	2,89%	242.578.013.546	566.866.049	0,23%
2013	242.033.574.720	31.585.547.751	13,05%	242.033.574.720	12.436.475.587	5,14%	242.033.574.720	6.631.023.807	2,74%	242.033.574.720	524.853.355	0,22%
2014	225.100.884.831	33.013.290.189	14,67%	225.100.884.831	13.208.555.431	5,87%	225.100.884.831	6.801.890.920	3,02%	225.100.884.831	489.989.201	0,22%
2015	191.134.324.584	30.030.836.004	15,71%	191.134.324.584	10.845.623.296	5,67%	191.134.324.584	5.794.070.684	3,03%	191.134.324.584	464.498.872	0,24%
01/2016	90.249.456.697	13.586.131.896	15,05%	90.249.456.697	4.624.744.369	5,12%	90.249.456.697	2.779.143.223	3,08%	90.249.456.697	237.945.966	0,26%
<b>TOTAL</b>	<b>2.037.387.940.284</b>	<b>302.333.245.813</b>	<b>14,84%</b>	<b>2.037.387.940.284</b>	<b>104.943.120.114</b>	<b>5,15%</b>	<b>2.037.387.940.284</b>	<b>63.312.837.394</b>	<b>3,11%</b>	<b>2.037.387.940.284</b>	<b>6.686.271.134</b>	<b>0,33%</b>
ANO	IMPORTAÇÕES											
	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	%	BRASIL	ÁSIA	%	BRASIL	AMÉRICA DO SUL	%	BRASIL	OCEANIA	%
02/2006	49.827.073.223	9.392.993.475	18,85%	49.827.073.223	3.113.682.487	6,25%	49.827.073.223	2.047.021.170	4,11%	49.827.073.223	462.016.044	0,93%
2007	120.617.446.250	22.411.049.648	18,58%	120.617.446.250	7.205.070.776	5,97%	120.617.446.250	4.465.942.467	3,70%	120.617.446.250	804.542.479	0,67%
2008	172.984.767.614	31.963.748.162	18,48%	172.984.767.614	10.389.249.480	6,01%	172.984.767.614	4.907.627.087	2,84%	172.984.767.614	1.306.953.557	0,76%
2009	127.722.342.988	24.417.564.703	19,12%	127.722.342.988	7.451.934.863	5,83%	127.722.342.988	3.158.896.691	2,47%	127.722.342.988	896.208.971	0,70%
2010	181.768.427.438	33.617.190.299	18,49%	181.768.427.438	10.057.373.835	5,53%	181.768.427.438	5.089.684.993	2,80%	181.768.427.438	1.398.746.297	0,77%
2011	226.246.755.801	42.657.650.462	18,85%	226.246.755.801	11.633.747.087	5,14%	226.246.755.801	5.921.263.058	2,62%	226.246.755.801	2.005.566.919	0,89%
2012	223.183.476.643	41.511.183.040	18,60%	223.183.476.643	11.497.085.956	5,15%	223.183.476.643	5.454.002.726	2,44%	223.183.476.643	1.351.402.468	0,61%
2013	239.747.515.987	44.814.610.224	18,69%	239.747.515.987	11.527.906.399	4,81%	239.747.515.987	6.096.382.405	2,54%	239.747.515.987	1.321.228.329	0,55%
2014	229.154.462.583	43.094.613.945	18,81%	229.154.462.583	10.186.669.996	4,45%	229.154.462.583	5.724.830.754	2,50%	229.154.462.583	1.226.143.888	0,54%
2015	171.449.050.909	33.270.688.843	19,41%	171.449.050.909	8.835.837.934	5,15%	171.449.050.909	4.667.204.231	2,72%	171.449.050.909	1.108.789.572	0,65%
01/2016	66.597.530.118	13.675.223.171	20,53%	66.597.530.118	3.233.782.600	4,86%	66.597.530.118	1.990.565.287	2,99%	66.597.530.118	403.234.588	0,61%
<b>TOTAL</b>	<b>1.809.298.849.554</b>	<b>340.826.515.972</b>	<b>18,84%</b>	<b>1.809.298.849.554</b>	<b>95.132.341.413</b>	<b>5,26%</b>	<b>1.809.298.849.554</b>	<b>49.523.420.869</b>	<b>2,74%</b>	<b>1.809.298.849.554</b>	<b>12.284.833.112</b>	<b>0,68%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2016a).

Figura 26 – Representatividade dos mercados do TPP na balança do Brasil nos últimos dez anos, 02/2006-01/2016 (%).



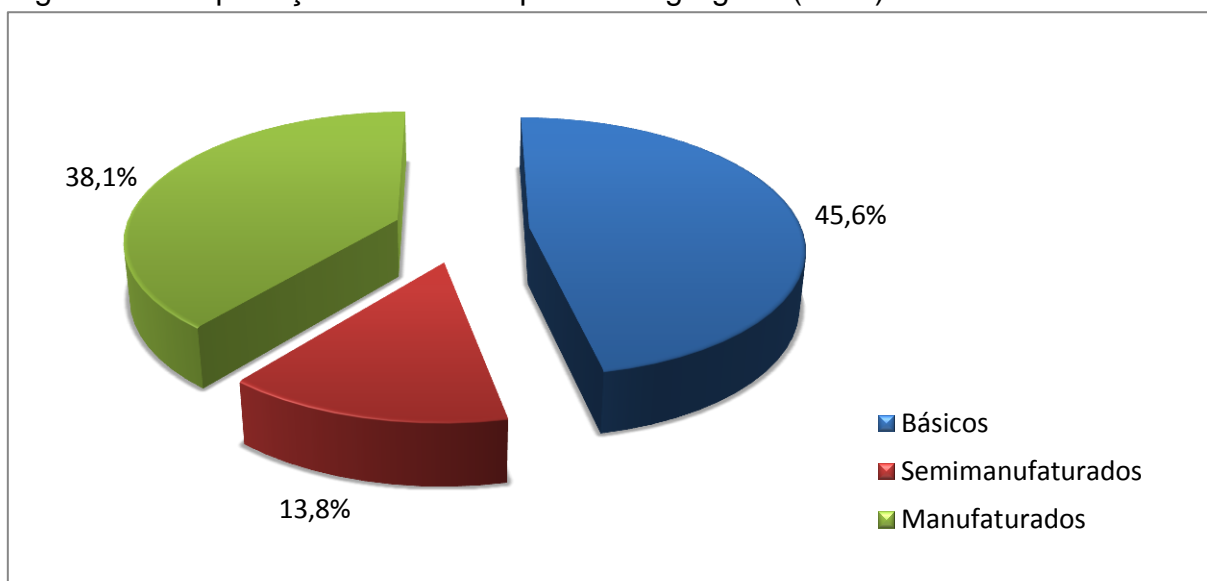
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2016a).

Os outros dois mercados, tanto a Oceania quanto a América do Sul, são representados por dois países cada. No lado sul americano está o Chile e o Peru, com participação de 3,11% nas exportações e 2,74% das importações, média da última década. Em 2015, as vendas brasileiras para ambos os países representaram 3,08% e as operações de compra 2,74%. Já a Oceania, cujos países Nova Zelândia e Austrália, destacam-se por ser o mercado com a menor participação na balança brasileira dentro do TPP. Na média dos últimos dez anos, as exportações foram de apenas 0,33% em relação ao Brasil e as importações representaram 0,68%, indicando um *déficit* brasileiro.

#### 4.4.3 Fator agregado Brasil *versus* países-membros do TPP

Em 2015, as exportações brasileiras mundiais por fator agregado foram compostas em sua maioria de produtos básicos, que representaram 45,6%, seguidos por 38,1% de manufaturados e 13,8% de semimanufaturados, conforme Figura 27.

Figura 27 – Exportações brasileiras por fator agregado (2015).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2015c).

Entretanto, em relação ao TPP, a categoria com mais expressividade foi a de manufaturados. No Quadro 59 estão descritos os percentuais de cada país, com exceção de Brunei, cujos dados de 2015 ainda não foram disponibilizados pelo MRE. Na classe dos manufaturados, o percentual dos índices de EUA, Chile, México, Canadá, Peru, Cingapura, Austrália e Nova Zelândia ultrapassou 50%, com destaque para o Peru, com 87,1%, e México, com 83,2%.

Esse fator é contrário em países com Japão, Malásia e Vietnã, cuja pauta por fator agregado concentra-se especialmente nos produtos básicos. Em 2015, as compras japonesas no Brasil foram representadas por 67,0% de básicos. Na Malásia esse percentual foi de 74,3%. Já o Vietnã apresentou o índice mais alto, com 84,0%. O Chile também apresentou um percentual de produtos básicos relevante, com 40,1%, apesar da maior parte de suas aquisições ser de manufaturados.

Em relação a Brunei, apesar de não haver dados de 2015, em 2014 o Brasil exportou US\$ 177.000 de produtos básicos e US\$ 628.000 de manufaturados, resultando em uma maior parcela de vendas de industrializados. Devido a pouca representatividade, esses valores não puderam ser convertidos em percentuais.

A classe de semimanufaturados apresenta oscilações, sem ser o principal tipo de fator agregado de nenhum país. O índice mais baixo encontra-se no Chile, com apenas 2,1% e o mais alto pertence ao Canadá, com 24,3%.

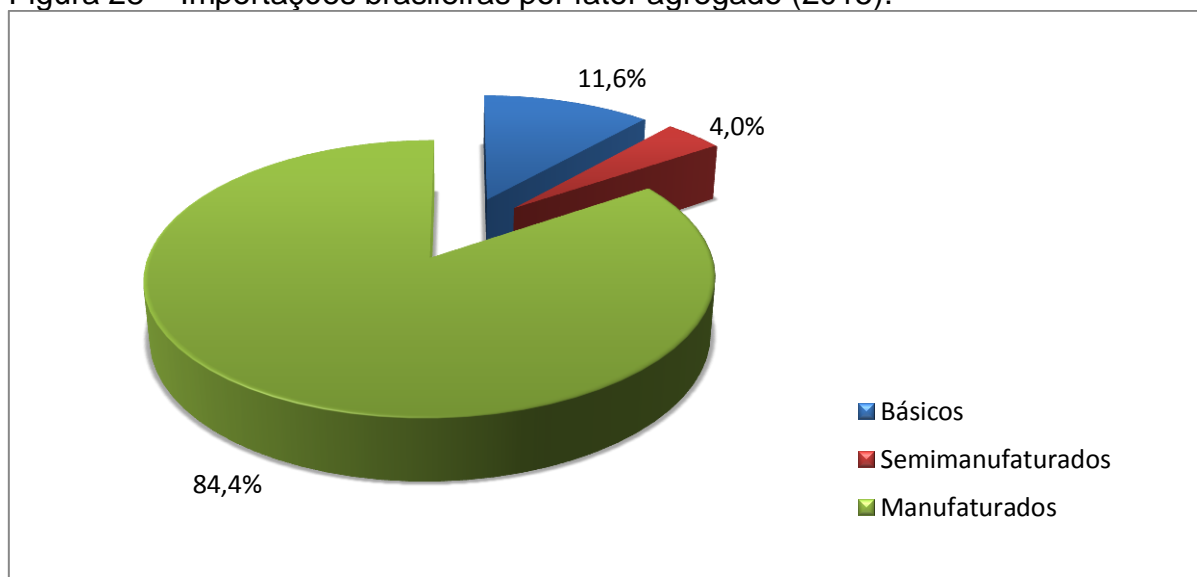
Quadro 59 – Exportações brasileiras por fator agregado destinadas aos países do TPP (2015).

EXPORTAÇÕES				
ANO	PAÍS	BÁSICOS	SEMIMANUFATURADOS	MANUFATURADOS
2015	EUA	19,2%	19,1%	61,7%
	JAPÃO	67,0%	18,0%	15,0%
	CHILE	40,1%	2,1%	57,8%
	MÉXICO	7,9%	8,9%	83,2%
	CANADÁ	18,5%	24,3%	57,1%
	PERU	7,9%	4,9%	87,1%
	MALÁSIA	74,3%	20,0%	5,7%
	CINGAPURA	15,9%	10,9%	73,2%
	AUSTRÁLIA	16,5%	11,2%	72,3%
	VIETNÃ	84,0%	9,1%	6,9%
	NOVA ZELÂNDIA	29,5%	17,3%	53,2%
	BRUNEI	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2015f).

No âmbito das importações por fator agregado, em 2015 o Brasil importou especialmente produtos manufaturados, representados por expressivos 84,4%. Em seguida os básicos, com 11,6%, e os semimanufaturados, com 4,0%. Na Figura 28 esses percentuais podem ser observados mais claramente.

Figura 28 – Importações brasileiras por fator agregado (2015).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2015c).

O Quadro 60 apresenta a participação do TPP quanto às importações brasileiras por fator agregado. É evidente a força dos manufaturados na pauta dos

países nas compras brasileiras. As vendas de EUA, Japão, México, Malásia Cingapura e Vietnã para o Brasil foram compostas por mais de 90% de manufaturados. Austrália e Nova Zelândia também exportam principalmente manufaturados para o Brasil, representados por 68,6%.

Quadro 60 – Importações brasileiras por fator agregado oriundas dos países do TPP (2015).

IMPORTAÇÕES				
ANO	PAÍS	BÁSICOS	SEMIMANUFATURADOS	MANUFATURADOS
2015	EUA	4,6%	1,4%	93,9%
	JAPÃO	0,2%	0,4%	99,3%
	CHILE	43,7%	33,9%	22,4%
	MÉXICO	1,7%	3,8%	94,5%
	CANADÁ	8,4%	37,0%	54,6%
	PERU	46,2%	22,6%	31,2%
	MALÁSIA	2,5%	1,0%	96,5%
	CINGAPURA	0,4%	1,6%	98,0%
	AUSTRÁLIA	21,6%	9,8%	68,6%
	VIETNÃ	5,5%	0,2%	94,4%
	NOVA ZELÂNDIA	21,6%	9,8%	68,6%
	BRUNEI	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2015f).

Os produtos básicos predominam nas compras oriundas do Chile (43,7%) e do Peru (46,2%). Os semimanufaturados tem participação relevante nas importações brasileiras do Chile (33,9%), do Canadá (37,0%) e do Peru (22,6%). Os demais países apresentam índices abaixo de 10% nessa classificação.

Em relação a Brunei, dados de 2014 indicam que foram importados por parte do Brasil US\$ 806.000 de produtos manufaturados, sem registro das outras classes.

No tópico seguinte serão apresentados os principais produtos comercializados entre o Brasil e o TPP.

#### 4.4.4 Fluxo de mercadorias Brasil versus países-membros do TPP

Em 2015, o Brasil registrou US\$ 191,1 bilhões no total de exportações. Os dez principais produtos responsáveis por esse valor estão listados no Quadro 61,



com expressiva participação do complexo de soja, que representou US\$ 20,9 bilhões.

Quadro 61 – *Ranking* dos dez principais produtos exportados pelo Brasil em 2015.

BRASIL - EXPORTAÇÕES US\$ FOB			
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB
2015	12.01.9000	Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	20.981.829.291
	27.09.0010	Óleos brutos de petróleo	11.781.308.300
	26.01.1100	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piritas de ferro ustuladas (cinzas de piritas), não aglomerados	10.378.928.216
	17.01.1400	Outros açúcares de cana	5.899.281.601
	09.01.1110	Café não torrado, não descafeinado, em grão	5.555.373.845
	47.03.2900	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução, semibranqueadas ou branqueadas, de não coníferas	5.342.874.857
	23.04.0090	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	5.003.245.433
	10.05.9010	Milho em grão, exceto para sementeira	4.932.413.460
	02.07.1400	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	3.958.788.803
	02.02.3000	Carnes desossadas de bovino, congeladas	3.953.397.095

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2015a).

Além da identificação dos dez principais produtos brasileiros encaminhados ao exterior, no Quadro 62 estão apontados os cinco principais itens exportados pelo Brasil para os países do TPP, do ponto de vista financeiro. Com base nesses *rankings*, serão identificados quais produtos destinados aos países-membros do tratado constam na lista dos dez mais vendidos mundialmente pelo Brasil.

Entre os cinco produtos mais exportados aos EUA, duas nomenclaturas figuram no *ranking* do Quadro 61: o item 27.09.0010 (Óleos brutos de petróleo) e 09.01.1110 (Café não torrado, não descafeinado, em grão).

Em relação ao Japão, quatro dos cinco produtos listados fazem parte da relação brasileira, sob as nomenclaturas 02.07.1400 (Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados), 26.01.1100 (Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piritas de ferro ustuladas (cinzas de piritas), não aglomerados), 10.05.9010 (Milho em grão, exceto para sementeira) e 09.01.1110 (Café não torrado, não descafeinado, em grão).

Canadá, Malásia e Vietnã apresentam três produtos cada. Na lista canadense estão: 17.01.1400 (Outros açúcares de cana), 09.01.1110 (Café não

Quadro 62 – Ranking dos cinco principais produtos exportados pelo Brasil para os países do TPP (2015).

EUA				CANADÁ				AUSTRÁLIA			
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB
2015	88.02.4090	Outros aviões e...	2.275.502.843	2015	28.18.2010	Alumina calcinada...	727.512.049	2015	09.01.1110	Café não torrado, não...	48.584.791
	27.09.0010	Óleos brutos de petróleo...	1.923.922.222		17.01.1400	Outros açúcares de...	244.078.581		20.09.1100	Suco (sumo) de laranja...	26.661.458
	84.11.9100	Partes de turborreatores...	1.615.669.467		71.08.1210	Bulhão dourado...	157.733.380		84.29.2090	Outros niveladores	23.017.473
	09.01.1110	Café não torrado, não...	1.180.265.622		09.01.1110	Café não torrado, não...	139.685.508		64.02.2000	Calçados de borracha ou...	19.381.162
	72.07.1200	Outros produtos...	1.035.441.495		27.09.0010	Óleos brutos de petróleo...	99.334.291		88.02.3039	Aviões e outros veículos...	18.200.000
JAPÃO				PERU				VIETNÃ			
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB
2015	02.07.1400	Pedaços e miudezas...	827.771.460	2015	87.06.0010	Chassis com motor...	78.096.805	2015	10.05.9010	Milho em grão, exceto...	832.479.409
	26.01.1100	Minérios de ferro e...	786.943.838		87.01.2000	Tratores rodoviários...	68.328.893		12.01.9000	Soja, mesmo triturada,...	260.530.336
	10.05.9010	Milho em grão, exceto...	461.180.894		87.04.2310	Chassis com motor...	63.600.087		52.01.0020	Algodão não cardado...	211.979.791
	09.01.1110	Café não torrado, não...	439.804.923		27.09.0010	Óleos brutos de...	49.869.253		23.04.0090	Bagaços e outros...	190.161.816
	26.01.1210	Minérios de ferro e...	422.054.999		87.07.9090	Carrocerias para...	47.722.368		10.01.9900	Outros trigos e misturas...	70.206.119
CHILE				MALÁSIA				NOVA ZELÂNDIA			
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB
2015	27.09.0010	Óleos brutos de...	1.120.993.666	2015	26.01.1100	Minérios de ferro e...	663.367.262	2015	17.01.1400	Outros açúcares de cana	9.502.843
	02.01.3000	Carnes desossadas...	225.814.589		17.01.1400	Outros açúcares de...	312.593.595		09.01.1110	Café não torrado, não...	7.401.784
	87.01.2000	Tratores rodoviários...	104.723.863		10.05.9010	Milho em grão, exceto...	289.221.232		05.10.0090	Outras substâncias de...	5.867.308
	87.07.9090	Carrocerias para...	88.728.087		52.01.0020	Algodão não cardado...	128.337.680		20.09.1100	Suco (sumo) de laranja,...	3.587.996
	87.06.0010	Chassis com motor...	77.431.705		26.01.1210	Minérios de ferro e...	103.556.146		48.02.5610	Outros papéis e cartões,...	2.747.971
MÉXICO				CINGAPURA				BRUNEI			
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB
2015	87.04.3190	Outros veículos...	249.564.944	2015	89.05.9000	Barcos-faróis/guinda...	690.429.904	2015	02.07.1400	Pedaços e miudezas,...	588.896
	87.03.2310	Automóveis com...	247.943.231		27.10.1922	Fuel oil	407.836.116		16.02.5000	Preparações alimentícias...	144.066
	84.07.3490	Outros motores de...	137.597.277		72.02.9300	Ferro-nióbio	219.454.258		17.01.9900	Outros açúcares de cana,...	104.358
	09.01.1110	Café não torrado, não...	92.286.762		02.07.1400	Pedaços e miudezas,...	140.953.586		64.03.9990	Outros calçados sola...	101.338
	84.09.9912	Blocos de cilindros,...	87.137.141		8.41.19100	Partes de turborreatores...	114.692.144		64.02.9990	Outros calçados cobri...	61.162

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2015a).

torrado, não descafeinado, em grão) e 27.09.0010 (Óleos brutos de petróleo). Malásia participa com as nomenclaturas 26.01.1100 (Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piratas de ferro ustuladas (cinzas de piratas), não aglomerados), 17.01.1400 (Outros açúcares de cana) e 10.05.9010 (Milho em grão, exceto para semeadura). Dos itens exportados ao Vietnã, destacam-se os produtos 10.05.9010 (Milho em grão, exceto para semeadura), 12.01.9000 (Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura) e 23.04.0090 (Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja).

Os demais países do TPP apresentam apenas um item cada no *ranking* do Quadro 61. Na relação do Chile e do Peru está a nomenclatura 27.09.0010 (Óleos brutos de petróleo). México e Austrália apresentam o produto 09.01.1110 (Café não torrado, não descafeinado, em grão). Nos países Cingapura e Brunei figura a nomenclatura 02.07.1400 (Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados). Já a Nova Zelândia contempla o item 17.01.1400 (Outros açúcares de cana).

Dos dez produtos listados no Quadro 61, somente as nomenclaturas 47.03.2900 (Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução, semibranqueadas ou branqueadas, de não coníferas) e 02.02.3000 (Carnes desossadas de bovino, congeladas) não aparecem na lista dos cinco produtos mais exportados ao TPP. Entretanto, todos os países do tratado possuem algum produto no *ranking* dos mais vendidos, com destaque para o Japão, que encabeça a lista com a presença de quatro nomenclaturas.

Dos produtos relacionados, o item 09.01.1110 (Café não torrado, não descafeinado, em grão) é o que aparece mais vezes, presente em cinco países, porém o que apresenta uma maior arrecadação do posto de vista financeiro é a nomenclatura 27.09.0010 (Óleos brutos de petróleo). O complexo de soja, principal produto vendido pelo Brasil, aparece somente no *ranking* do Vietnã, com faturamento de US\$ 260,5 milhões.

A síntese dos valores dos cinco principais itens destinados ao TPP em relação aos dez mais vendidos pelo Brasil mundialmente em 2015 pode ser observada no Quadro 63.

Quadro 63 – Comparativo dos valores dos cinco principais produtos destinados ao TPP com os dez produtos mais exportados pelo Brasil (2015).

BRASIL - EXPORTAÇÕES US\$ FOB				
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ TOTAL MUNDO	US\$ TOTAL TPP
2015	12.01.9000	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	20.981.829.291	260.530.336
	27.09.0010	Óleos brutos de petróleo	11.781.308.300	3.194.119.432
	26.01.1100	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piritas de ferro ustuladas (cinzas de piritas), não aglomerados	10.378.928.216	1.450.311.100
	17.01.1400	Outros açúcares de cana	5.899.281.601	566.175.019
	09.01.1110	Café não torrado, não descafeinado, em grão	5.555.373.845	1.900.627.606
	47.03.2900	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução, semibranqueadas ou branqueadas, de não coníferas	5.342.874.857	-
	23.04.0090	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	5.003.245.433	190.161.816
	10.05.9010	Milho em grão, exceto para semeadura	4.932.413.460	1.582.881.535
	02.07.1400	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	3.958.788.803	969.313.942
	02.02.3000	Carnes desossadas de bovino, congeladas	3.953.397.095	-
<b>TOTAL</b>			<b>77.787.440.901</b>	<b>10.114.120.786</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2015a).

Na pauta de importações brasileiras em 2015, também foi identificada a presença dos cinco principais itens importados pelo Brasil dos países do TPP com base no *ranking* dos dez mais importados pelo país em geral, financeiramente falando. Nos Quadros 64 e 65 estão os dados dos *rankings* mencionados.

Quadro 64 – *Ranking* dos dez principais produtos importados pelo Brasil em 2015.

BRASIL - IMPORTAÇÕES US\$ FOB			
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB
2015	27.09.0010	Óleos brutos de petróleo	7.380.844.260
	27.10.1921	Gasóleo (óleo diesel)	3.415.147.205
	87.03.2310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm <sup>3</sup> <= 3000, até 6 passageiros	2.989.011.185
	27.11.1100	Gás natural liquefeito	2.754.400.514
	27.101.241	Naftas para petroquímica	2.580.277.933
	27.112.100	Gás natural no estado gasoso	2.568.330.664
	31.042.090	Outros cloretos de potássio	2.510.027.781
	85.177.099	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	2.276.549.389
	85.299.020	Outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão, televisão, etc.	1.997.249.394
	84.119.100	Partes de turborreatores ou de turbopropulsores	1.947.389.433

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2015b).

Em 2015, dos dez itens mais comprados mundialmente pelo Brasil, duas nomenclaturas estão na lista dos cinco mais importados dos EUA. Os itens 84.11.9100 (Partes de turborreatores ou de turbopropulsores) e 27.10.1921 (Gasóleo (óleo diesel)). O México também esteve presente no *ranking* com dois produtos: 87.03.2310 (Automóveis com motor explosão, 1500 < cm<sup>3</sup> <= 3000, até 6 passageiros) e 27.10.1241 (Naftas para petroquímica).

Países como Japão, Canadá, Austrália e Vietnã participaram com apenas um produtos cada. O Japão figurou com a nomenclatura 87.03.2310 (Automóveis com motor explosão, 1500 < cm<sup>3</sup> <= 3000, até 6 passageiros). Na lista do Canadá foi identificado o item 31.04.2090 (Outros cloretos de potássio). Austrália exportou o produto 27.09.0010 (Óleos brutos de petróleo) e Vietnã obteve presença com a nomenclatura 85.17.7099 (Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia).

Sete dos doze países do TPP não estiveram presentes no *ranking* dos dez produtos mais importados pelo Brasil, entre eles Chile, Peru, Malásia, Cingapura, Nova Zelândia e Brunei.

Quadro 65 – Comparativo dos valores dos cinco principais produtos oriundos do TPP com os dez produtos mais importados pelo Brasil (2015).

BRASIL - IMPORTAÇÕES US\$ FOB				
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ TOTAL/MUNDO	US\$ TOTAL/TPP
2015	27.09.0010	Óleos brutos de petróleo	7.380.844.260	201.918.659
	27.10.1921	Gasóleo (óleo diesel)	3.415.147.205	1.353.001.345
	87.03.2310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm <sup>3</sup> <= 3000, até 6 passageiros	2.989.011.185	993.492.808
	27.11.1100	Gás natural liquefeito	2.754.400.514	-
	27.101.241	Naftas para petroquímica	2.580.277.933	173.890.786
	27.112.100	Gás natural no estado gasoso	2.568.330.664	-
	31.042.090	Outros cloretos de potássio	2.510.027.781	845.783.762
	85.177.099	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	2.276.549.389	590.564.025
	85.299.020	Outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão, televisão, etc.	1.997.249.394	-
	84.119.100	Partes de turborreatores ou de turbopropulsores	1.947.389.433	1.648.829.634
<b>TOTAL</b>			<b>30.419.227.758</b>	<b>5.807.481.019</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2015b).

Com base na listagem dos cinco produtos mais importados do TPP pelo Brasil, encabeça a lista a nomenclatura 84.11.9100 (Partes de turborreatores ou de

Quadro 66 – *Ranking* dos cinco principais produtos importados pelo Brasil dos países do TPP (2015).

EUA				CANADÁ				AUSTRÁLIA			
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB
2015	84.11.9100	Partes de turborreatores...	1.648.829.634	2015	31.04.2090	Outros cloretos de potássio...	845.783.762	2015	27.01.1200	Hulha betuminosa, não...	525.097.358
	27.10.1921	Gasóleo (óleo diesel)	1.353.001.345		27.01.1200	Hulha betuminosa, não...	144.093.496		27.09.0010	Óleos brutos de petróleo	201.918.659
	27.01.1200	Hulha betuminosa, não...	533.722.031		88.02.4090	Outros aviões e outros...	144.093.496		27.01.1900	Outras hulhas, mesmo...	53.797.318
	84.11.1200	Turboreatores de em...	497.260.632		48.01.0010	Papel de jornal, em rolos...	89.473.132		28.25.4090	Outros óxidos e hidróxidos...	41.072.921
	38.08.9199	Outros inseticidas,...	460.392.225		30.04.9069	Outros medicamentos...	85.824.002		02.02.3000	Carnes desossadas de...	25.514.083
JAPÃO				PERU				VIETNÃ			
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB
2015	87.08.4080	Outras caixas de marchas	237.830.518	2015	26.03.0010	Sulfetos de minérios...	237.980.598	2015	85.17.7099	Outras partes para...	590.564.025
	87.03.2310	Automóveis com motor...	234.576.720		74.03.1100	Cátodos e seus elementos...	237.046.404		84.73.3043	Placas de microprocessamento...	139.931.336
	73.04.2400	Outros tubos, dos tipos...	119.728.284		26.08.0010	Sulfetos de minérios...	118.223.610		64.04.1100	Calçados para esportes,...	116.580.633
	84.07.3490	Outros motores de explosão...	112.963.129		25.10.1010	Fosfatos de cálcio...	99.800.812		64.04.1900	Outros calçados de...	62.510.985
	87.14.1000	Partes e acessórios de...	104.792.950		27.10.1249	Outras naftas, exceto...	62.889.651		03.04.6290	Outros filés de peixes,...	56.493.192
CHILE				MALÁSIA				NOVA ZELÂNDIA			
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB
2015	26.03.0010	Sulfetos de minérios de...	717.720.136	2015	84.73.3043	Placas de microprocessamento...	229.073.812	2015	76.01.2000	Ligas de alumínio, em...	5.479.555
	74.03.1100	Cátodos e seus elementos...	709.257.614		40.15.1900	Outras luvas de borra...	139.305.697		08.10.5000	Kiwis (quivis), frescos	5.124.320
	03.02.1400	Salmão-do-atlântico e...	375.645.777		84.43.9923	Outros cartuchos de tinta	104.147.762		04.04.9000	Outros produtos...	4.158.603
	74.02.0000	Cobre não refinado; ânodos...	256.203.160		85.42.3120	Processadores e controladores...	79.844.836		17.02.1100	Lactose e xarope de...	3.579.904
	22.04.2100	Outros vinhos, mostos...	107.603.010		84.73.3031	Conjuntos cabeça-disco...	58.924.952		03.04.8990	Outros filés congelados,...	2.867.198
MÉXICO				CINGAPURA				BRUNEI			
ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB	ANO	NCM	PRODUTO	US\$ FOB
2015	87.03.2310	Automóveis com motor...	758.916.088	2015	38.08.9199	Outros inseticidas,...	89.377.932	2015	84.12.9080	Partes de motores...	505.895
	29.17.3600	Ácido tereftálico e seus...	189.363.307		30.04.9079	Outros medicamentos...	45.206.096		87.08.3090	Outros freios e partes,...	24.222
	27.10.1241	Naftas para petroquímica	173.890.786		85.42.3939	Outros circuitos integrados...	44.605.666		85.04.9010	Núcleos de pó ferromagnético...	23.022
	87.03.2210	Automóveis com motor...	162.458.419		85.42.3120	Processadores e controladores...	37.387.002		73.26.1900	Outras obras simples...	11.007
	87.08.2999	Outras partes e acessórios...	110.112.906		30.04.9059	Outros medicamentos...	23.143.220		85.04.5000	Outras bobinas de...	11.007

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alice Web (2015b).

turbopropulsores), com US\$ 1,6 bilhão, embora na relação dos dez mais importados pelo Brasil este produto figure na décima posição. O item seguinte com maior representatividade é o 27.10.1921 (Gasóleo (óleo diesel)), com US\$ 1,3 bilhão.

Dos dez produtos que o Brasil mais importou em 2015, três não constam na relação do TPP, conforme pode ser observado no Quadro 66, que apresenta também a relação de valores do TPP frente às importações brasileiras com base nos dez principais produtos.

Em suma, a participação do TPP no *ranking* dos dez produtos mais exportados e importados pelo Brasil para o mundo é maior nas exportações, representando US\$ 10,11 bilhões, enquanto que nas importações o TPP figurou com aproximadamente metade desse valor, US\$ 5,80 bilhões.

#### 4.4.5 Atos bilaterais comerciais Brasil *versus* países-membros do TPP

O Brasil possui na esfera comercial registro de 367 atos bilaterais. Deste total 147 estão vigentes, 64 encontram-se em tramitação e 156 constam como não vigentes. O primeiro ato de que se tem registro foi celebrado com a Dinamarca em 26 de abril de 1852, sob o título Tratado de Comércio e Navegação, porém não está mais vigente (BRASIL, 2016c). Na relação brasileira com o TPP há registro de 60 atos bilaterais comerciais, classificados conforme o Quadro 67.

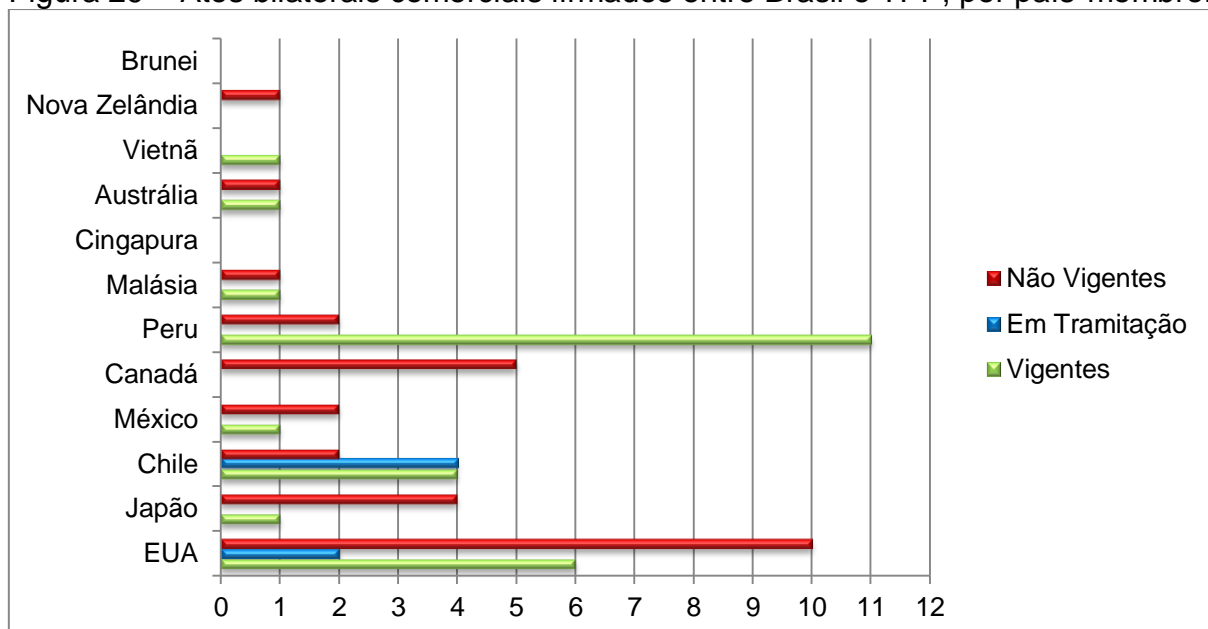
Quadro 67 – Atos bilaterais comerciais firmados entre Brasil e TPP, por classificação.

PAÍSES	VIGENTES	EM TRAMITAÇÃO	NÃO VIGENTES
EUA	6	2	10
Japão	1	0	4
Chile	4	4	2
México	1	0	2
Canadá	0	0	5
Peru	11	0	2
Malásia	1	0	1
Cingapura	0	0	0
Austrália	1	0	1
Vietnã	1	0	0
Nova Zelândia	0	0	1
Brunei	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>6</b>	<b>28</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016m).

Dos atos bilaterais comerciais firmados entre o Brasil e o TPP, 26 estão vigentes, 6 estão em tramitação e 28 constam como não vigentes. A Figura 29 demonstra esses números de acordo com cada país-membro. O Peru é o país com o qual o Brasil mais possui atos vigentes, ao todo 11. Em segundo lugar estão os EUA, com 6 acordos vigentes. Entretanto, o número de atos não vigentes é expressivo, representando 10 dos 28 mencionados. Países como Nova Zelândia, Cingapura e Canadá, possuem registro somente de atos não vigentes, isto é, não possuem nenhum ato estabelecido atualmente com o Brasil. Dos doze países do TPP, Brunei é o único que não apresenta nenhum histórico de atos comerciais firmados.

Figura 29 – Atos bilaterais comerciais firmados entre Brasil e TPP, por país-membro.

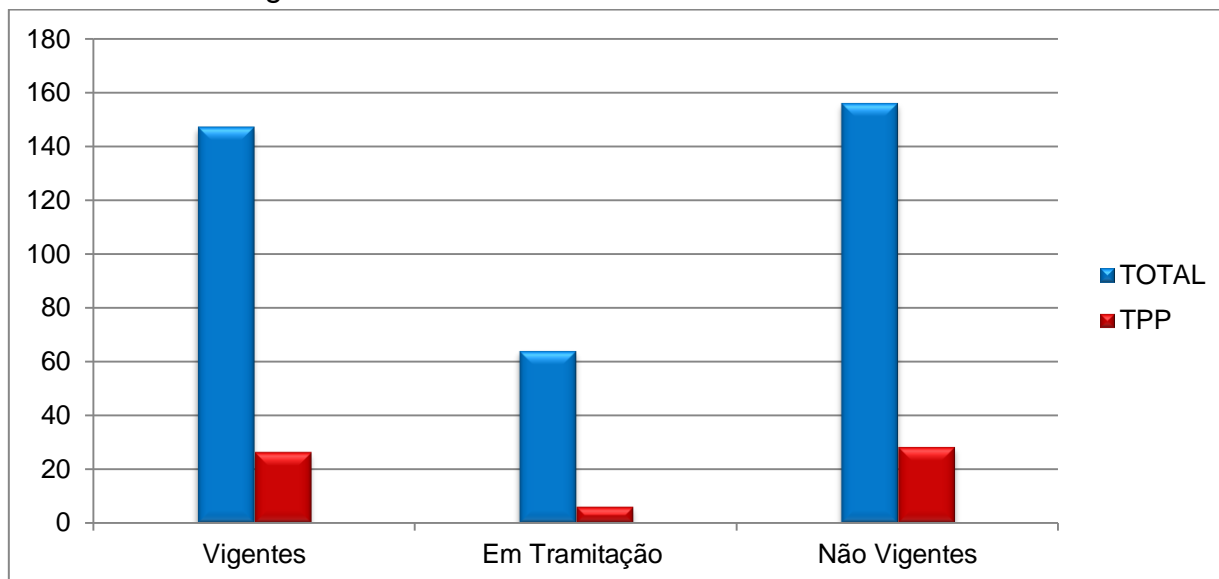


Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2016m).

A Figura 30 apresenta a proporção de atos bilaterais comerciais que o TPP possui com o Brasil em comparação ao total de atos registrados. Dos 147 atos vigentes o TPP participa com 26 atos (18%). Dos 64 em tramitação apenas 6 (9%) pertencem aos países do TPP e os não vigentes representam 28 (18%) do total de 156 atos (BRASIL, 2016).



Figura 30 – Representação dos atos bilaterais comerciais entre Brasil e TPP frente ao total de atos registrados.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2016c) e Brasil (2016m).

Os acordos comerciais bilaterais vigentes (26) que o Brasil e o TPP possuem tem pouca representatividade diante do total de atos do Brasil com o resto dos países (147). Além disso, os atos não mais vigentes entre o Brasil e os países do tratado somam 28, número maior que os atualmente em vigor.

No capítulo 5 são apresentadas as conclusões obtidas com base nos dados anteriormente mencionados.

## 5 CONCLUSÃO

As relações internacionais ao longo dos séculos sofreram grandes transformações. O século XVI, com a doutrina mercantilista, evidenciou a primeira tentativa de compreender o comércio internacional. Entretanto, foi a partir da segunda metade do século XX que as transações entre fronteiras ganharam força, influenciadas pela iniciativa dos países de instaurar organismos reguladores e fomentadores do comércio mundial e também pela crescente globalização econômica.

Com o processo de globalização e liberalização comercial, muitas economias iniciaram sua ascensão no comércio mundial, aumentando a competitividade no mercado global. Com isso, os países passaram a estabelecer alianças comerciais e integrações regionais, com a finalidade de proteger suas economias. Atualmente, os países buscam estabelecer acordos regionais cada vez mais estratégicos e que incluem questões mundiais relevantes, fornecendo assim vantagens para seus membros com possíveis impactos para os não envolvidos.

A partir deste cenário, o presente estudo buscou identificar a dinâmica do Tratado Transpacífico e seus reflexos na balança comercial brasileira.

Verificou-se que o TPP é um tratado pioneiro, ciente das transformações do mercado mundial, principalmente em relação à fragmentação da produção e a formação das cadeias de valor. Além de incluir em seu tratado questões atuais e relevantes no contexto mundial, o TPP colocou em discussão a capacidade da OMC em comandar o comércio mundial, já que seu arcabouço normativo já não condiz com a nova realidade internacional.

Os doze países do TPP, distribuídos em economias desenvolvidas e em desenvolvimento, representam juntos aproximadamente um quarto das importações e exportações mundiais. Com o tratado, que estabelece normas comuns e oferece benefícios aos países-membros, identificou-se a probabilidade de que ocorra um desvio de comércio desfavorável a terceiros países, já que será priorizado o comércio regional, em detrimento dos demais.

Considerando os países do TPP na relação individual com o Brasil, verificou-se que todos os membros participam da balança comercial brasileira, com forte destaque para os EUA, que em 2015 foi o destino de aproximadamente 13% das vendas do país. Com base no saldo comercial de 2015, foram identificadas sete

relações superavitárias (Chile, Vietnã, Cingapura, Peru, Brunei, Nova Zelândia e Malásia) e cinco deficitárias (EUA, Japão, Canadá, México e Austrália) na balança brasileira. Analisando por continente, percebe-se que os *superávits* concentram-se na América do Sul e Ásia, enquanto que os *déficits* são evidentes na América do Norte, no qual está localizado os EUA, principal parceiro comercial do Brasil.

Nos últimos dez anos, o TPP foi o receptor de 23,43% das exportações brasileiras e fornecedor de 27,51% das importações. Esses números acompanham os resultados de 2015, cujas exportações brasileiras representaram 24,66% e as importações 27,93% em relação aos países do tratado. Das transações comerciais do Brasil com o TPP, verificou-se que o mercado da América do Norte é o mais expressivo, respondendo, com base na última década, por 14,84% das exportações brasileiras e 18,84% das importações. Em seguida estão os mercados da Ásia, América do Sul e Oceania.

Em relação às exportações por fator agregado, identificou-se que, embora na pauta brasileira predominem os produtos básicos, a principal classe de produto exportada aos países do TPP é a de manufaturados, o que contribui positivamente para a economia brasileira, devido ao maior valor agregado. Já as importações do Brasil, compostas principalmente por itens manufaturados, condizem com as aquisições oriundas do TPP, em sua maioria de industrializados. Verificou-se também que dos dez principais produtos brasileiros exportados em 2015, todos os integrantes compraram ao menos um dos produtos. O mesmo não ocorreu com as importações efetuadas pelo Brasil. Dos dez principais itens importados, somente EUA, Japão, México, Canadá, Austrália e Vietnã marcaram presença no *ranking* brasileiro.

Outro ponto abordado foram os atos bilaterais comerciais entre o Brasil e os membros do TPP. Verificou-se que a relação bilateral não é intensa, visto que dos 157 atos internacionais vigentes que o Brasil mantém, somente 26 são relacionados ao TPP. Além disso, os atos não vigentes representam 28, número maior que os acordos em vigor.

A partir deste contexto, fica evidente a importância que o TPP possui no comércio mundial, dado seu caráter pioneiro e também a influência de seus integrantes, principalmente pela participação da hegemonia norte-americana. Também fica evidente o papel do TPP na balança comercial brasileira, já que atualmente aproximadamente 25%, tanto das exportações como das importações,

são realizadas com os países-membros do tratado. Com base nisso, é possível concluir que a economia brasileira pode vir a sofrer um desvio desfavorável em sua balança, visto que os países do TPP voltarão suas atividades com mais intensidade para dentro de sua região.

O Brasil não tem se posicionado diante das grandes negociações do comércio internacional, restringindo sua atuação no estabelecimento de acordos tarifários na região da América do Sul. Sugere-se que haja um maior envolvimento por parte dos órgãos nacionais competentes, para que o Brasil acompanhe as transformações mundiais e não estacione e nem regreda em suas relações internacionais.

As limitações encontradas durante a pesquisa relacionaram-se à recente oficialização do tratado, que ocorreu apenas em outubro de 2015. Assim, o material disponível acerca do tratado foi bastante limitado, visto que poucos documentos estavam disponíveis e as informações coletadas precisavam ser oriundas de fontes com credibilidade. Como o TPP é um tratado recente, pioneiro e com pretensões de tornar-se um bloco econômico, sugere-se que em estudos futuros, seja analisado o desfecho dessa iniciativa no comércio internacional, bem como a aplicação de seu modelo em blocos já estabelecidos.

Conclui-se que o tema abordado é de extrema importância no cenário internacional e merece atenção por parte de economias que ficaram de fora das negociações e podem sofrer impactos negativos em suas balanças comerciais, como é o caso do Brasil. O estudo também foi fonte de ricos conhecimentos à acadêmica, que pôde compreender melhor a dinâmica do comércio internacional e o posicionamento das economias nesse cenário.

## REFERÊNCIAS

- ALICE WEB. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior. **Consulta da balança comercial brasileira com outros países**. 2016a. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/balanca>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior. **Consulta por NCM das exportações brasileiras**. 2015a. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior. **Consulta por NCM das importações brasileiras**. 2015b. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/importacaoNcm>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior. **Metodologia: fator agregado**. 2016b. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//menu/index/id/2>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- ALMEIDA, P. R. de. **O Brasil e o processo de formação de blocos econômicos: conceito e história, com aplicação aos casos do Mercosul e da Alca**. In: GOMES, Eduardo Biacchi; REIS, Tarcísio Hardman (Org.). *Globalização e o comércio internacional no direito da integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2005. p. 17-38.
- AMADO, A. M.; MOLLO, M.de L. R. **Noções de Macroeconomia: razões teóricas para as divergências entre os economistas**. São Paulo: Manole, 2003. 255 p.
- APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 226 p.
- AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P. de; CARIO, S. A. F. **Custos de transação, custos de mensuração e recursos estratégicos: complementaridade no estudo de estruturas de governança**. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_ESO170.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_ESO170.pdf)>. Acesso em 21 set. 2016
- BEMVINDO, B. S. T. **O processo de internacionalização de uma multinacional brasileira: estudo do caso Vale**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Instituto COPPEAD, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Bernardo\\_Bemvindo.pdf](http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Bernardo_Bemvindo.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- BRASIL. Banco Central do Brasil, BCB. **Informações econômico-financeiras: erros e omissões**. 2002a. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg187p.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Informações econômico-financeiras:** conta de capital. 2002b. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg175p.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Informações econômico-financeiras:** balanço de pagamentos. 2002c. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg152p.htm>>. Acesso em: 15 out.2016.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Etapas do processo de integração econômica do Mercosul.** José Everaldo Ramalho. [20--?]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/oqueeomercosul.html/mercosulpolitico>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. **Parceria Trans-Pacífico:** um acordo megarregional na fronteira da regulação do comércio internacional?. Flavio Lyrio Carneiro. Brasília. 2015a. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2108.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2108.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, MDIC. **Balança comercial brasileira:** países e blocos. 2015b. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>> Acesso em 25 mar, 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil.** Sarquis José Buainain Sarquis. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011a. 248 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/864-comercio-internacional.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Exportações e importações brasileiras mundiais por fator agregado.** 2015c. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=888>>. Acesso em: 30 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Panorama do comércio internacional:** serviços 2015. 2015d. Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/scs/decin/Estatísticas\\_de\\_Comércio\\_Exterior/2015/Panorama\\_Oficial\\_2015\\_-\\_Com\\_Capa.pdf](http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/scs/decin/Estatísticas_de_Comércio_Exterior/2015/Panorama_Oficial_2015_-_Com_Capa.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Rodada de Doha.** 2016a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/1891-omc-rodada-de-doha>>. Acesso em: 21 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Rodadas de negociações do GATT.** 2016b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/1887-omc-rodadas-de-negociacoes>>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores, MRE. **Atos bilaterais de caráter comercial firmados pelo Brasil**. 2016c. Disponível em <[http://dai-mre.serpro.gov.br/lista\\_ato\\_bil?situacao=&assunto=459ec75cba733a6d224f7f4282802383&periodoFinal\\_month=00&aonde\\_ato=1&periodoInicial\\_ampm=&periodoInicial=&periodoFinal\\_day=00&captcha=bo8c9&periodoInicial\\_day=00&b\\_start:int=0&pais=&periodoFinal\\_ampm=&palavra\\_chave=&periodoFinal\\_year=0000&periodoFinal\\_minute=00&periodoFinal=&form.button.Search=Pesquisar&periodoInicial\\_hour=00&periodoFinal\\_hour=00&periodoInicial\\_year=0000&periodoInicial\\_minute=00&periodoInicial\\_month=00](http://dai-mre.serpro.gov.br/lista_ato_bil?situacao=&assunto=459ec75cba733a6d224f7f4282802383&periodoFinal_month=00&aonde_ato=1&periodoInicial_ampm=&periodoInicial=&periodoFinal_day=00&captcha=bo8c9&periodoInicial_day=00&b_start:int=0&pais=&periodoFinal_ampm=&palavra_chave=&periodoFinal_year=0000&periodoFinal_minute=00&periodoFinal=&form.button.Search=Pesquisar&periodoInicial_hour=00&periodoFinal_hour=00&periodoInicial_year=0000&periodoInicial_minute=00&periodoInicial_month=00)>. Acesso em: 15 out. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Atos bilaterais firmados entre Brasil e EUA**. 2016d. Disponível em <[http://dai-mre.serpro.gov.br/lista\\_ato\\_bil?situacao=&assunto=&periodoFinal\\_month=00&aonde\\_ato=1&periodoInicial\\_ampm=&periodoInicial=&periodoFinal\\_day=00&captcha=69e90&periodoInicial\\_day=00&b\\_start:int=0&pais=e2e3c80fc18b2043b91b527967f10fe1&periodoFinal\\_ampm=&palavra\\_chave=&periodoFinal\\_year=0000&periodoFinal\\_minute=00&periodoFinal=&form.button.Search=Pesquisar&periodoInicial\\_hour=00&periodoFinal\\_hour=00&periodoInicial\\_year=0000&periodoInicial\\_minute=00&periodoInicial\\_month=00](http://dai-mre.serpro.gov.br/lista_ato_bil?situacao=&assunto=&periodoFinal_month=00&aonde_ato=1&periodoInicial_ampm=&periodoInicial=&periodoFinal_day=00&captcha=69e90&periodoInicial_day=00&b_start:int=0&pais=e2e3c80fc18b2043b91b527967f10fe1&periodoFinal_ampm=&palavra_chave=&periodoFinal_year=0000&periodoFinal_minute=00&periodoFinal=&form.button.Search=Pesquisar&periodoInicial_hour=00&periodoFinal_hour=00&periodoInicial_year=0000&periodoInicial_minute=00&periodoInicial_month=00)>. Acesso em: 15 out. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Atos internacionais**: manual de procedimentos. 2010. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/manual-de-procedimentos/manual-de-procedimentos-pratica-diplomatica>>. Acesso em: 06 maio 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Austrália**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. 2016e. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDAustraliia.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Banco Mundial**. 2016f. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/120-banco-mundial>>

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, MRE. **Brunei Darussalam**. 2016g. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4883-brunei-darussalam>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Brunei**: comércio exterior. 2015e. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/index.html?a=INDBrunei&p=00002>>. Acesso em: 30 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Canadá**: como exportar. 2011b. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXCana da.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Canadá**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. 2016h. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDCanada.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Cingapura:** como exportar. 2011c. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXCingapura.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Cingapura:** intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. 2016i. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDCingapura.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Chile:** comércio exterior. 2016j. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDCchile.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Chile:** como exportar. 2016k. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXChile.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Comunidade da Austrália.** 2016l. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4833-comunidade-da-australia>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Conheça os mercados.** 2015f. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/conheca-os-mercados>>. Acesso em: 05 out. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Consulta dos atos bilaterais de caráter comercial firmados entre Brasil e os membros do TPP.** 2016m. Disponível em <[http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_bil](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil)>. Acesso em: 15 out. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Estados Unidos:** como exportar. 2016n. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXEstadosUnidos.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Estados Unidos:** intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. 2016o. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDEstadosUnidos.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Fundo Monetário Internacional.** 2016p. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/119-fundo-monetario-internacional>>. Acesso em: 30 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Japão:** como exportar. 2012a. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXJapao.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Japão:** intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. 2016q. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDJapao.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.



\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Malásia:** comércio exterior. 2016r. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDMalasia.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Malásia:** como exportar. 2011d. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXMalasia.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **México:** comércio exterior. 2016s. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDMexico.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **México:** como exportar. 2013a. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXMexico.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Nova Zelândia.** 2016t. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5612-nova-zelandia>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Organização Mundial do Comércio.** 2016u. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc>>. Acesso em: 25 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Peru:** comércio exterior. 2016v. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDPPeru.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Peru:** como exportar. 2013b. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXPeru.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Nova Zelândia:** comércio exterior. 2016w. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/index.html?a=INDNovaZelandia>>. Acesso em: 30 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Tipos de atos internacionais.** 2016x. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/apresentacao/tipos-de-atos-internacionais/>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Vietnã:** comércio exterior. 2016y. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDVietna.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Vietnã:** como exportar. 2012b. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXVietna.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Nações Unidas no Brasil, ONUBR. **Banco Mundial.** 2016z. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/agencia/banco-mundial/>>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. **Atos internacionais**. 2012c. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/atos-internacionais>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BRITO, V. F.; OLIVA, F. L. Razões e estratégias de internacionalização da construtora Odebrecht. **Revista de Administração Faces**, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p.13-27, jul./set. 2009. Trimestral. Disponível em: <[www.fumec.br/revistas/facesp/article/download/152/149](http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/download/152/149)>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CASSANO, F. A. A teoria econômica e o comércio internacional. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 21, p.112-128, 2002. Semestral. Disponível em: <[revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/12033/8715](http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/12033/8715)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CAVUSGIL, S. T.; KNIGHT, G.; RIESENBERGER, J. R. **Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 522 p. Tradução de: Sonia Midori Yamamoto e Leonardo Piamonte.

CIA. Central Intelligence Agency. **Informações gerais sobre as economias mundiais**. 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ca.html>>. Acesso em: 24 set. 2016.

COUTINHO, E. S.; PEIXOTO, F. de V. L.; FILHO, P. Z. R.; AMARAL, H. F. **De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior**. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 12, n. 4, p.101-113, dez. 2005. Trimestral. Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/362.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

DEIRO, D. G.; MALMANN, M. I. **O GATT e a Organização Mundial do Comércio no cenário econômico internacional desde Bretton-Woods**. Rio Grande do Sul, 1998. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/ffch/neroi/artigodaniel.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA EM CABO VERDE. **Cabo Verde e a UE: Estados membros da UE. República de cabo verde**. Disponível em: <[http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/what\\_eu/eu\\_memberstates/index\\_pt.htm](http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/what_eu/eu_memberstates/index_pt.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2016.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. (Org.). **Internacionalização e os países emergentes**. São Paulo: Atlas, 2007. 311 p.

FOSCHETE, M. **Relações econômicas internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 248 p.

GALIMBERTI, M. F.; FRACASSO, E. M. **Inovação e empreendedorismo nas teorias de internacionalização de empresas aplicáveis às pequenas e médias empresas de software e serviços correlatos**. Brasília. 2008. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/Simpósio/simposio\\_2008/2008\\_SIMPO](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/Simpósio/simposio_2008/2008_SIMPO)>

[SIO248.pdf](#)>. Acesso em: 15 set. 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 175 p.

GONZALEZ, R. K.; CUNHA, S. K. da. **Trajetória de internacionalização e capacidade tecnológica da Cia. Iguazu de café solúvel**. Espírito Santo. 2010. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/Simpósio/simpósio\\_2010/2010\\_SIMPO\\_SIO120.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/Simpósio/simpósio_2010/2010_SIMPO_SIO120.pdf)> Acesso em: 15 set. 2016.

IMF. International Monetary Fund. **Convenio constitutivo del Fondo Monetario Internacional**. 2011. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/aa/aa.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

\_\_\_\_\_. International Monetary Fund. **Cooperation and reconstruction (1944-71)**. 2016. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/about/histcoop.htm>>. Acesso em 20 set. 2016.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Ilustração dos países do TPP**. 2016. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2015/10/economia/460186-transpacifico-pressional-mercosul-para-acordo-com-ue.html>. Acesso em 20. Set. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LENHART, W. **Agora, o mercado é o mundo**. Porto Alegre: IEE, 2008. 283 p.

LOPES, M. K. **Agora, o mercado é o mundo**. Porto Alegre: IEE, 2008. 283 p.

MAIA, J. de M. **Economia internacional e comércio exterior**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 561 p.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 247 p.

MARTINS, D. L. C. C.; SOUZA, J. P. Atributos da transação e mensuração, e sua influência nas relações entre cooperados e cooperativas em sistemas agroindustriais suinícolas. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, v. 15, n. 3, p.69-100, 2014. Bimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v15n3/a05v15n3.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MENDONÇA, A. T. B. B. de. **Capacidade tecnológica em empresas internacionalizadas e não internacionalizadas do sistema setorial de inovação de software de Curitiba**. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração,

Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.  
Disponível em: <[http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25680/Dissertacao\\_Completa.pdf?sequence=1](http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25680/Dissertacao_Completa.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 10 set. 2016.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 284 p.

MIRANDA, R. J. P. Aspectos ambientales regulados en los recientes tratados de libre comercio, con especial referencia al Tratado de Asociación Trans-pacífico (TPP). **Revista del Doctorado En Derecho CUM LAUDE**. Argentina, n. 3, p.5-38, abr. 2016. Semestral. Disponível em: <<http://revistacumlaude.com/assets/2-dossier-perez-miranda.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MOREIRA, U. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, n. 2, p.213-228, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n2/v32n2a04.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MOURÃO, G. N. Comércio Internacional e desenvolvimento econômico: a convergência entre o pensamento econômico de Georg Friedrich List e da Cepal. **Revista Diálogos & Saberes**, [S. l.], v. 10, n. 1, p.63-76, 2014. Anual. Disponível em: <<http://www.fafiman.br/seer/index.php/dialogosesaberes/article/view/342/331>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

OAS. Organization of American States. **Trans-Pacific Partnership Agreement**. 2016. Disponível em: <[http://www.sice.oas.org/Trade/TPP\\_Final\\_Texts/English/TPP\\_Final\\_Index\\_PDF\\_e.a.sp](http://www.sice.oas.org/Trade/TPP_Final_Texts/English/TPP_Final_Index_PDF_e.a.sp)>. Acesso em: 25 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Organization of American States. **Resumen ejecutivo del Acuerdo de Asociación Trans-Pacífico**. 2015. Disponível em: <[http://www.sice.oas.org/Trade/TPP\\_Final\\_Texts/English/TPP\\_Final\\_Index\\_PDF\\_e.a.sp](http://www.sice.oas.org/Trade/TPP_Final_Texts/English/TPP_Final_Index_PDF_e.a.sp)>. Acesso em: 25 set. 2016.

OLIVEIRA, I. T. M. A ordem econômico-comercial internacional: uma análise da evolução do sistema multilateral de comércio e da participação da diplomacia econômica brasileira no cenário mundial. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.217-272, 2007a. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a01.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Livre comércio versus protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Revista Urutágua**, Paraná, v. 11, p.1-18, abr. 2007b. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/011/11oliveira.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

OLIVEIRA, I. T. M.; SANTANA, W. G. P. A administração política do comércio internacional: do livre comércio ao comércio estratégico administrado. **Revista Brasileira de Administração Política**, Bahia, v. 2, n. 1, p.101-126, 2009. Semestral.

Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15495/10635>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997. 320 p.

PETRY, A. **Globalização e blocos econômicos**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2008. 15 p. Disponível em: <<http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/blocos>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

PRATES, R. C.; REZENDE, A. A. de. Considerações a respeito do Balanço de Pagamentos: uma análise da evolução e dinâmica das contas brasileiras no período 2000-2014. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 128, p. 65-81, 2015. Semestral. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/750/956>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308 p.

SEITENFUS, R. A. S. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994, 274 p.

SILVA, M. F. O.; MOTTA, L. F. J. **A vantagem competitiva das nações e a vantagem competitiva das empresas: a localização é importante?**. São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO293.pdf>>. Acesso em 21 set. 2016.

SIMÕES, R. C. F.; MORINI, C. A ordem econômica mundial: considerações sobre a formação de blocos econômicos e o Mercosul. **Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas**, São Paulo, v. 13, n. 31, p.139-194, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art07.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 444 p.

TEIXEIRA, A. P. L.; BARROS, F. S.; MIRANDA, P. P.; LÉLIS, E. C. Orientador: Roberto Giro Moori. Processo de internacionalização das empresas do setor de revestimentos cerâmicos. **Revista Jovens Pesquisadores**, São Paulo, v. 7, n. 1 (12), jan/jul. 2010. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/979/450>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

TEIXEIRA, A. P. P.; FLORES, F. S.. O modelo de internacionalização de Uppsala sob a ótica da Visão Baseada em Recursos (RBV). **Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí - REAVI**, Santa Catarina, v. 3, n. 3, p.01-12, set. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://www.redpilares.org/sobre-la>>

[red/Documents/TEIXEIRA\\_FLORES\\_O\\_MODELO\\_DE\\_INTERNACIONALIZAÇÃO\\_DE\\_UPPSALA.pdf](#)>. Acesso em: 28 ago. 2016.

VIANNA, I. O. A. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **World investment report 2015**: reforming international investment governance. 2015. Disponível em: <[http://unctad.org/PublicationsLibrary/wir2015\\_en.pdf](http://unctad.org/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2016.

UNOESC. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Ardinete Rover (Org.). **Metodologia científica**: educação a distância. Joaçaba: Unoesc, 2006. 103 p. Disponível em: <[http://people.ufpr.br/~felipe/Apost\\_Metod\\_Cient-1.pdf](http://people.ufpr.br/~felipe/Apost_Metod_Cient-1.pdf)>. Acesso em: 07 maio 2016.

VARANDA, A. J. M.; TREMONTE, D. S.; KULAIF, F. D. Orientadora: Andresa Silva Neto. Estratégias de internacionalização: análise de empresas brasileiras do setor alimentícios. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 7, n. 1, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/969>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

VASCONCELOS, F. C.; CYRINO, A. B. **Vantagem competitiva**: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 4, n. 40, p.20-37, 2000. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n4/v40n4a03.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; LIMA, M.; SILBER, S. (Org.). **Gestão de negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006. 374 p.

WORLD BANK. **Dados das exportações mundiais de bens em 2014**. 2014a. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/WLD/Year/2014/TradeFlow/Export/Partner/by-country>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Dados das importações mundiais de bens em 2014**. 2014b. Disponível em: <[http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/WLD/Year/2014/TradeFlow/Import/Partner/by-country/Show/MPRT-TRD-VL;MPRT-PRTNR-SHR;/Sort/Import%20\(US\\$%20Thousand\)](http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/WLD/Year/2014/TradeFlow/Import/Partner/by-country/Show/MPRT-TRD-VL;MPRT-PRTNR-SHR;/Sort/Import%20(US$%20Thousand))>. 2014. Acesso em: 13 ago. 2016.

WTO. World Trade Organization. **Acuerdo general sobre aranceles aduaneros y comercio**: GATT de 1947. 1947. Disponível em: <[https://www.wto.org/spanish/docs\\_s/legal\\_s/gatt47.pdf](https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/gatt47.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. World Trade Organization. **Historia y futuro de la organización mundial del comercio**. Craig Vangrasstek. 2013. Disponível em:



<[https://www.wto.org/spanish/res\\_s/booksp\\_s/historywto\\_00\\_s.pdf](https://www.wto.org/spanish/res_s/booksp_s/historywto_00_s.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. World Trade Organization. **International Trade Statistics 2015**. 2015. Disponível em:

<[https://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/its2015\\_e/its2015\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2015_e/its2015_e.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. World Trade Organization. **Members and observers**. 2016a. Disponível em:

<<http://rtais.wto.org/UI/PublicSearchByMemberResult.aspx?MemberCode=076&lang=1&redirect=1>>. Acesso em: 15 set. 2016.

\_\_\_\_\_. World Trade Organization. **Registro do tratado entre Brunei, Chile, Nova Zelândia e Cingapura conhecido por Pacific Four (P4)**. 2005. Disponível em: <<http://rtais.wto.org/UI/PublicShowMemberRTAIDCard.aspx?rtaid=9>>. Acesso em: 21 set. 2016.

\_\_\_\_\_. World Trade Organization. **Registro dos acordos comerciais regionais que o Brasil participa**. 2016b. Disponível em:

<<http://rtais.wto.org/UI/PublicSearchByMemberResult.aspx?MemberCode=076&lang=1&redirect=1>>. Acesso em: 15 set. 2016.

\_\_\_\_\_. World Trade Organization. **Trade profile**. 2014. Disponível em:

<<http://rtais.wto.org/UI/PublicSearchByMemberResult.aspx?MemberCode=840&lang=1&redirect=1>>. Acesso em: 15 set. 2016.